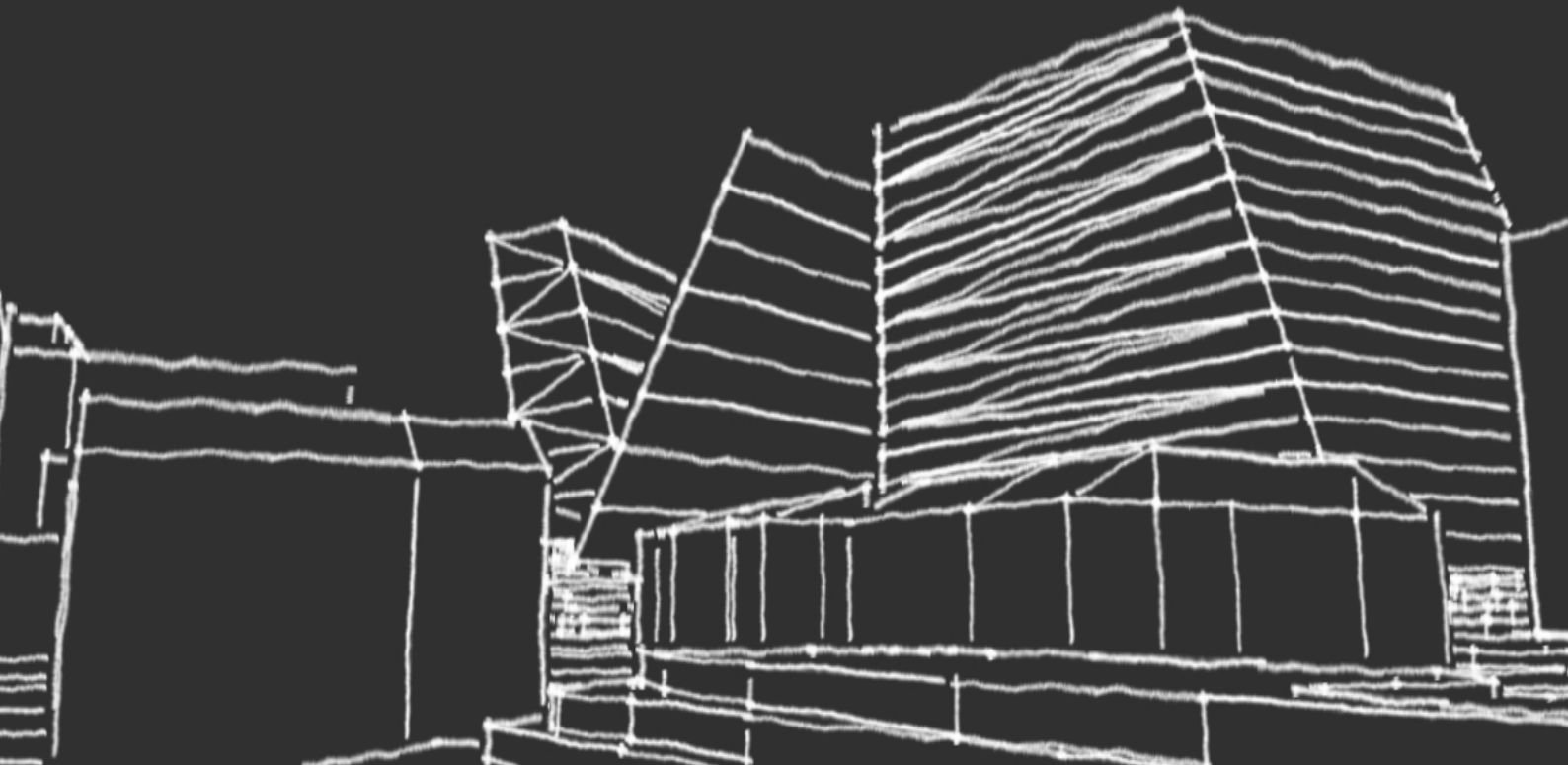


Praça Metropolitana Uma Nova Centralidade

Marvila Entre-Muros



Licenciado

Daniel Alexandre Matos Dias Constante

Projecto para Obtenção de Grau Mestre Em

Arquitectura Especialização em Planeamento Urbano e Territorial

Orientador Científico

Professora Doutora Carla Sofia Morgado

Lisboa, FA-UTL, Setembro de 2011



FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA



Praça Metropolitana Uma Nova Centralidade

Marvila Entre-Muros

Licenciado em Estudos Arquitectónicos

Daniel Alexandre Matos Dias Constante

Projecto para obtenção do Grau de Mestre em

Arquitectura Especialização em Planeamento Urbano e Territorial

Orientador Científico

Professora Doutora Carla Sofia Morgado

Júri

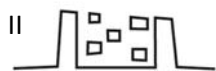
Presidente: Professor Doutor Pedro George

Vogais: Professora Doutora Sofia Morgado

Professora Doutora Cristina Cavaco

Lisboa, FA-UTL, Outubro de 2011







Título da Dissertação: Praça Metropolitana do Oriente – Marvila Entre-
Muros

Nome do Aluno: Daniel Matos Constante

Orientador: Prof. Doutora Carla Sofia Morgado

Mestrado: MIAPUT

Data: Lisboa, FA-UTL, Setembro 2011

RESUMO

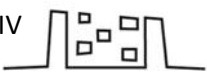
A temática do projecto final de mestrado é centrada na noção de Praça Metropolitana, tendo como fim maior uma proposta urbana de regeneração urbana. Assim, a área de intervenção – Marvila, Beato e Chelas - é resultado de um processo de segregação e sedimentação através das sucessivas formas de ocupação do território distintas ao longo dos tempos, concorrendo para um tecido urbano composto por uma diversidade de tipologias e lógicas de ocupação peculiares.

Deste modo, a proposta tem início numa análise documental e interpretativa da área de trabalho, bem como, nas noções intrínsecas entre a articulação das grandes infra-estruturas e o planeamento à escala da metrópole e local, dando resposta ao novo paradigma urbano, através de novas formas de produzir cidade. As premissas da resolução proposta reforçam a coesão social e territorial que o território carece, recuperando o carácter multifuncional através de um programa vasto que alberga, simultaneamente, as lógicas regionais e locais dos cidadãos.

Finalmente, o trabalho é composto por três peças de apresentação: um Plano de Estrutura à escala Urbana, um Plano de Detalhe que dá a conhecer o Fórum Metropolitano e, por fim, um documento escrito descritivo e justificativo de todo o trabalho.

Palavras-Chave: Praça Metropolitana – Regeneração - Tipologias – Segregação – Infra-estruturas



IV 

Title: Praça Metropolitana do Oriente – Marvila Entre-Muros

Studente Name: Daniel Matos Constante

Advisor: Prof. Doutora Carla Sofia Morgado

MSc: Architecture with specialization in Urban Planning

Data: Lisbon, FA-UTL, Setember 2011

ABSTRACT

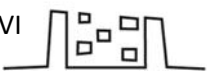
The master degree final project theme is centered around the notion of Metropolitan Square, culminating in a proposal of urban regeneration. The intervention area – Marvila, Beato and Chelas – results of a process of segregation and sedimentation by the distinct forms of occupation throughout the times, crating a urban mesh composed by a diversity of peculiar types and occupation logics.

Therefore, the proposal begins in documentary and interpretative analysis of the work area, as well as in the intrinsic notions of articulating big infrastructures and planning at metropolis and local scale, replying to the new urban paradigm with new ways of creating the city. The proposed solution reinforces the social and territorial cohesion that is currently lacking, restoring the multifunction character through a wide program comprising simultaneously the citizens local and regional logics.

Finally, the work is composed of three presentation pieces. A Structural Plan at urban scale; a Detail Plan presenting the Metropolitan Forum and written document describing and justifying all the work.

Key-words: Metropolitan Forum - Urban Regeneration - Tipology – Segregation – Big Infrastructures



VI 

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer à Professora Sofia Morgado a oportunidade, acompanhamento e disponibilidade sem as quais teria sido impossível desenvolver o trabalho final de fim de curso.

Para realizar o trabalho foi imprescindível a disponibilidade, o incentivo, o sentido crítico e o interesse de todos aqueles que directa e indirectamente participaram e enriqueceram o meu percurso académico. Relação que despontaram novas perspectivas, consciências, virtudes, ambições e utopias, refiro-me particularmente aos professores: João Rafael Santos, Armando Caseirão, Sérgio Proença, Michel Toussaint, José Manuel Fernandes, Carlos Mesquita, David Vale, João Cabral, Fernando Guterres, Francisco Oliveira, Carlos Fernandes e Pere Riera.

Importa mencionar, fundamentalmente dedico este trabalho à minha mãe que durante o desenvolvimento do trabalho permaneceu gravemente doente, mas revelando-se como uma verdadeira fonte de inspiração e desígnio. Ainda, dedico o mesmo trabalho aos familiares próximos e amigos que sempre apoiaram o desenvolvimento do mesmo, refiro-me principalmente ao meu pai e avôs maternos e paternos.

Agradeço o pragmatismo e objectividade dos funcionários do Museu da Cidade de Lisboa e, ainda, do Arquivo Municipal de Lisboa Núcleo Histórico, sem isso boa parte do trabalho desenvolvido seria impossível.

Finalmente, mas não menos importante, sendo um individuo grato cabe o dever de reconhecer quatro indivíduos que tive o prazer conhecer e conviver enquanto adolescente e que balizaram e fecundaram novas perspectivas de futuro: Prof. João Carvalho, Prof. Vítor Álvaro, Prof. Cantinho Pereira, Prof. Maria José Lis e ao Prof. Carlos Duarte.

I - Índice Geral

II - Índice de Imagens	XI
III- Índice de Acrónimos	XV
IV – Introdução.....	XVII
Objectivos do trabalho e processo Metodológico	XVII
Estrutura documental	XVIII
V - Estado da Arte.....	XVIII
Capítulo 1 - Lisboa, Tejo e Industrialização	1
1.1- O Papel do Tejo nas Primeiras Trocas Comerciais	3
1.2- Lisboa numa Europa Ocidental Industrializada.....	7
1.3- Municipalização do Espaço e o Condicionamento Industrial	14
1.4- Cidade Pós-Industrial: Área Metropolitana de Lisboa	19
Capítulo 2 – Interpretação Analítica Marvila e Vale de Chelas	23
2.1- Ocupação Humana do Território e Formas de Crescimento – Marvila Entre- Muros	25
2.2- Tipologias Identificadas e tipos de ocupação que resultam das idiossincrasias do quotidiano	35
2.2.1 – Enquadramento.....	35
2.2.2 – Tipologias identificadas	37
2.3 - Plano de Urbanização de Chelas e o Programa Viver Marvila	45
Capítulo 3 – Conceitos subjacentes e exemplos de apoio ao Projecto.....	51
3.1- Competitividade e Coesão Territorial	53
3.2- Conceito de Regeneração Urbana	55
3.3- Conceito de Centralidade Urbana.....	59
3.4- Exemplos de Apoio ao Projecto	60
Capítulo 4 - Proposta.....	65
4.1- Enquadramento	67
4.2- Plano de Estrutura.....	69

4.3- Fórum Metropolitano	70
Capítulo 5 - Conclusão.....	75
Capítulo 6 - Anexos	83
Lista peças desenhadas	103
Capítulo 7 - Bibliografia	105



II - Índice de Imagens

Imagem 1 - Vista em perspectiva de Lisboa. Gravura em cobre da segunda metade do século XVI. Título: Olissipo.	5
Imagem 2 - Perfil de Lisboa no século XVI, Gravura com data indeterminada. Título: Profil de La Fameuse Ville et Port de mer de Lisbonne.	5
Imagem 3 – Lisboa após o terramoto de 1775	11
Imagem 4 - PIB per capita e PIB por Trabalhador- Hora em Portugal.....	11
Imagem 5 - Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios. Litografia.	12
Imagem 6 – Propriedades Expropriadas pelo Municipio de Lisboa	17
Imagem 7 – Carta Topográfica da Linha Defensiva da cidade de Lisboa, 1835	28
Imagem 8 – Análise do tecido urbano num período compreendido entre 1840 a 1860.....	29
Imagem 9 - Análise do tecido urbano num período compreendido em 1910.....	30
Imagem 10 - Análise do tecido urbano num período compreendido em 1950.....	31
Imagem 11 – Análise das lógicas de ocupação, 1910	32
Imagem 12 - Análise das lógicas de ocupação, 1950	33
Imagem 13 - Análise das lógicas de ocupação, 2010	34
Imagem 14 – Fabrica dos Fósforos.....	40
Imagem 15 – Reconversão do Convento o Beato na Companhia Industrial de Portugal	40
Imagem 16 – Palácio Duque de Lafões	41
Imagem 17 – Cinema Pátria no Palácio Duque de Lafões.....	41
Imagem 18 – Tipologia Industrial na Rua Fernando da Palha	42
Imagem 19 – Habitação na Tipologia Industrial na Rua Fernando da Palha.....	42
Imagem 20 – Plantas e Localização de 1952	43
Imagem 21 – Plantas de Localização de 1942 e Requerimento de Obra no Centro Técnico Hospitalar	43
Imagem 22 – Planta Topográfica da Sociedade de Aglomerados e Carvão Lda.	44
Imagem 23 – Corte dos Armazens e Cais da Sociedade Vila Pereira Lda.....	44
Imagem 24 - Chelas	48

Imagem 25 - Chelas	48
Imagem 26 – Programa Viver Marvila.....	49
Imagem 27 – Plano de Urbanização do Vale de Chelas	49
Imagem 28 - Plano de Urbanização do Vale de Chelas	50
Imagem 29 – Evolução da Malha de Chelas.....	50
Imagem 30 – Programa Fórum	72
Imagem 31 - Esquiços.....	73
Imagem 32 – Esquiços.....	73
Imagem 33 – Plantas/Esquiços.....	74
Imagem 34 – Sequência de elaboração do molde da maquete.....	85
Imagem 35 – Fotografia do Modelo Conceptual	86
Imagem 36 - Fotografia do Modelo Conceptual	86
Imagem 37 - Fotografia do Modelo Conceptual	87
Imagem 38 - Fotografia do Modelo Conceptual	87
Imagem 39 - Fotografia do Modelo Conceptual	88
Imagem 40 – Maquete em Papel, estudo da forma e plasticidade dos 3 volumes	89
Imagem 41 - Maquete em Papel, estudo da forma e plasticidade dos 3 volumes.....	90
Imagem 42 - Maquete em Papel, estudo da forma e plasticidade dos 3 volumes.....	91
Imagem 43 - Maquete em Papel, estudo da forma e plasticidade dos 3 volumes.....	92
Imagem 44 – Esquiços Fórum, Cortes e Plantas	93
Imagem 45 – Esquiços Plano Estrutura	94
Imagem 46 – Plano Estrutura – Primeiros Ensaios.....	95
Imagem 47 – Planta Fórum – Primeiros Ensaios.....	96
Imagem 48 – Fonte: <i>A Capital</i> , 14 Outubro de 1912	97
Imagem 49 – Fonte: <i>A Capital</i> , 14 de Março de 1924.....	97
Imagem 50 – <i>Diário Popular</i> , 1950.....	97
Imagem 51 – Fonte: <i>A capital</i> , 8 de Julho de 1938	97

Imagem 52 – Fonte: <i>A Capital</i> , 18 de Agosto de 1922	97
Imagem 53 - Fonte: <i>A Capital</i> , 2 de Fevereiro de 1926.....	98
Imagem 54 - Fonte: <i>A Capital</i> , 23 de Junho de 1922	98
Imagem 55 - Fonte: <i>A Capital</i> , 11 de Novembro de 1922.....	98
Imagem 56 – Fonte: <i>A Capital</i> , 29 de Abril de 1919.....	98
Imagem 57 - Fonte: <i>A Capital</i> , 7 de Abril de 1922	98
Imagem 58 - Fonte: <i>A Capital</i> , 7 de Abril de 1922	99
Imagem 59 - Fonte: <i>A Capital</i> , 20 de Março de 1919	99
Imagem 60 - Fonte: <i>A Capital</i> , 23 de Fevereiro de 1924.....	99
Imagem 61 - Fonte: <i>A Capital</i> , 23 de Fevereiro de 1924.....	99
Imagem 62 - Fonte: <i>A Capital</i> , 19 de Dezembro de 1922	99
Imagem 63 - Fonte: <i>A Capital</i> , 28 de Novembro de 1933.....	100
Imagem 64 – Fonte: <i>A Capital</i> , 23 de Junho de 1922	100
Imagem 65 – Fonte: <i>A Capital</i> , 23 Fevereiro de 1924.....	100
Imagem 66 – Fotografia dos Jardins do Palácio do Duque de Lafões. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, Núcleo Histórico.....	100
Imagem 67 - Fonte: <i>A Capital</i> , 28 de Novembro de 1933.....	100
Imagem 68- Fotografia do Palácio do Duque de Lafões. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, Núcleo Histórico	101
Imagem 69 – Fonte: <i>A Capital</i> , 13 de Março de 1919.....	101
Imagem 70 - Fotografia do Palácio do Duque de Lafões. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, Núcleo Histórico	101

III- Índice de Acrónimos

AML – Área Metropolitana de Lisboa

CML – Câmara Municipal de Lisboa

EDEC – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FSE – Fundo Social Europeu

IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

IORU - Intervenção Operacional /Renovação Urbana

GEU – Gabinete de Estudos de Urbanização

GTH – Gabinete Técnico da Habitação

PDM – Plano Director Municipal

PRAUD - Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas

PU – Plano de Urbanização

PUC – Plano de Urbanização de Chelas

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

IV – Introdução

Objectivos do trabalho e processo Metodológico

O presente trabalho aborda a articulação entre grandes infra-estruturas e o planeamento urbano à escala da metrópole, levando a um conjunto de questões que passa pela necessidade de ordenar o espaço à escala local e global, bem como, pela problemática da Regeneração Urbana, Coesão Social e Espacial entre Marvila e o Plano de Urbanização de Chelas.

Deste modo, o seu desenvolvimento partiu do estudo e interpretação analítica da área de estudo – Marvila, Beato e Chelas - da caracterização dos valores existentes e compreensão das transformações urbanas existentes. Por outro lado, a abordagem deu-se a partir das cartas de Filipe Folque, Silva Pinto (1904), Linha Defensiva de Lisboa (1835), as cartas militares (série M888 – Escala 1:25000) nas diversas edições disponíveis (1937, 1948 e 1994) existentes e, ainda, todo um vasto conjunto de documentação existente no Arquivo de Lisboa. Este meio urbano denota a existência de grandes propriedades rurais, conventos e palácios, que com o processo de industrialização, extinção das ordens religiosas e a construção da via-férrea conduziu à fragmentação e divisão das grandes propriedades que até à data desenhavam a paisagem rural Lisboaeta.

A proposta de intervenção aborda a questão da “cidade entre muros”, segregação espacial e social tendo presente uma perspectiva alargada da metrópole, ou seja, Marvila/Beato como nó que articula a margem norte com a margem sul, bem como, a zona oriental com a zona ocidental de Lisboa. A proposta desenvolvida no processo de descentralização industrial e desqualificação do tecido urbano de Marvila, tendo em conta as contingências do local procurando uma intervenção adequada e em ruptura com o determinismo do planeamento funcionalista (Ferreira:2005). Assim, assistimos a um novo paradigma urbano, através de novas formas de produzir cidade. Este processo deve-se a várias razões de ordem social e económica, através da mudança de hábitos de vida, dependência do automóvel, novas formas de consumo, nova localização de actividades produtivas e novas formas de sociabilidade (Font:2007). Este sistema de redes contém uma natureza multi-escalar em presença ao nível do projecto, bem como, constitui um desafio ao nível conceptual, programático e projectual, revelando níveis e escalas espaciais e sociais heterogéneas, de carácter infra-urbano e supra-urbano (Freitag:2004).

Finalmente, a proposta preposiciona um *continuum urbano* (Magalhães:2001) que a industrialização e o planeamento funcionalista menosprezou, bem como, um processo de regeneração urbana incluindo as questões locais e metropolitanas.

Estrutura documental

A estrutura base do documento do trabalho “Praça Metropolitana Uma Nova Centralidade” divide-se em 5 capítulos principais. Sendo ainda composto por Anexos e Bibliografia.

O primeiro capítulo debruça-se sobre uma temática que enquadra o Projecto numa visão global no contexto da cidade, tendo subjacentes 3 temas basilares: “Lisboa, Tejo e a Indústria”. Embora abrangente, este capítulo é fundamental permitindo tomar-se nota da dialéctica entre as dinâmicas Globais (Região de Lisboa) e Locais (Marvila e Chelas).

O segundo capítulo, serve de enquadramento ao território em estudo, Marvila e Chelas, abordando temas associados à ocupação humana do território e o respectivo processo de sedimentação do tecido urbano. As tipologias existentes também são abordadas tendo por base documentação do Arquivo Municipal da Câmara de Lisboa, permitindo focar a pesquisa no período de instalação das primeiras indústrias até à nossa contemporaneidade.

O terceiro capítulo, denominado “Conceitos Subjacentes e Exemplos de Apoio ao Projecto”, embora abrangente, aborda um conjunto de 3 temas transversais à área de Projecto: Centralidade Urbana, Coesão Territorial e Regeneração Urbana. Terminando, com uma breve apresentação de outros projectos que servem de apoio ou referência ao desenvolvimento do Fórum Metropolitano.

Finalmente, os dois últimos capítulos, quarto e quinto respectivamente, correspondem à apresentação das peças desenhadas referentes ao Plano de Estrutura e Fórum Metropolitano, acompanhado das respectivas conclusões finais do Projecto desenvolvido para obtenção de Grau Mestre em Arquitectura Especialização em Planeamento Urbano e Territorial.

V - Estado da Arte

A temática relativa ao planeamento urbano à escala da metrópole, “La explosión de la ciudad” constitui uma referência bibliográfica a nível das transformações territoriais recentes nas regiões urbanas Meridionais. Acompanhando esta obra de referência, acrescentaria o texto de André Corboz, “El territorio como Palimpsesto”, já que este apresenta uma perspectiva territorial que resulta das idiosincrasias e manifestação de diversos processos e agentes ao longo do tempo:

“cada territorio es único, de ahí la necesidad de *reciclar*, de raspar una vez más el viejo texto que los hombres han escrito sobre el irremplazable material de los suelos, a fin de depositar una nueva que responda a las necesidades de hoy, antes de ser a su vez revocado”

Por outro lado, na temática referente às infra-estruturas, o livro “Splintering Urbanism” de Stephen Graham e Simon Marvin. Os autores apresentam o conceito de “splintering urbanism” como um conjunto dialéctico que resulta da relação entre as infra-estruturas de carácter regional ou metropolitano com o tecido urbano de menor escala. No mesmo contexto, “No caos, sino Muros: el postmodernismo y la ciudad compartimentada” de Peter Marcuse, aborda o crescimento segregado das cidades através do fenómeno de hierarquização segundo poder e riqueza dos habitantes, gerando desigualdade nos espaços que ocupam.

No que concerne ao território em estudo, o livro “A Vulnerabilidade do Espaço em Chelas” da Dr^a Teresa Heitor permite através da análise da malha de Chelas um entendimento da morfologia do espaço urbano, nomeadamente o isolamento da malha de Chelas com o contexto da cidade e a desarticulação entre “as actividades urbanas”, onde as diferentes zonas tendem a estabelecer-se como “unidades autónomas, funcionais e espacialmente desvinculadas”.

Finalmente, o Museu da Cidade de Lisboa e o Arquivo Municipal da Câmara de Lisboa constituem duas boas fontes de pesquisa documental, permitindo uma análise detalhada do processo de ocupação humana do território em análise e, ainda, das diversas tipologias pré-existentes.

XX 

“Na realidade, como em todas as coisas, também na arquitectura, de uma feição especial, se verificam estas duas *Realidades*: o que é significado e o que significa. O que é significado é a coisa proposta, da qual se fala; o que significa é a evidência baseada na lógica dos conceitos. E, assim, parece que aquele que pretende ser arquitecto se deverá exercitar numa e noutra parte.”

- Vitruvius, *Tratado de Arquitectura*, IST Press, Lisboa, 2009

“Mas nós temos a ideia... Temos, mas vemos que não corresponde a *Realidade* nenhuma, suposto que a realidade significa qualquer coisa. A *Verdade* é, portanto, uma ideia ou sensação nossa, não sabemos de quê, sem significado, portanto sem valor, como qualquer outra sensação nossa.”

- Bernardo Soares, *Livro do Desassossego*, Assírio & Alvim, Lisboa

“Existe três tipos de Verdade: a minha Verdade, a vossa Verdade, e finalmente a Verdade”

Confúcio



Capítulo 1

Lisboa, Tejo e
a Industrialização

1.1- O Papel do Tejo nas Primeiras Trocas Comerciais

O Tejo, durante o século XV, desempenhou um papel fundamental enquanto via de circulação, exportação dos produtos que se desenvolviam ao redor do Estuário, “fundamentalmente para economia das populações ribeirinhas, as salinas, a pesca, a apanha de ostras e outros mariscos” (Ribeiro:1986), bem como na exportação de vinho e sal (Barata:1996). Assim, as margens pontuadas por cais, foram as primeira áreas de expansão da cidade em terrenos ganhos ao rio através de construção e aterros (Brito:1977).

Todavia, no passado Lisboa era uma cidade entre muralhas e distante do Rio Tejo. Segundo Galvão (1490-1557), foi no ano de 1428 que “foi o Infante D. Pedro a Inglaterra, França, Alemanha, à Casa Santa, e a outras daquela banda, tornou por Itália, esteve em Roma, e Veneza, trouxe de lá um Mapamundo que tinha todo o âmbito da terra, e o Estreito de Magalhães se chamava “Cola do Dragão”, o Cabo de Boa Esperança: “Fronteira de África”, e que deste padrão se ajudara o Infante D. Henrique em seu descobrimento”, que segundo o autor foi o renascer de um conhecimento “apagado e escurecido que não ousava nenhum Povo andar de uma parte para outra, por mar, nem terra”. A partir deste momento, e com o início da política de expansão para o Norte de África em 1415 associada a ideia da “conquista cristã” e bens transaccionáveis - ouro essencialmente – com o “Mapamundo que tinha todo o âmbito da Terra” do Infante D. Pedro, dá-se o início da construção de um Império em que Lisboa desempenha o papel de capital do mesmo.

Durante este período, o centro urbano de Lisboa ficava na colina do castelo e posteriormente, no século seguinte, com o início da rota “marítima-comercial” a cidade aproxima-se do rio com a construção de estaleiros (Moita:1983), numa época em que a cidade abre as portas aos mouros que por cá ficaram após a conquista.

Além disso, só com a construção do novo Paço Real em 1500, mais tarde designado Terreiro do Paço, surge um novo centro político e administrativo da cidade que resulta da redescoberta do rio, dado que, “toda a vida da cidade parecia ter-se concentrado na ribeira, arrastando consigo, naturalmente, a parte mais importante do equipamento urbano, mercados, tabernas, casa de comida e as hospedarias para albergar população flutuante” (Moita:1983), contribuindo para uma grande diversidade de produtos importados da Europa: orientais, loiças, porcelanas, tapeçarias, entre outros. Importa salientar que, foi uma era de “abandono das velhas tradições e modos de vida de um povo que, passada a euforia dos primeiros tempos de riqueza facilmente adquirida e instaladas as crises cíclicas de abundância e penúria, passara a refugiar-se numa religiosidade feita de superstições e temores vários que as renovações ético-religiosas vindas do

norte da Europa” (Pereira:1983). Nesta altura, e segundo Cristóvão Rodrigues, estima-se que Lisboa teria 100 000 habitantes, dos quais 10% da população fosse escrava¹.

Ainda durante o século XVI, Lisboa era uma cidade de diálogo morfológico devido a lógica geo-morfológica (Figuras 1 e 2) da ocupação dos vales e colinas, bem como, pela linearidade e organicidade dos cais no estuário, onde construiu-se ao longo do Tejo “desembarcadouros privados, ou de mareantes ou de produtos – cais do carvão, do tojo, da madeira” (Brito:1977), bem como, inúmeros abrigos e armazéns. Assistíamos, embora tímida, à primeira fase da industrialização portuguesa. Ao longo das encostas existia “um belo renque de fachadas nobres, diversificadas, apertadas umas contra as outras” e do lado norte da ribeira velha tinha casas que se destacavam pela sua “estranha decoração”, a Casa do Bicos, solar de Afonso de Albuquerque, pertencendo as restantes casas solarengas aos: Correias, Marquês de Belas, Meneses, Condes de Linhares, Mascarenhas, Marquês de Gouveia e Távora (Moita:1983).

Sendo assim, na Era da Expansão Portuguesa, Lisboa seiscentista era uma cidade higienista, que segundo Castelo-Branco em “Lisboa Seiscentista”, as habitações tiravam partido do relevo, o que permitia casas desafogadas refrescadas pela brisa do Tejo e pelos ares saudáveis dos campos.

¹ O surgimento dos primeiros escravos guineenses, que desembarcaram em Lagos em 1441 pela armada de Antão Gonçalves, trouxeram consigo correntes exóticas que alteram o quotidiano lisboeta no século XVI. Entrada dos ciganos que se fixaram por Lisboa, que trouxeram consigo o folclore e hábitos de comércio.



Imagem 1 - Vista em perspectiva de Lisboa. Gravura em cobre da segunda metade do século XVI. Título: Olissippo.

Fonte: Museu da Cidade



Imagem 2 - Perfil de Lisboa no século XVI, Gravura com data indeterminada. Título: Profil de La Fameuse Ville et Port de mer de Lisbonne.

Fonte: Museu da Cidade

Assim, Lisboa era composta por uma “teia medonha de pequenas ruelas que se cruzavam, estreitas e tortuosas, irregulares na sua largura, cheias de becos e de betesgas” (Castelo-Branco:1969), onde em algumas destas nem uma carroça passava, embora no Terreiro do Passo se concentrem as principais actividades da época. Segundo Francisco da Holanda (1517-1585), Lisboa continuava a ser suja e escura, sem grande escala e luxúria em que as “calçadas da rua esta descalça”. Relativamente à estrutura edificada seiscentista, a maioria tinha 3 pisos com uma fachada pouco decorada, com ornamentação simples e trabalhada, na qual o piso térreo funcionava como cavalariças e alojamento para pessoal doméstico e criadagem, em contraponto, com o 2º piso nobre e familiar onde encontram as salas principais, destinadas a receber visitas e a dar festas. Deste modo, a maioria dos palácios citadinos não impuseram “pela grandiosidade arquitectónica e pela variedade e riqueza do seu recheio” (Castelo-Branco:1969)

Por outro lado, os arredores lisboetas caracterizavam-se pelas quintas de recreio, nomeadamente na zona oriental de Lisboa, entre Belém e Alcântara, entre Queluz e Alvalade, dado que, a maioria das famílias nobres dispunham de quintas de veraneio utilizadas, por vezes, em acontecimentos festivos. Temos o exemplo do Marquês de Marialva com palácio em Marvila “cuja a filha até casou numa quinta dos arredores” (Castelo-Branco:1969). Segundo Frei António das Chagas (1631-1682), Chelas era um “vale sempre bonito” devido ao “verde amenidad”, marcada pela abundância de flores e fruta. Em suma, uma extensa rede de azinhagas que articulava quintas agrícolas e veraneio, completada por uma estrutura linear associada à frente rio.

Contudo, entre a Restauração e o reinado de D. Pedro II, dá-se a segunda tentativa de implementação de alguma indústria em Portugal, tendo como principais responsáveis pelo crescimento económico foram Duarte Ribeiro de Macedo, Conde da Ericeira, e o Marquês da Fronteira João de Mascarenhas. Ambos, substituíram as importações por bens produzidos internamente através da criação de manufacturas associadas à produção de lanifícios, sedas, chapéus, vidro e ferro. Todavia, com a assinatura do Tratado de Methuen em 1703, que permitiu a entrada de lanifícios ingleses sem quaisquer restrições conduziu ao declínio da segunda tentativa de promover o desenvolvimento manufacturado. Este tratado terá imposto consequências no desenvolvimento do país até à implementação da República, até essa data Portugal será um país maioritariamente agrícola.

1.2- Lisboa numa Europa Ocidental Industrializada

Após o terramoto de 1775, realizam-se grandes obras portuárias, através da construção de pequenos cais e o novo arsenal da marinha, armazéns e depósitos (Baixinho:2008). Na frente destas grandes obras estava Marquês de Pombal, influenciado pelas ideias Iluministas da época



as quais justificavam os seus propósitos, promovendo várias companhias em vários sectores produtivos como, a agricultura, o comércio e as pescas, dando assim início a terceira tentativa de promoção da manufactura em Portugal. Por outro lado, a maioria das propriedades pertenciam à Coroa, dando início a uma transformação sem precedentes em Portugal, que culminou com a dinamização dos vidros da Marinha Grande, manufactura de Portalegre, desenvolvimento os têxteis e artigos de luxo, como o açúcar e o tabaco, apreciados pela burguesia emergente que desempenhava um papel fundamental na manobra do Marquês, dado que estava imbuída de um espírito afrancesado da época e financiava o processo de forma activa. Assim, um dos principais investidores na indústria portuguesa foi o francês Jácome Ratton, quem juntamente com outros burgueses tirava partido das necessidades do mercado brasileiro.

Simultaneamente, o centro lisboeta sofria profundas alterações após o Terramoto de 1755 (Figura 3), visto que fora promovido um plano global com uma composição ortogonal e linear, com uma praça central também ortogonal, onde o edificado dispunha de um sistema em gaiola anti-sísmica, apresentando alçados todos iguais que concorrem para uma imagem de conjunto². Esta ideia de homogeneidade e imagem única está ao serviço de uma sociedade que tinha como ideal o nivelamento das classes sociais³. O Modelo racional e funcionalista “constitui uma dupla condição especificadora do urbanismo dominante do mundo industrializado (...), um modelo paradigmático (...) no que se refere ao próprio processo de urbanização da cidade de Lisboa” (Ferreira:1986).

Entre 1784 e 1807, desenvolveu-se as trocas comerciais com as colónias africanas, o oriente e o Brasil, comercializando escravos, especiarias, açúcar, tabaco e ouro da parte brasileira. Em suma, a economia portuguesa dependia, ainda, do comércio externo das colónias, embora após a abertura do porto do Brasil ao mundo em 1808, colocou o porto de Lisboa em perda irremediável de capital económico.

A primeira metade oitocentista, ficou marcada pela abolição da escravatura, pelas invasões francesas, o fim do monopólio do comércio colonial com o Brasil (1820-1825), a ocupação inglesa e pelos “desconcertos de regime e dificuldades institucionais até á Regeneração e ao Fontismo” (França:2005) na segunda metade do século XIX. O “Fontismo” é um dos períodos políticos que mais contribuem para a alteração da malha da área de trabalho, um processo que posteriormente será abordado.

² O que justificou a publicação de uma lei que proibia os donos das propriedades de fazerem obras antes da aprovação do plano global.

³ Após a expulsão dos jesuítas de Portugal, deu-se os primeiros passos para a alfabetização da população

O fim da Monarquia Absolutista deu lugar à Monarquia Constitucional, que albergava princípios de Igualdade, Fraternidade e Liberdade – influenciada pela revolução francesa de 1789⁴. Por seu turno, a Instauração do Regime Liberal em 1834, saindo de um período de Guerra Civil entre 1828 e 1834, resultou no pouco desenvolvimento urbano da cidade de Lisboa, onde a primeira grande transformação foi a extinção das ordens religiosas após a consolidação do liberalismo no país⁵, sendo muitos dos conventos convertidos em edifícios militares, hospitais, tribunais, quartéis e bibliotecas. Na área de Estudo temos o Convento do Grilo e do Beato como exemplo de tais reconversões em edifícios fabris.

Deste modo, existia um clima de abandono e depredação numa cidade marcada pelas práticas rurais (França:2005), note-se que o Liberalismo não se definiu de peremptória. Prolongou-se e sobrepôs-se à industrialização moderna uma economia tradicional de base agrícola, radicada nas teorias económicas do século XVIII (Sá:1974).

Por outro lado, um conjunto de reformas⁶ traduz numa perda de privilégios senhoriais da nobreza e no conseqüente nivelamento social, que beneficiou em larga escala a burguesia capitalista emergente pelo triunfo da indústria, das trocas comerciais e da banca. (Medina:1990) O triunfo desta nova classe emergente, abre as portas à política pontificando a decadência da aristocracia miguelista e da velha nobreza que sairá triunfante da causa liberal e que tinha acento na câmara dos Pares. Segundo Almeida Garrett, em “Portugal na Balança da Europa 1830”, o “Aristocracia são aqueles homens que querem honras sem as merecer, empregos sem para elles serem hábeis, que só querem consummir sem produzir, que querem para si o gôso, e o trabalho para os outros, etc. Tam aristocrata pode ser o peão como o nobre; e sobejos exemplos todos os dias temos d’essa possibilidade”.

Com o “Fontismo” entre 1868 e 1889, viveu-se um período de fomento de obras públicas e modernização das infra-estruturas do país (Figura 4) financiado pelos empréstimos da banca inglesa (Calado:1993)⁷. A primeira grande intervenção urbana resultante da conjugação de factores expostos anteriormente, foi o Aterro da Boavista que teve início em 1858, seguido por melhorias no Porto de Lisboa (Mendes:1951) da responsabilidade dos engenheiros João Joaquim

⁴ Consagrando separação de poderes e a representatividade como forma de participação política

⁵ As ordens religiosas apoiaram Miguel de Portugal derrotado na Guerra Civil

⁶ Os princípios liberais que consagram os direitos e liberdades individuais, resultam da eliminação da desigualdade social do século XVIII, tal como, no privilégio do individuo enquanto cidadão e igual perante a lei

⁷ Numa época marcada pela rotatividade partidária entre Regeneradores e Históricos, e entre Progressistas e Regeneradores que tiveram em Fontes Pereira de Melo a figura maior da Política Portuguesa da época (Marques:1974).

de Matos e Adolfo Loureiro. Definiram-se pólos industriais na zona oriental de Lisboa para acolher as populações oriundas do excedo rural, surgindo “fabricas, armazéns, residências obreiras, subvertem quintas e campos ou transformam velhos palácios e conventos em acumulações promíscuas de gente humilde” (Ribeiro:1994). A inauguração da linha de caminho-de-ferro da zona oriental até santa Apolónia dá-se em 1865, acompanhando a construção de uma nova linha de costa e criação de condições para o crescimento urbano, acompanhando as primeiras indústrias e acolhendo uma população em êxodo rural – rede ferroviária fundamental para o transporte de pessoas, bens e ideias, dada a ligação a Paris através da rede de Espanha. Essa linha de caminho-de-ferro contribuiu para a fragmentação das grandes quintas de veraneio existentes no Beato e Vale de Chelas.



Imagem 3 – Lisboa após o terramoto de 1775

Fonte: <http://travessadoferreira.blogspot.com/2007/02/sismos-sismos-antunes-ferreira-p-ara.html>

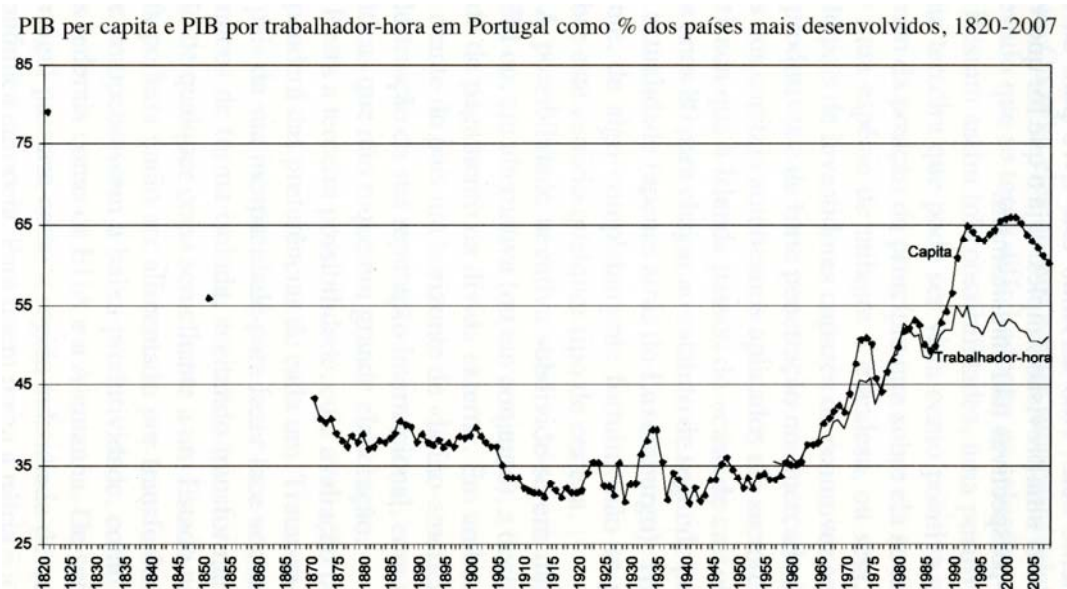


Imagem 4 - PIB per capita e PIB por Trabalhador- Hora em Portugal.

Fonte: Luciano Amaral, "New Series of Portuguese Population and Employment"



Imagem 5 - Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios. Litografia.

Fonte: Eng^o José Fava, Museu da Cidade

Um Modelo de cidade fundamentado numa noção de “burguesia culta e afrancesada considerada na altura um símbolo do progresso desejado e prestigiante: passeio público, as avenidas novas, os bairros residências de ricos e de operários” (Fernandes:1989), em contra ponto com, “o rio era para comercializar e industrializar, e a sua vizinhança seria espaço de circulação e transporte; as pessoas passavam a viver em espaços mais desafogados e planeados, é certo, mas ocupando com eles o perdido *hinterland* de quintas e terrenos de cultura” (Fernandes:1989)⁸. Numa perspectiva dual, assistimos ao progresso da electricidade através da iluminação dos armazéns chiado e da avenida da liberdade, mas sem horizontes ou perspectivas úteis para as classes laboriosas. Simultaneamente, assistimos ao surgimento dos primeiros prédios de arrendamento ligados a industria, transportes e comercio, bem como, a inúmeras vilas e pátios dando resposta ao êxodo rural. Nos pontos de maior concentração industrial, como Alcântara, entre Xabregas e Poço do Bispo, que diversas empresas por iniciativa própria constroem habitações salubres para os seus operários. A grande maioria dos prédios de rendimento, partia da tipologia pombalina mas com medíocre aparência. Pela primeira vez, nascerá os primeiros movimentos operários em Portugal através da agregação de associações, de jornais operários (Voz do Operário) e realização de greves⁹.

Em suma, estamos perante uma cidade dual, ou seja, Lisboa higienista e burguesa em contraponto com a Lisboa operaria, insalubre dos primeiros passos industriais, que como os novos perímetros urbanos em 1885 pela primeira vez Lisboa albergava os Pátios e Vilas operários associados aos pontos de maior concentração fabril. Aos olhos dos cronistas e pensadores da época Lisboa transformou-se numa cidade “soturna”, “melancólica” e “devoradora de vidas” (Cesário Verde) e Mariano Pina considerou-a “pretensiosa e ridícula”. Numa perspectiva global, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, no mesmo período, escreviam “As Farpas” e narravam um país dependente do Estado que “não tendo princípios, ou não tendo fé nos seus princípios, não pode propriamente ter costumes”.¹⁰

⁸ Construção da Avenida da Liberdade entre 1879 e 1882 - em 1821 o passeio público fora aberto a todos com a chegada ao poder por parte dos liberais – dando inicio a implementação de um modelo francês de boulevard.

⁹ Influenciado pela implementação da República Democrática e Social Francesa de 1848, bem como, pela Comuna de Paris de 1871. Assim, com base na ideologia socialista e anarquista denunciavam injustiças sociais, lutando por melhores condições de trabalho do operariado.

¹⁰ “Este caldo é o Estado. A classe média vê do Estado. (...) Os proprietários procuram viver à custa do Estado (...) A própria indústria faz-se proteccionar pelo Estado e trabalha sobretudo em vista do Estado. A imprensa até certo ponto vive também do Estado. A ciência depende do Estado. O Estado é a esperança das famílias pobres, e das casas arruinadas, é a ocupação natural das mediocridades; é o usufruto da burguesia. (...) Resulta uma pobreza geral. (...) A pobreza geral produz um aviltamento na dignidade. Todos vivem na dependência: nunca temos por isso a atitude da nossa consciência, temos a atitude do nosso interesse.” In Farpas

1.3- Municipalização do Espaço e o Condicionamento Industrial

Em 1900 Lisboa tinha 356 mil habitantes, e o país possuía uma rede rodoviária de 14000 kms e uma linha de caminhos-de-ferro de 2356 kms de extensão, no qual Lisboa desempenhava a função de capital centralidade geografia, de vocação centrípeta e agregadora. Uma vez mais, o país entra num período de perda de capital humano e económico irreversível, com um dos índices mais baixos de PIB/per capita desde o “Fontismo” (Figura 4). Assim, o primeiro quartel da Lisboa novecentista ficou marcado pela Proclamação da República a 5 de Outubro de 1910 e, ainda, com as dificuldades orçamentais dos sucessivos mandatos marcado pela desvalorização monetária e desequilíbrio da balança comercial.

Assistimos a um processo de instabilidade governamental desde 1911 até 1926 com sucessivos governos a tomar posse, período com presos políticos¹¹, composto por partidos ausentes da realidade, escolhem gente de segunda classe sendo incapazes de formular reformas estruturais, o que conduz a instabilidade política e social resultaram no crescimento arbitrário da cidade até 1930, “a última planta da cidade datava de 1911” (França:1989). No sentido contrário, na mesma época Le Corbusier já iniciara o seu primeiro plano para uma cidade para três Milhões de Habitantes, e em 1930 apresentava a “cidade radiosa” no II Congresso dos CIAM (Lamas:2004). Um antagonismo entre a “boa forma urbana” (Lynch:2007) da cidade histórica ou modernista, face à arbitrariedade urbana.

Em 1930 Lisboa tinha 590 000 habitantes, com a revisão constitucional de 1933 dá início a II República, Estado Novo, que tinha como Chefe de Estado Salazar que proclamava que “todos os Homens, independentemente da sua origem e categoria, do seu credo religioso, de suas preferências de regime, de suas antigas filiações partidárias, para um trabalho de conjunto a bem da Nação” (Ramos:2010), dando início a um sistema ditatorial “tradicionalista” e “preventivo” num país pobre e rural.

No início dos anos 40, o Eng.º Duarte Pacheco acumula os cargos de presidente da câmara e ministro das obras públicas até 1943, dá-se início a um conjunto de “obras emblemáticas da capital do império” (Ferreira:1986). Assim, em 1935 saiu a Lei da Reconstituição Económica que conduz ao “condicionamento industrial”, que terminaria em 1965, com o objectivo de fomentar o desenvolvimento económico do país (Ferreira:1986). Assim, no final dos anos 30 dão-se os novos avanços sobre a linha de costa redesenhando-a, principalmente na zona oriental,

¹¹ Segundo a investigação de Rui Ramos, neste período existiu por volta de 2382 presos político, número superior aos 126 do futuro Estado Novo, bem como, dos 1000 presos nas prisões do PREC.

“realizou-se um aterro para a instalação da fabrica de gás da matinha (1938), (...) abriram caminho para Avenida Dom Henrique (anos 50). Construiu-se os cais entre Xabregas e doca do Poço do Bispo, regularizam-se as margens entre Matinha e Beirolas, o que resulta na definição da margem de costa que conhecemos nos nossos dias” (Baixinho:2008), marcando a passagem de uma linha de costa morfológica para uma linha de costa funcional. Por outro lado, o Urbanista E.Groer presente em Lisboa entre 1938 e 1940, desenvolveu um projecto ordenador para a cidade de Lisboa, sendo corrigido e melhorado durante os anos 40. Por outro lado, temos o planeamento dos bairros de Alvalade e Areeiro da responsabilidade de Faria da Costa (Lamas:2004), construção do jardim zoológico, bairros ao longo da Almirante Reis, Bairro da Liberdade e Bairro Azul. Para tal, “começou a expropriação de terrenos que, até 1951, deram ao município a posse de 35% da superfície total, ou seja 2800ha, e a possibilidade consequente de comercializar 135 há para os bairros programados, numa operação rentável” (França:1989).

Importante mencionar que, estamos perante as primeiras experiências de uma “nova” produção arquitectónica, embora nunca fossem experiências modernistas, dado que, já não eram modernas na Europa (Fernandes:1979). A intervenção fundiária e a reestruturação territorial, dá-se com o desenvolvimento de um “modelo de ordenamento urbano da capital do império”, através do planeamento de uma nova organização social e urbana, tendo por base um controlo apertado das formas de ocupação e apropriação do espaço (Ferreira:1986). Assim, dá-se início a “Municipalização do espaço” através do processo de expropriação de terrenos o que levou a um fenómeno de “movimento de terras” com foco entre 1938 e 1940. Os Terrenos expropriados (Figura 6) tiveram como fim os primeiros “bairros de casas económicas”, primeiro no período de 1938-1943, sendo um dos propósitos a construção de “habitação social”, através da política de controlo de “usos do solo” da cidade. Posteriormente assistimos à urbanização do bairro de Alvalade, que consistia nas várias políticas de habitação e na convergência de vários estratos sociais da “classe operaria” e da “pequena burguesia urbana”.

Assim sendo, a “transição ente a modernidade urbanística e o autoritarismo político, no caso de Lisboa, são, ainda, duas ideias-força da política urbana desencadeada por Duarte Pacheco, a partir de 1938, (...), a que podemos localizar como subjacente a uma concepção imperial da capital do país, cuja monumentalidade urbanística deveria acompanhar” (Ferreira:1986). Contudo, e paralelamente às iniciativas de habitação e planeamento do Estado, nas áreas de mão-de-obra fabril, vale de Chelas e Alcântara, surgiam mais “bairros de lata” com condições piores que as vilas e pátios oitocentistas. Pela primeira vez, em Portugal exploram os princípios da Carta de Atenas (Salgueiro:1992), com a construção do Bairro dos Olivais em 1955, “plano para 2500 fogos de habitação social num terreno de 40 hectares. Segue-se em 1960, o plano de olivais sul, com 186,6 hectares em 1962 o de Chelas, 510 hectares destinados a albergar 11 500 fogos, maioritariamente para habitação social” (Salgueiro:1992). Este processo dá início a um

“diálogo mudo” e distante entre as experiências do movimento moderno e as quintas de veraneio no Vale de Chelas.

Finalmente, a convergência objectiva dos sucessivos planos de melhoramentos (França:1989), com o urbanismo formal de Groer, Agache, Bardet e Faria da Costa, primeiras aplicações da Carta de Atenas (Lamas:2004) e a construção, em 1966, da ponte Salazar – hoje designada Ponte 25 de Abril - resultam na definição regional de “Grande Lisboa” (Plano de Groer), através da alteração dos raios de 10 para 25 quilómetros de área urbana. Assim, por um lado assistíamos a um “processo de fazer urbanismo iniciado com o movimento moderno dos anos 20-30 na Europa que pregava os mitos progressistas do bloco isolado e alto, virado ao sol e aos bons ares, e das vias respectivamente separadas que enquadravam o pensamento puritano e funcionalista do pós-guerra europeu” (Fernandes:1989), Ao início da crise portuária e modernização dos meios de carga, a “falência de um modelo industrial” (Barata:1996), o que conduz ao encerramento de diversas empresas e redução do volume de emprego.

PROPRIEDADES EXPROPRIADAS PELO MUNICÍPIO DE LISBOA - 1935-1949 e 1950-1971

Períodos	Número de propriedades	Área expropriada (km ²)	Custo de expropriação (escudos)	Preço médio (esc./m ²)	Ritmo de expropriações (área relativa)		Área média por propriedade expropriada (m ²)
					em cada uma das conjunturas	de 1935 a 1971	
1935-1937	81	1.200.924	1.876.810\$00	6540	4,2	3,0	14.826,2
1938-1943	1041	19.920.342	150.492.003\$00	7560	69,7	49,4	19.135,8
1944-1949	699	7.454.394	179.118.510\$00	24\$10	26,1	18,5	10.644,4
De 1935-1949	1740^o	28.575.660	331.487.323\$00	11560	100,0%	(70,9%)	(16.422,8)
1950-1960	1545	5.776.318	583.570.439\$00	101\$00	49,1	14,3	3.738,7
1961-1971	1546	5.996.944	1.406.592.428\$00	234\$60	50,9	14,8	3.879,0
De 1950-1971	3091	11.773.262	1.990.162.867\$00	169\$00	100,0%	(29,1%)	(3.800,9)
Total de expropriações	4831	40.348.922	2.321.650.190\$00	57\$50		100,0%	

Obs: ^o Não inclui as 81 parcelas de 1935-37 por não se ter confirmado essa informação.
 Fontes: . Anais do Município de Lisboa, de 1938 a 1949, C.M.L.
 . A. Vasconcelos e Sá, 1950, 12/13
 . M. Santos Ferreira e C. Leitão Buraca, 1972, 45/46

PREVISÕES DE ÁREA A EXPROPRIAR - 1938-1949

Períodos	Anos	Propriedades	Área (m ²)	Valores relativos (%)		Diferença de área expropriada (concretizada-prevista) nos períodos 1938-1943 e 1944-1949	
				anuais	acumulados	número	percentagem
(1938-1943)	1938	291	8.665.182	31,8	31,8		
	1939	227	4.265.769	15,6	47,4		
	1940	380	2.408.770	9,1	56,5		
	1941	215	1.825.708	6,7	63,2		
	1942	130	2.432.690	9,0	72,2		
	1943	177	3.197.000	11,8	84,0	- 2.874.777	- 15,0%
(1944-1949)	1944	73	847.735	3,1	87,1		
	1945	77	933.365	3,4	90,5		
	1946	171	875.431	3,2	93,7		
	1947	149	677.806	2,5	96,2		
	1948	147	786.551	2,9	99,1		
	1949	204	244.357	0,9	100,0	+ 3.089.149	+ 42,0%
Totais no período de 1938 a 1949		2.241	27.160.364	100,0		214.372	0,8%

Fonte: Anais do Município de Lisboa, anos de 1938 a 1949, C.M.L.

Imagem 6 – Propriedades Expropriadas pelo Município de Lisboa

Fonte: CML

Distritos	Anos do Recenseamento									
	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960
Portugal	4286995	4698984	5102891	5446760	5999146	6080135	6802429	7755423	8510240	8889392
Lisboa	349187	415057	497727	565560	681521	743496	903460	1054731	1222471	1382959
Lisboa (cidade)	190311	240740	300964	351210	431738	484664	591939	694389	783226	802230

Tabela com "População Residente"

Fonte: Censos

1.4- Cidade Pós-Industrial: Área Metropolitana de Lisboa

Desde a adesão à União Europeia, assistimos a um processo de reconfiguração territorial e industrial do sector, devido à diminuição do emprego fabril que resulta do declínio da tecnologia obsoleta e mão-de-obra desqualificada (Ricardo:2009).

A Área Metropolitana de Lisboa, assistimos a um “processo de desindustrialização que afecta a estrutura económica, social e urbana da metrópole e dos seus territórios industriais (Nunes:2008). Nas décadas de 80 e 90, à descentralização ou desactivação da actividade industrial e a centralização do terciário nos centros históricos numa primeira fase, e posteriormente o sector dos serviços ocupa a orla industrial. Por outro lado, este processo é marcado pela diminuição do número de habitantes nos núcleos históricos e sua dispersão pelo território devido à decadência da estrutura edificada oitocentista e novecentista, bem como, aos preços acessíveis da habitação financiados pelo credito fácil da banca. Logo, assistimos à emergência dos novos meios de produção, bem como, em consequência um *boom* na habitação, “se construi-o em dez anos como nunca antes se havia feito e se chegou à situação actual que se reflecte no Censo de 2001: há mais fogos que famílias” (Morgado&George:2007). Consequentemente, a margem norte da Área Metropolitana de Lisboa desenvolveu-se – Odivelas, Loures, Amadora e Sintra – quer a nível do imobiliário, quer a nível funcional e da mobilidade. Por seu turno, o desenvolvimento da margem sul esta associado a um processo de re-industrialização, ou seja, por um lado associado à construção da travessia sobre o Tejo e estruturas ferroviárias, e por outro, com a localização de um novo tipo de industria como a Auto-Europa que dá resposta à crise industrial obsoleta associada à metalúrgia, química e estaleiros navais, com a introdução de um novo paradigma industrial na AML. Estes centros urbanos, assumem um papel preponderante nos novos processos de produção de cidade, isto é, a emergência de uma nova rede territorial, tal como as auto-estradas, conduz ao crescimento dos movimentos pendulares entre os vários núcleos urbanos, diminuindo a uni-pluralidade até aqui existente traduzindo-se em novas hierarquia territoriais.

Assim, esta cidade em rede, assume novas lógicas de produção territorial através de espaços desconexos, fragmentados e sem qualquer tipo de continuidade morfológica, tal como, assume novas lógicas de relacionamento social fruto da “proliferação dos núcleos do sector terciário ao longo da A5, dispersão da pequena e media industria na área urbanizada de Sintra, dispersão dos centros comerciais de média e grande escala pela AML, são alguns exemplos deste fenómeno” (Morgado&George:2007). Se Lisboa pretende ser uma referência na Europa e no mundo, o seu tecido urbano não pode comportar situações de segregação social, económica e espacial, uma vez que, este tipo de situações concorre para a geração de pobreza e desigualdades na Área

Metropolitana de Lisboa. Situação esta, que os Planos Estratégicos e sucessivos estudos e Instrumentos de Gestão abordam e procuram dar uma resposta adequada à problemática. Um dos exemplos paradigmáticos deste fenómeno deu-se na zona oriental da Área Metropolitana de Lisboa, integrando o Parque das Nações e a Estrada Nacional 10. Como resultado a área do Parque das Nações “perde a vocação industrial dominante e afirma-se como área residencial, de consumo/lazer e de serviços, em tipologias desiguais e de leitura e gestão pouco articuladas” (Portas:2003), potencializando as relações metropolitanas da zona oriental com a metrópole, através de uma boa rede de transportes, e ainda, da consolidação da frente ribeirinha de carácter lúdico/lazer.

Todavia, este modelo de cidade pós-industrial gera uma cultura do carro e da auto-estrada reformulando o paradigma urbano acompanhado por novos hábitos de consumo e produção, acarreta todo um conjunto de possibilidades que permitem a ascensão na hierarquia social, retirando da pobreza milhões de indivíduos, que ambicionam ao mítico sonho americano (carro, casa, viagens, telefone, computador, entre outros bens, e simultaneamente, este fenómeno acentua o consumo de recursos escassos e, mais uma vez, a utilização de combustíveis fósseis para gerar luz, calor e trabalho mecânico. Por outro lado, com a queda do muro de Berlim e emergência dos Estado-mercado, o Homem corre o risco de ser vítima do progresso e da decadência do sistema westfaliano (Gray:2008), uma vez que, este sistema económico global coloca para segundo plano sistemas familiares e redes de solidariedade que cruzam vários territórios.

Segundo o consultor em energia David Rothkopf, “creio que já não estamos pós-alguma coisa, julgo que estamos pré-algo totalmente novo”, ou seja, na Era do Clima e Energia, numa Era de mudança e grandes desafios, novas questões e problemáticas. Logo, faz todo o sentido às disciplinas de arquitectura, engenharia e planeamento urbano convergirem objectivamente numa atitude multidisciplinar, de modo a dar resposta a novos paradigmas de cidade, sistema de produção e distribuição. Com isto, a nossa condição assume uma dimensão Kafkiana, ou seja, o que existe não se explica, nem pelo passado, nem pelo futuro.

O crescimento em “mancha de óleo” que ocorreu em Lisboa (Ferreira:1986), conduz a um sistema em conurbação (Portas:2003) que comporta um custo elevado de energético e de recursos escassos. De modo a compreender o impacto deste paradigma urbano, recorro a Thomas Frieman, que pelo seu turno, recorre ao químico da área da energética Nate Lewis do Instituto de Tecnologia da Califórnia, e propõem a seguinte analogia: “Imagine que está a conduzir o seu automóvel e por cada quilometro e meio percorrido atira com meio quilo de lixo pela janela. E todos na auto-estrada, quer conduzam automóveis ou camiões, fazem exactamente

o mesmo. (...) É precisamente isso que estamos a fazer; apenas não conseguimos ver. Estamos a deitar fora meio quilo de CO2 libertado para a atmosfera por cada quilómetro que percorremos”.

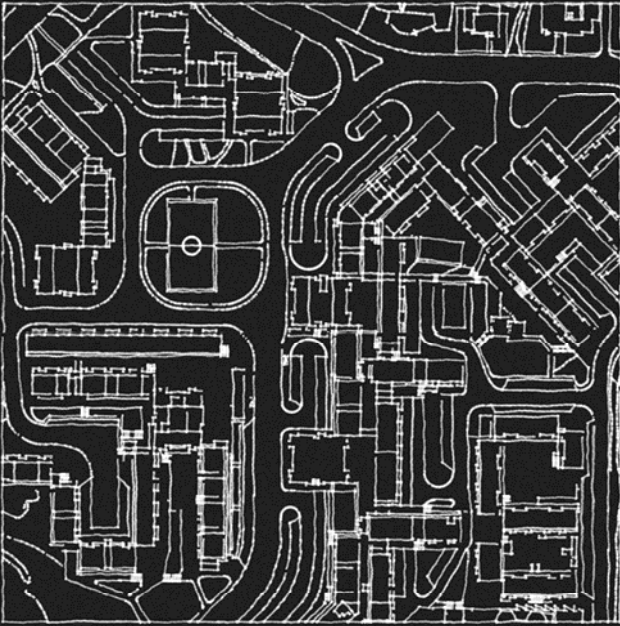
Com a emergência da sociedade em rede, e a consequente transição da sociedade industrial para uma sociedade do conhecimento, Portugal ambicionou a “criação de emprego e de remuneração dos factores produtivos, isto é, com capacidade de melhorar, de forma sustentada, o nível de vida médio da população (Mateus:2006). Com a globalização pontificada pelos espaços de fluxos e sistema em redes, concorre para o surgimento dos estados-mercado (Gray:2008) em que as cidades funcionam como noz de articulação da rede. Este processo conjugado com o processo de globalização “potência o aumento das desigualdades sociais e económicas” (Castells:2007). Com a transformação da “cultura material” (Castells:2007) surge a transformação das práticas sócias e processos de trabalho numa economia mundial liderada pela produção de serviços, pelo sector financeiro e pelo sector “quaternário” (Matias Ferreira:1997). Logo, as cidades e regiões são realidade fruto dessa revolução da “cultura matéria” marcando as bases civilizacionais do século XXI.

O tratamento da passagem do referencial da “concorrência entre empresas” para o referencial “competição entre países e regiões” traduz-se num processo difícil, dada a complexidade de avaliação dos respectivos resultados na sustentação dos níveis de vida da população (Seixas.2004), embora “os territórios conseguem criar condições de competir com sucesso em alguém dos múltiplos segmentos do mercado global, ou são, inexoravelmente, votados à marginalidade no processo de partilha da riqueza mundial, e os seus habitantes condenados a debaterem-se por si mesmos com os danos do desemprego e da pobreza” (Lopes:2001). Relativamente à competitividade e o ambiente são realidades simbióticas, logo não faz qualquer sentido debater o futuro sem ter em conta as questões da sustentabilidade e boa governança (Seixas:2004).

A nível da coesão territorial, dando resposta às directrizes desenvolvidas no EDEC e Carta de Leipzig 2007, o processo de coesão social esta associada a competitividade territorial ao seu desenvolvimento coerente e sustentável, e simultaneamente, a uma realidade sistémica e pluridimensional (Seixas:2004) relacionada com as variáveis do emprego e produtividade, educação, cultura, saúdes e habitação. Segundo Isabel Guerra, “todos conhecemos as contradições entre a prática e o discurso nomeadamente no que respeita á construção das nossas cidades e à distribuição de bens e serviços urbanos. Mas a maturidade do pensamento político e a democraticidade de uma sociedade pode ser aferida pela situação de igualdade em que vivem os cidadãos numa comunidade local”. “Agir sobre o espaço é, simultaneamente, agir sobre a sociedade”. Logo a intervenção publica deve defender interesses globais e de equidade, funcionar com interesses de médio prazo e agir num contexto de sustentabilidade, algo que o

urbanismo tende a menosprezar, dado que, cada vez mais valoriza as grandes dinâmicas e esquece a escala temporal e geográfica da vida quotidiana (Guerra:2003)

Finalmente, cidade com qualidade passa ainda pela referenciação a uma identidade urbana, ou seja, pela capacidade de cada um gostar do sitio, do bairro e da cidade onde mora porque se identifica com ele. Assim, a cidade tem de ser um espaço com “direito à diferença” num espaço inclusivo e comum que fomente as formas de expressão multicultural na rua e na cidade.



Capítulo 2

Interpretação Analítica
Marvila e Vale de Chelas



2.1- Ocupação Humana do Território e Formas de Crescimento – Marvila Entre- Muros

Durante o século XV é comum as famílias nobres possuírem quintas de recreio e veraneio nos arredores lisboetas, no qual o Vale de Chelas se apresenta como um exemplo desse fenómeno, que conduziu à construção de uma rede de azinhagas que articula quintas agrícolas e de veraneio, completando por uma estrutura linear associada à frente rio.

Assim, uma paisagem pontuada por edifícios singulares que vai desde, edifícios de carácter religioso (Convento do Grilo, Convento das Grilas, Convento do Beato e Convento de Chelas) a todo um conjunto de palácios e casas de veraneio (Palácio Marques de Abrantes, Palácio Duque de Lafões, Quinta da Mitra, Quinta dos Alfinetes, entre outras) que com os seus jardins se articulam numa estrutura geo-morfológica voltada, inicialmente, para a Rua Direita e, posteriormente, com o assoreamento do Rio Tejo a frente rio ordena e hierarquiza a estrutura urbana. A análise tem por base a traça e tipo de articulação com o traçado urbano, que no desenvolvimento da Análise dos “Tipos de Ocupação”.

Sendo assim, a existência de grandes propriedades em que o seu limite é definido por uma rede de azinhagas, e pontualmente, surgem intervenções com uma dimensão urbana intrínseca, ou seja, estamos perante as primeiras formas de crescimento urbano para além *hinterland* de quintas e terrenos de cultura, e da ocupação com armazéns e pequenos cais ao longo da margem do Rio Tejo. Nomeadamente, destaco os primeiros segmentos de rua típicos da cidade tradicional junto ao Poço do Bispo, e ainda, a Alameda do Beato.

Posteriormente, com a abolição do sistema de morgadio em 1834¹² e a inauguração da linha de caminho de ferro da zona oriental até Santa Apolónia dá-se em 1865, acompanhando a construção de uma nova linha de costa e criação de condições para o crescimento urbano, acompanhando as primeiras indústrias e acolhendo uma população em êxodo rural. Esta infraestrutura conduz à divisão das propriedades rurais, criando *vazios urbanos*, uma cidade “entre muros” que permanecem até à nossa contemporaneidade, e simultaneamente, algumas parcelas são reconvertidas em armazéns e pequenas fabricas. Em boa parte, este fenómeno de reconversão deve-se ao declínio da aristocracia dominante do velho mundo aristocrático, e o “emburguesamento da sociedade” (Serrão:1978) leva a um processo de aculturação, isto é, os novos burgueses desempenhavam papéis no domínio do comércio e da indústria. Como exemplo sugiro a construção de armazéns a Sul do Palácio da Mitra (Fabrica Seixas), reconversão do Convento do Beato em 1921 (Parte da futura Fabrica Real), Reconversão do Convento das Grilas

¹² Mouzinho da Silveira foi Ministro das Finanças e da Justiça em 1832 e 1833, sendo um dos principais responsáveis pelas reformas da Economia Portuguesa

(Estrutura Militar), e finalmente, parte da propriedade do Convento das Freiras de Marvila é dividida em lotes e reconvertida em armazéns em 1941 (Sociedade Vila Pereira).

Um conjunto de factores que dão início ao processo de sedimentação do tecido e dos tipos de ocupação em Marvila, principalmente na marginal com os sucessivos aterros ao longo do século XX, que suporta uma estrutura ortogonal com polígonos de implementação regular devido à estrutura ortogonal das diversas tipologias industriais presentes. Com este tipo de intervenção assistimos ao declínio de um modelo de ocupação territorial marginal singular e característico da cidade Lisboa, em favor do paradigma industrial emergente com a Lei da Reconstituição Económica de 1935 que conduz ao “condicionamento industrial”.

Por outro lado, é relevante o parcelamento da estrutura fundiária intrínseca de acordo com as grandes lógicas presentes no território, ou seja, entre Linhas Férreas estamos perante a pequena escala da habitação promovida pela burguesia em função da procura por parte da população operaria dando lugar a um conjunto de pequenos pátios e vilas operarias com qualidade e integradas na estrutura urbana. Uma segunda área monofuncional e destinada à actividade portuária. Por outro lado, a área compreendida entre Rua Direita e a Rua do Açúcar foi alvo de um processo de sedimentação e ocupação das diversas lógicas e praticas urbanas decorrentes do quotidiano, onde o fenómeno mais interessante fecundasse no espírito da época que partia em busca da emergência do Comunismo e do Anarco-sindicalista, e ainda, dos primeiros trabalhos de Howard sobre a Cidade-Jardim¹³. No primeiro caso, deve-se em boa parte *A Voz do Operário* e a Custódio Brás Pacheco redactor principal, influenciados pela Comuna de Paris e a necessidade de “educar o espírito”, ou seja, instrução primária e a alfabetização da classe operária.

Com o Plano de Groer e a Municipalização do Território, desenvolveu-se um conjunto de operações de planeamento de uma nova organização social e urbana, controlando as formas de ocupação do espaço que resultam nas primeiras experiências da Carta de Atenas nos Olivais e no Vale de Chelas. Isto traduz um novo paradigma urbano numa cidade pensada na macro-escala e num modelo de ocupação composto por um bloco isolado e orientado ao sol, em oposição à rua corredor da cidade tradicional (Lamas:2004), ou seja, através do processo de expropriação estamos perante um grande propriedade que permite aplicar o modelo do edifício isolado, formando bairros “rodeados, podemos dizer mesmo delimitados, por uma complexa e densa estrutura viária” (George:2009). Algo que permite um boa acessibilidade com a cidade, mas fomenta a descontinuidade morfológica com a vizinhança conferindo “um carácter de ilha” (George:2009).

¹³ Howard publica em 1898 “Tomorrow, a Peaceful Path to real Reform”, apresentando um novo modelo de organização social, económica e territorial.

Deste modo, se com a via-férrea trouxe consigo a segregação do espaço e fomentou a segregação social, o modelo progressista da Carta de Atenas acentuou ainda mais a problemática em questão. Por outro lado, assistimos ao processo de “desindustrialização” que alterou as práticas sociais e económicas do país, nomeadamente “na acentuação e diferenciação das polaridades sociais (...) nas zonas industriais devolutas; nas infra-estruturas portuárias desactivadas; e na acentuação da marginalização das antigas aglomerações operárias” (Pereira:2007).

Sendo assim, podemos concluir que assistimos a um conjunto dialéctico que resulta da relação entre as infra-estruturas de carácter regional com o tecido urbano de menor escala (Graham&Marvin:2001), concorrendo para um fenómeno de estigmatização e desqualificação do tecido urbano. Por outro lado, fenómeno gera múltiplas escalas no território através da relação estabelecida entre elementos de menor escala (bairro e rua) e os elementos que revelam-se de grande escala através da sua lógica regional (caminho de ferro, porto e Avenida Infante Dom Henrique),



Imagem 8 – Análise do tecido urbano num período compreendido entre 1840 a 1860

Nota: Desenvolvido para o trabalho



Imagem 9 - Análise do tecido urbano num período compreendido em 1910

Nota: Desenvolvido para o trabalho

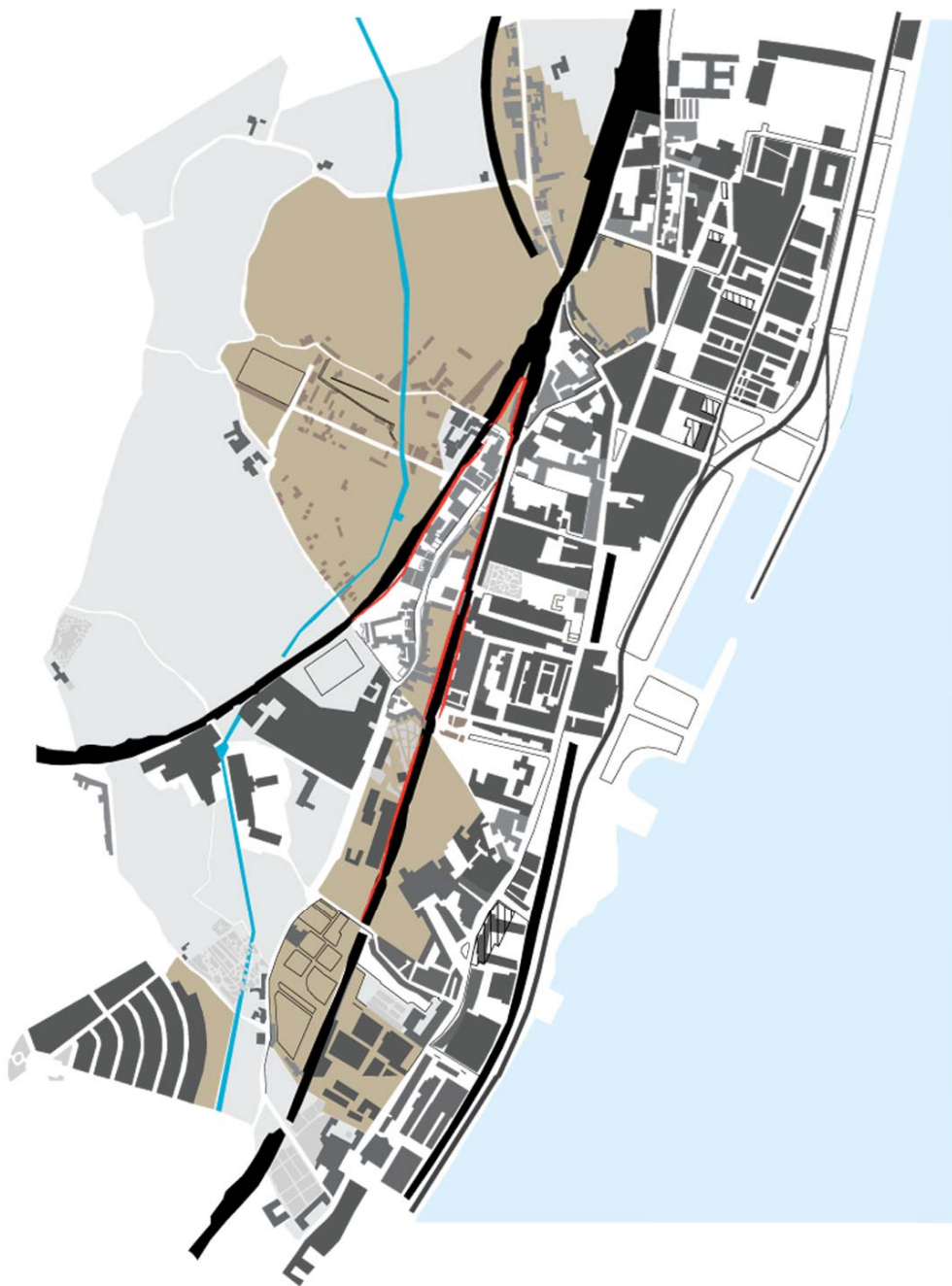


Imagem 10 - Análise do tecido urbano num período compreendido em 1950

Nota: Desenvolvido para o trabalho



Imagem 11 – Análise das lógicas de ocupação, 1910

Nota: Desenvolvido para o trabalho



Imagem 12 - Análise das lógicas de ocupação, 1950

Nota: Desenvolvido para o trabalho



Imagem 13 - Análise das lógicas de ocupação, 2010

Nota: Desenvolvido para o trabalho

“não tem sentido livrar-nos do passado para pensar apenas no futuro e até o facto de nisto se acreditar é já uma ilusão perigosa. A oposição entre futuro e o passado é absurda. O futuro não nos traz nada, não nos dá nada, somos nós que para construirmos temos de dar tudo.”

Simone Weil, A Primeira Raiz, 1949

2.2- Tipologias Identificadas e tipos de ocupação que resultam das idiossincrasias do quotidiano

2.2.1 – Enquadramento

A cidade industrial é marcada pelo desequilíbrio entre a oferta e procura da habitação, dando lugar à valorização dos interesses económicos sobre o desenho da cidade (Lamas:2004). Existia uma profunda desconfiança sobre a cidade industrial, e para alguns o novo paradigma urbano conduz à necessidade da alteração das formas de convivência, contrapondo as formas da cidade real com a cidade ideal.

Um deles foi Robert Owen (1771-1858), considerado um reformado utópico, e percebeu que uma fabrica organiza-se através de uma ordem interna, mas também no limite a empresa responde às exigências do mercado, é este equilíbrio que joga a harmonia entre actividades internas e externas que controla os modos de vida. (Benévolo:1994). Efectivamente, Owen acreditava que a agricultura e a industria deveriam co-existir, assim elabora um modelo de convivência ideal: um comunidade restrita que trabalha colectivamente no campo e na fabrica tornando-se auto-suficiente. Importa mencionar que, está época foi prospera em pensadores utopianos dos quais destacam-se Charles Fourier e Etienne Cabet, as acções do segundo foram influenciadas pelas teorias do socialismo científico da segunda metade do século XIX que, segundo o Manifesto de Marx e Engels de 1848, uma nova sociedade emergirá da erradicação da ignorância e na defesa das classes dominantes: Luta de Classes.

Com o crescimento das Vilas, Pátios e conseqüente densificação dos interiores de quarteirão, tanto Owen como Fourier “propõem conjuntos edificados que, se no esquema volumétrico se aparenta com o palácio da nobreza, já na organização distributiva interna decorrem da organização comunitária” (Lamas:2004). Por outro lado, os industriais mais conscientes promovem bairros especializados para os trabalhadores com lazer e recreio, uma abordagem adequada aos modos de vida emergentes pela classe dominante.

Enquadrando o tema na cidade Lisboa, o Município concentrava energias e sinergias na cidade com Modelo de Boulevard francês e nos primeiros estudos de Ressano Garcia para as

Avenidas Novas, menosprezando a Lisboa industrial que emergia a Oriente. Os jornais da época nunca mencionam de forma explícita a dimensão da insalubridade em que as classes desfavorecidas habitavam, isto é, por um lado as modernas Avenidas Novas e dos Armazéns do Chiado protagonizavam uma vida citadina intensa e animada pelos teatros, cinemas e cafés, e por outro lado, uma cidade pontuada por doenças - surtos de febre-amarela, varíola e pneumonia - crianças abandonadas nas ruas da capital onde as greves gerais são uma constante do quotidiano.

Nesta conjuntura, durante a 1ª Grande Guerra e instabilidade política na República Portuguesa conduziram à inflação da moeda nacional, resultando em problemas com as rendas entre inquilinos e proprietários, num processo de constante revisão da Lei das Rendas estabelecendo regras de acordo com o arrendamento e a sua finalidade.

Como reacção à carência habitacional, o Jornal "A Voz do Operário", propriedade da Associação dos Manipuladores do Tabaco, desde 11 de Outubro de 1879 apresentou todo um conjunto vasto de iniciativas em função da carência da população. Das iniciativas do movimento destacam-se:

- Inauguração a 11 de Outubro de 1891 da 1ª escola primária, com o objectivo de educar os filhos dos associados, iniciativa que rapidamente se difunde pelos diversos bairros da capital,
- Primeira rede de bibliotecas inaugurada a 14 de Setembro de 1888, dado que, "só com o conhecimento se conquista o futuro";
- A 4 de Agosto de 1930, inauguram a primeira policlínica que sucessivamente se foi ampliando e intensificando ao ponto de existir assistência médico-escolar;
- Inauguração em 14 de Dezembro de 1930 da primeira cantina escolar, utilizada para centenas de crianças pobres que frequentam escolas e instituições
- Escola Comercial é inaugurada a 15 de Outubro de 1937, com o objectivo de transformar cursos técnicos e oficinas, mais compreensíveis e úteis
- 23 de Dezembro inaugurada Biblioteca infantil na Avenida de Chelas
- 1 de Agosto de 1941, o 1º campo de férias, para alunos da sociedade, nos meses de Agosto e Setembro para "retemperar os pulmões com bom ar"

Assim, dá-se início a um conjunto de sinergias que transformam a forma de ocupação do território, onde as fábricas albergam diversos sistemas programáticos onde a vida dura da fábrica se confunde com a vida de lazer e familiar. Convém ainda reforçar, que muitas destas preocupações conduziram ao desenvolvimento do conceito de habitação social no final do século XIX e início do século XX, nomeadamente, das primeiras intervenções fundamentadas nos

conceitos da Cidade-jardim e da Carta de Atenas, que traduziram nos primeiros Planos Integrados na cidade de Lisboa: Bairro de Alvalade, Olivais e PUC.

Para terminar, de modo a traduzir a precariedade da população da zona em estudo importa mencionar que, o Inquérito realizado em 1955 pelo Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU) indica que 1175 das 2801 famílias residentes viviam entre o Rio e via-férrea. Por outro lado, segundo o “Inquérito Habitacional aos Bairros de Lata e Construções Abarracadas Existentes na Área Administrativa de Lisboa” do Gabinete Técnico da Habitação (GTH) demonstra que nesse período 30% da população da zona vivia em barracas ou estruturas edificadas sem condições mínimas.

2.2.2 – Tipologias identificadas

No passado a rede de azinhagas e quintas de veraneio mantém uma relação directa com o *hinterland*, e através da documentação disponível, é possível identificar vários tipos de habitar no período pré-industrial.

Em primeiro lugar, na rede de azinhagas as quintas mantém uma relação directa com a rua e o interior do lote dispõem de um jardim privado e sem qualquer tipo de articulação com o espaço público. Em segundo lugar, é comum a habitação isolada em que a ligação é realizada por um caminho compreendido entre as azinhagas e o palácio ou quinta. Finalmente, em terceiro lugar, um conjunto de palácios e conventos que surgem voltados para o rio, mas os jardins estabelecem uma relação directa com a Rua Direita pré-existente, o que leva à reconversão do jardim privado e fechado sobre si, reconvertendo-se num jardim que funciona como intervalo entre o privado e público. Neste caso importa mencionar o Palácio do Duque de Lafões que a moradia é em banda e surge com três frentes de rua, em que o piso térreo é destinado às actividades comerciais.

Todavia, é no período compreendido entre a deslocação da população do campo para a cidade - processo fomentado pelas políticas no período do “fontismo” - e o início dos primeiros planos integrados da CML, o tecido urbano de Marvila e do Beato adquirem uma riqueza formal e conceptual fruto do espírito da época, da convergência objectiva dos factores apresentados anteriormente. Assim sendo, fase ao défice entre a oferta e procura de habitação e a busca de “organização comunitária” adequada aos novos estilos de vida (Benévola:1994), vários são os exemplos presentes e identificados no tecido urbano:

- Rua Fernando Palha a tipologia industrial é composta por um piso térreo com pé direito elevado, e no segundo piso fica as habitações dos trabalhadores;

- Palácio de Dom Gastão, o primeiro piso, foi reconvertido em Escola Primária e todos os anos apresentava requerimento junto da CML com o intuito de permanecer em funcionamento;
- Na Fabrica dos Fósforos foi anexado uma divisão para Escola Primária dos trabalhadores locais e do bairro, ainda hoje o bairro “Por trás dos fósforos” mentem uma relação consistente e recíproca com a fabrica;
- O piso térreo do Palácio do Duque de Lafões foi reconvertido no Cinema Pátria;
- A Sociedade Vila Pereira, para além da sua componente industrial, dispunha de um Centro Técnico Hospital e, ainda, habitação para operários.
- Reversão do Convento do Beato na “Companhia Industrial de Portugal e das Colónias” no final do século XIX, e adjacente a está iniciativa dá-se início à construção de habitação destinada aos operários.

Dada a precariedade e ausência de noções de Estado, o tecido urbano deposita uma nova resposta as necessidades decorrentes das idiossincrasias quotidianas. Dai a riqueza programática das tipologias industriais que vão para além dos pátios e vilas operárias, “essencialmente dominadas pelo modelo de moradia em banda, muitas vezes agrupadas em pequenos núcleos perfeitamente delimitados” (George:2009). Importa mencionar que, alguns dos pátios e vilas presentes no território são fruto da pequena escala do investimento dos industriais, permitindo uma construção de casas pequenas e de fraca qualidade, como o Pátio das Quintinhas próximo da Companhia Nacional de Portugal e das Colónias. Por outro lado, para além da deficitária qualidade das habitações, no início do século XX, uma “família típica da classe trabalhadora, destinava quatro quintos do orçamento familiar a necessidades da alimentação” e o restante à renda da habitação (Teixeira:1995).

Assim, os princípios económicos e os novos estilos de vida prevalecem sobre as questões do desenho da cidade. A localização das habitações deve-se à proximidade das fábricas, resultando o declínio do estatuto económico dos antigos proprietários, nomeadamente terrenos do Palácio da Mitra e do Duque de Lafões, e respectiva apropriação da nova classe burguesa capitalista emergente. Importa, mais uma vez, mencionar que muitos dos habitantes mais abastados habitam nos novos bairros e avenidas planeadas.

Finalmente, outra situação que enriquece os padrões de ocupação humana do território deve-se à relação recíproca entre algumas tipologias industriais e as infra-estruturas existentes, ou seja, se no capítulo anterior concluí-se que a segregação espacial resultante da linha de caminho de ferro, que culmina com as descontinuidades morfológicas do tecido e a permanência, até aos nossos dias, de grandes vazios urbanos com protagonismo no território. Porém, algumas das

tipologias mantêm uma relação directa com a infra-estrutura, estabelecendo pontos de ancoragem e descarga de bens. Um dos exemplos é a Sociedade Vila Pereira que dispõem de uma linha de carris interna e conectada com a grande via-férrea regional, e ainda, de um pequeno alpendre de cargas e descargas voltado para a linha em causa. Mas, não se trata de uma situação única, já que o mesmo tipo de relação é passível de aferir na zona militar.

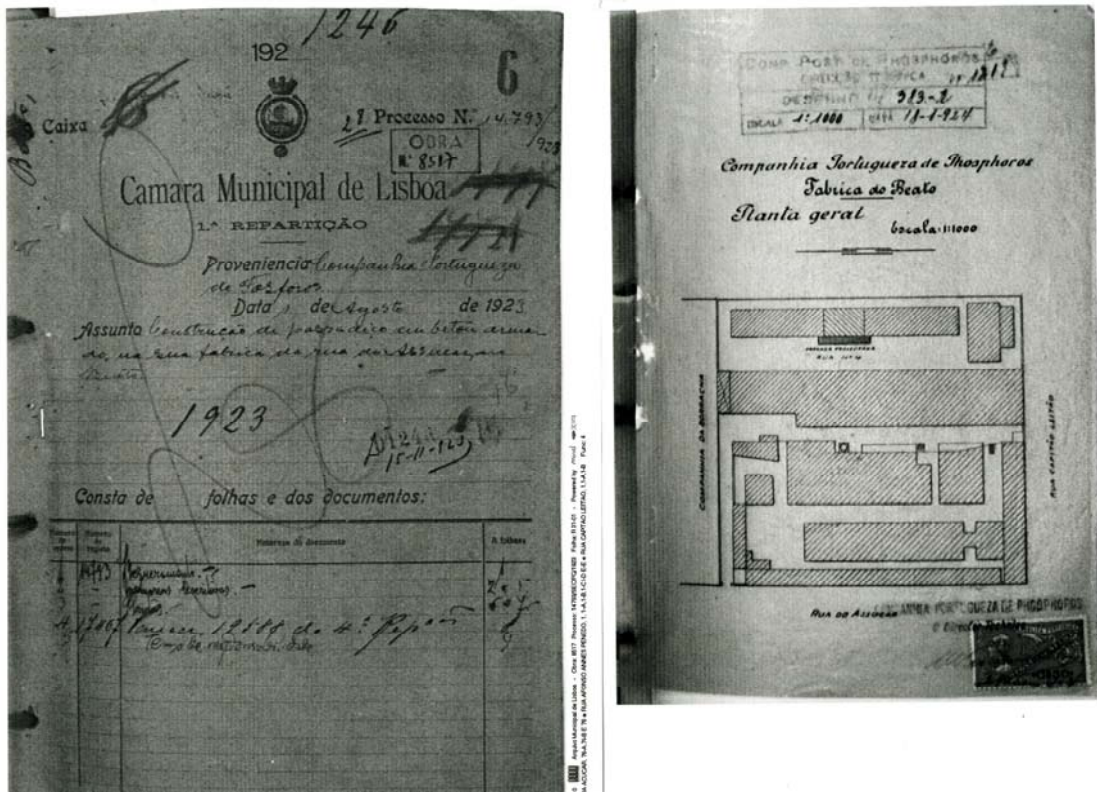


Imagem 14 – Fabrica dos Fósforos

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Histórico

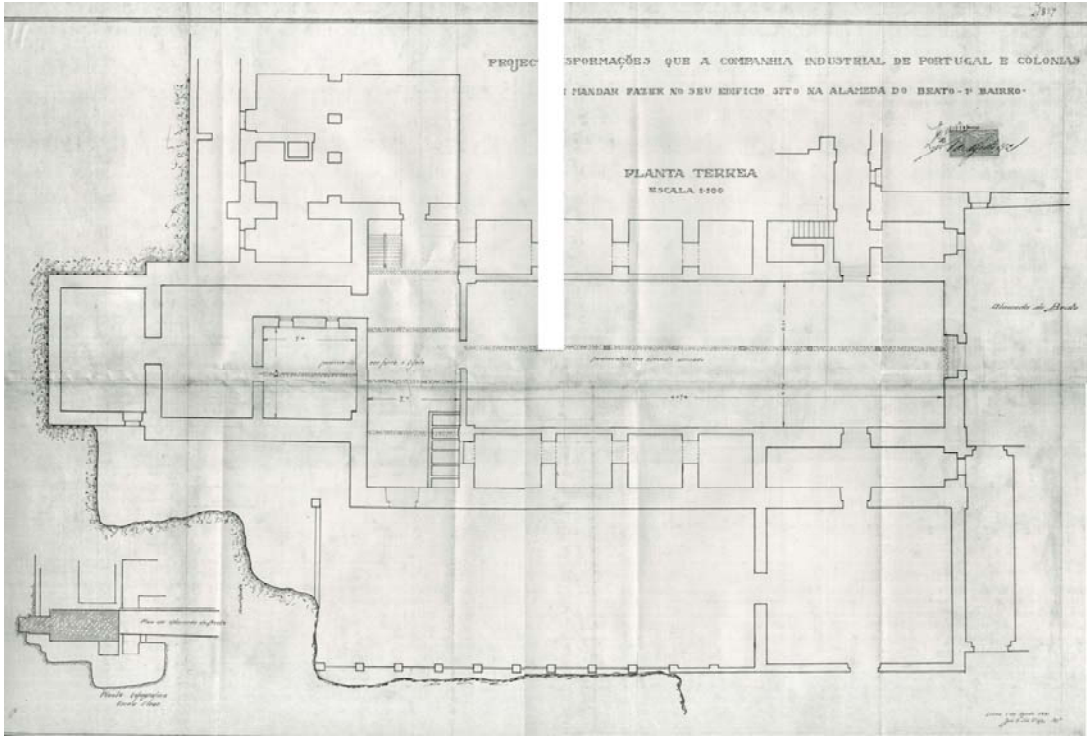


Imagem 15 – Reversão do Convento o Beato na Companhia Industrial de Portugal

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Histórico

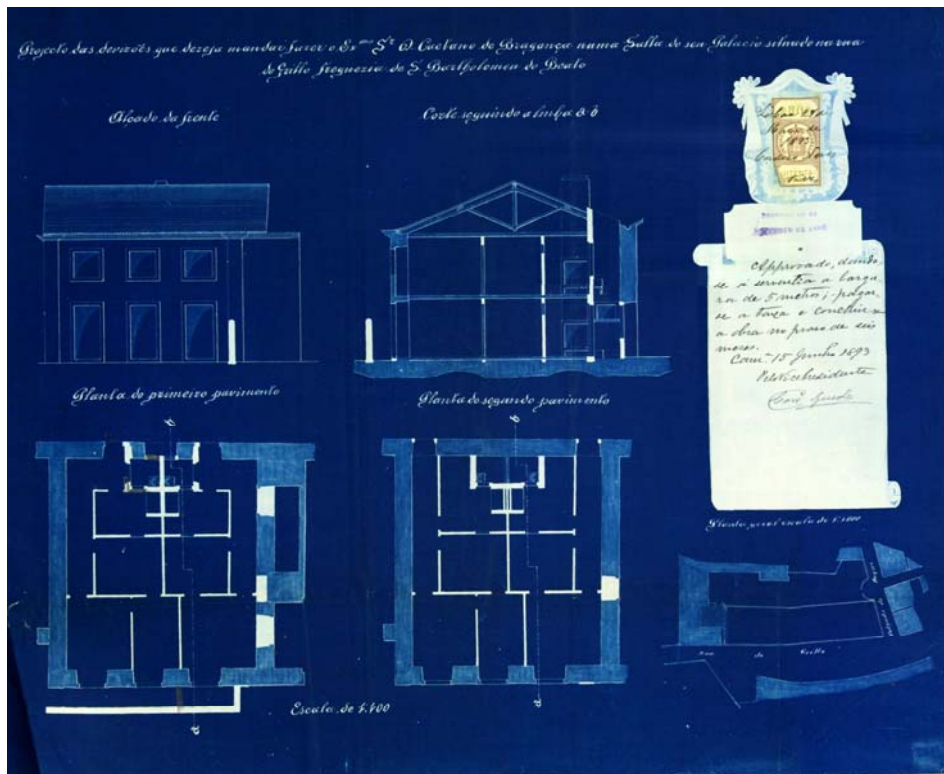


Imagem 16 – Palácio Duque de Lafões

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Histórico

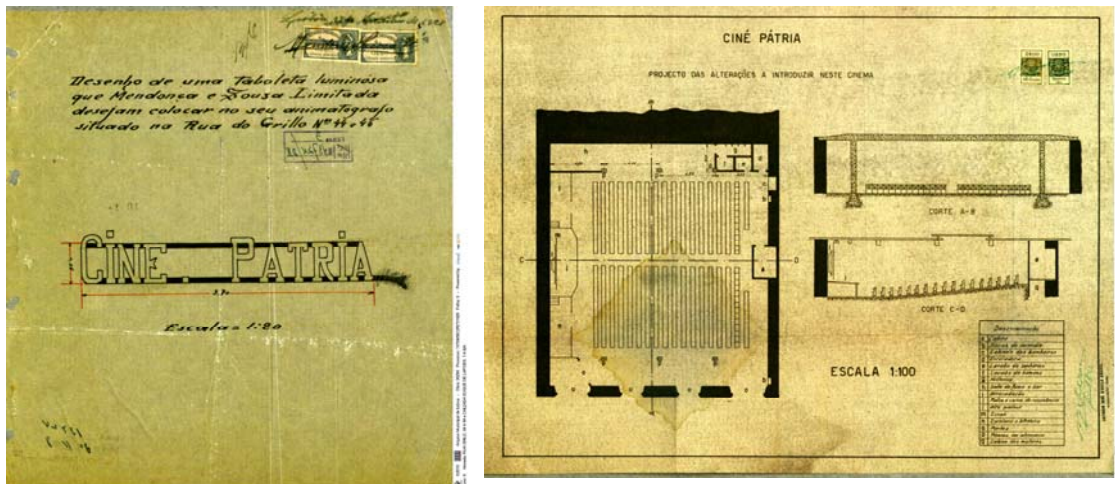


Imagem 17 – Cinema Pátria no Palácio Duque de Lafões

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Histórico

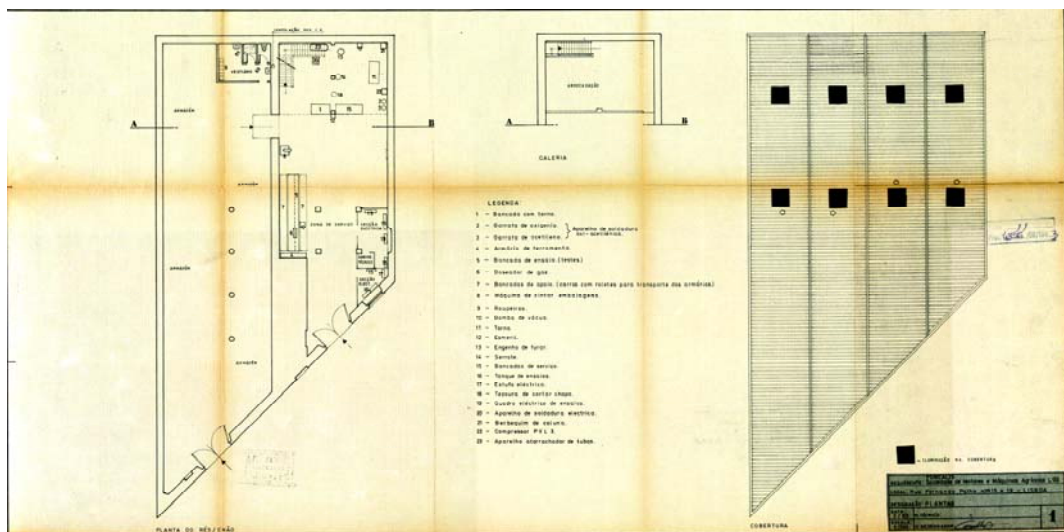


Imagem 18 – Tipologia Industrial na Rua Fernando da Palha

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Histórico

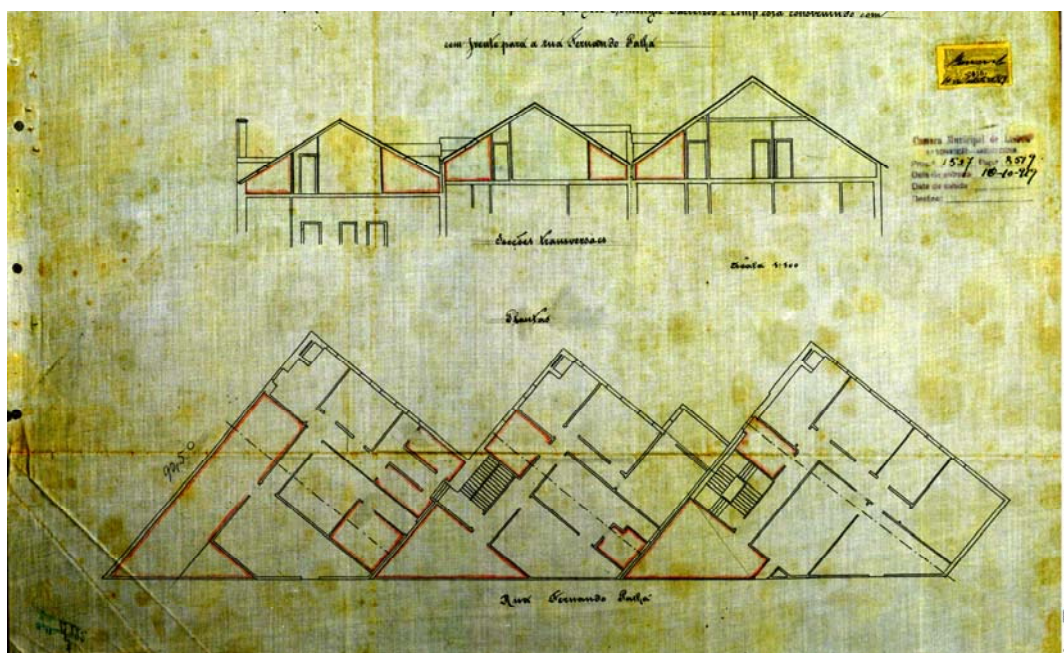


Imagem 19 – Habitação na Tipologia Industrial na Rua Fernando da Palha

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Histórico

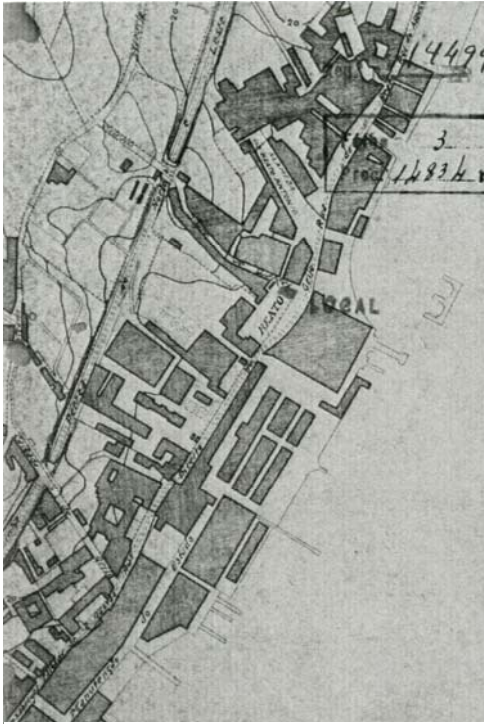
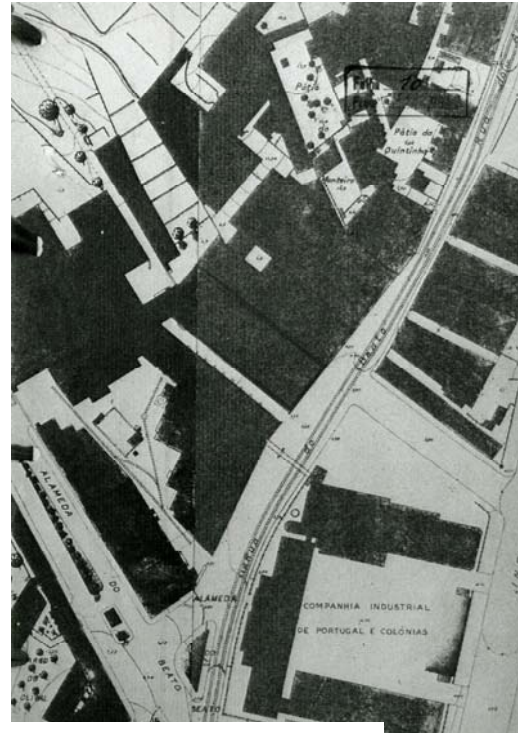


Imagem 20 – Plantas e Localização de 1952



Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Histórico

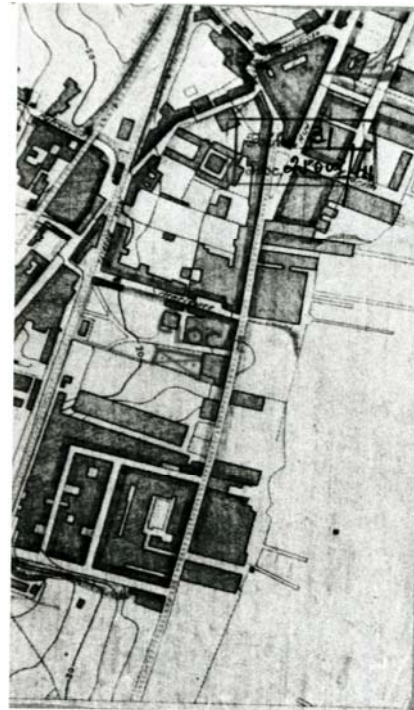
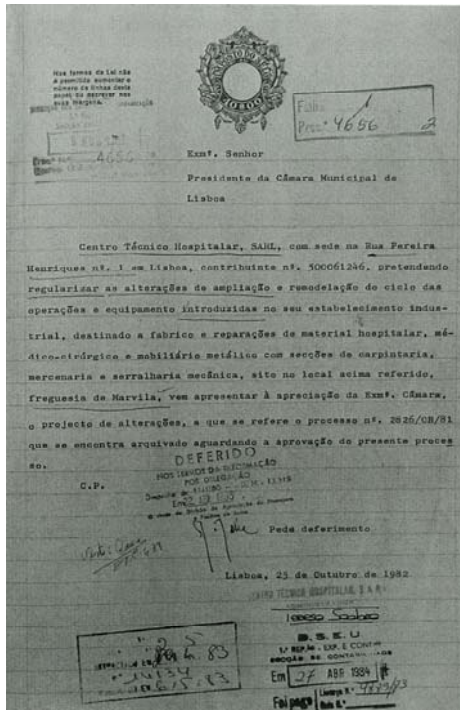


Imagem 21 – Plantas de Localização de 1942 e Requerimento de Obra no Centro Técnico Hospitalar

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Histórico

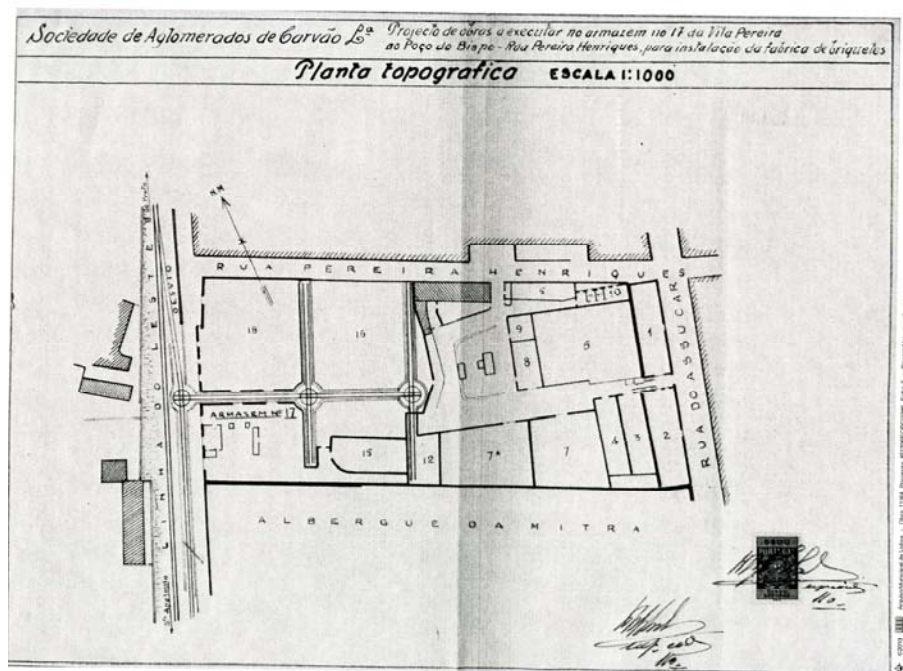


Imagem 22 – Planta Topográfica da Sociedade de Aglomerados e Carvão Lda.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Histórico

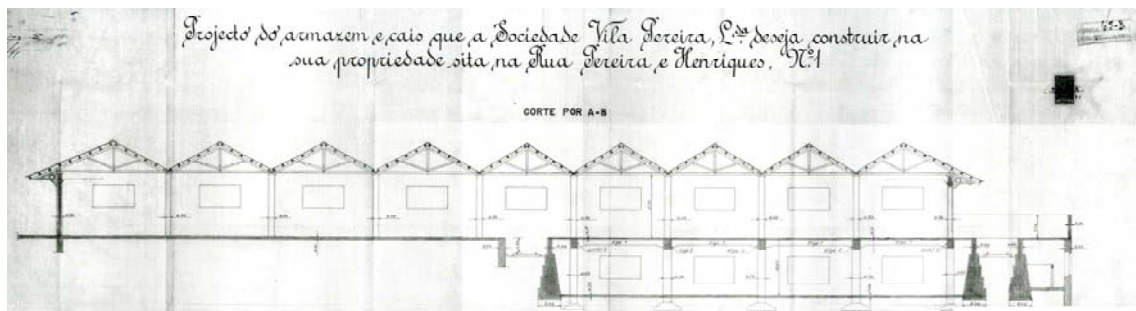


Imagem 23 – Corte dos Armazens e Cais da Sociedade Vila Pereira Lda

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Histórico

2.3 - Plano de Urbanização de Chelas e o Programa Viver Marvila

Estabelecendo uma ponte com os capítulos anteriores, o Vale de Chelas desde o século XV que a morfologia consistia numa extensa rede de azinhagas que articulava quintas agrícolas e veraneio, completada por uma estrutura linear associada à frente rio nas zonas e Marvila, Beato e Poço do Bispo.

A transformação do tecido inicia-se, numa primeira fase, com o Plano de Groer em 1948, que determina e delimita zonas destinadas à indústria tirando partido da proximidade da linha de comboio e da proximidade com o Rio Tejo, e uma zona de habitação de baixa densidade interior e no vale de Chelas. Este tipo de proposta de habitação de pequena escala protagonizada pelo Plano é resultado de acordo com os estudos da “cidade-jardim”. Numa segunda fase, a proposta desenvolvida pelo GEU em 1958 reduz a área industrial, nas zonas habitacionais aumenta a densidade proposta e define uma grande área verde a poente devido à servidão do aeroporto, Com o processo de “municipalização do território” e o processo de expropriação nos anos 50 desenvolvidos, numa terceira fase o Gabinete Técnico da Habitação (GTH) em 1962 apresenta uma proposta para o Vale de Chelas e Olivais, na zona oriental de Lisboa, perspectivando uma população de 110 000 habitantes, em que 15 000 residiam em Olivais Norte, 40 000 em Olivais Sul e, finalmente, a Proposta de Urbanização de Chelas (PUC) albergaria 55 000 habitantes. É o início das operações de grande escala, integrando planos de expansão da cidade e uma resposta eficaz ao défice de habitação, definindo modelos e formas de ocupação do solo (Heitor:2001).

Relativamente ao PUC concluído em 1965, a malha urbana proposta assenta numa “estrutura centrípeta com base numa compartimentação celular da vida urbana” (CML:1965), onde existe um distribuição linear do equipamento de maneira e constituir uma estrutura urbana que alberga:

- diversas actividades urbanas estabelecendo um paralelismo entre zonas geradoras de vida urbana e as zonas de habitação.
- vivificar as faixas através de um tráfego pedonal e automóvel, para tal recuperam o “conceito de rua” (CML:1965), e simultaneamente, conferem maior influencia de articulação com a cidade e região contribuindo para uma maior dinamização das faixas
- as “faixas de vida urbana intensa” (CML:1965), na proposta inicial, são o resultado da alta densidade, do comercio que acompanha a faixa dos piões, sector terciário e equipamentos culturais, de modo a fomentar deslocações e relações entre Chelas e cidade.

- as zonas verdes propostas, resultam da proximidade com a zona industrial e a conseqüente necessidade “de uma reserva de ar não poluído” (CML:1965) criando-se áreas arborizadas com esse fim, ainda, zonas de logrador colectivo com fins de lazer e recreio. A poente, actual Parque da Bela Vista, é uma zona condicionada pela Servidão do Aeroporto.

Assim, o desenvolvimento do Plano Base do GTH propõe uma “unidade global que condiciona inclusivamente a relação *urbanismo-arquitectónica*”, em que as zonas habitacionais recuperam o “conceito tradicional de rua como elemento de união”, em que os equipamentos representam uma estrutura activa e garante a hierarquia do tecido. Esses equipamentos ocupam 4 escalões distintos: primeiro, de utilização diária e integrando zonas de habitação; segundo, utilização frequente como escolas e estabelecimentos assistenciais; em terceiro, equipamento geral de utilização ocasional como igrejas e mercados; e finalmente, no quarto escalão encontram-se equipamentos de uso regional integrados no sistema global da cidade.

Contudo, para além destas preocupações de âmbito local, o Plano Base nunca descora o princípio de unidade e articulação com a cidade e região, explorando ao detalhe a “unidade global” e a integração com o conjunto (CML:1965). Sendo assim, a malha tem por base dois eixos estruturantes, um de sentido Norte-Este que articula Moscavide e Arreiro, e ainda um eixo central que resulta da morfologia do vale de Chelas sendo vias destinadas a circulação automóvel.

Um dos princípios que orientavam o PUC era a “criação de uma estrutura social heterogénea sob o ponto de vista económico, etário e cultural”. Ao invés, na prática, a habitação foi dirigida apenas para famílias com fraco poder económico, provenientes de bairros degradados da cidade” (George:2009). Actualmente, “tecido social monoclássista e estigmatizado, formado por estratos populacionais de baixos recursos económicos” (Heitor:2001) são o reflexo de factores externos políticos que condicionaram e determinaram os critérios de atribuição das habitações, colocando os objectivos iniciais do Plano Base desenvolvido pelo GTH que pretendia uma estrutura urbana plurifuncional e socialmente diversificada. Esta subversão do plano levou ao declínio de algumas proposta arquitectónicas virtuosas do Plano Base, influenciadas pelos princípios da Carta de Atenas que visava uma habitação digna e saudável como factor de desenvolvimento. No mesmo sentido, o arrastamento do plano e incumprimento dos programas resultaram numa má articulação entre os 4 distintos bairros que funcionam como “ilhas”, e ainda, na relação entre Chelas e a cidade criando condicionamentos físicos (Heitor:2001).

Desde os anos 90 que o bairro sofrerá intervenções no âmbito do programa Intervenção Operacional /Renovação Urbana (IORU), recuperando e renovando o espaço público criando zonas de circulação segura para peões, praças de uso colectivo e reunião da população, parques infantis, espaços desportivos, iluminação pública adequada e mobiliário urbano (CML:1997).

Posteriormente, o Programa de Reabilitação e Desenvolvimento Integrado (PRDI) alberga os Bairros das Amendoeiras, Armador, Condado, Flamengo e Lóios, sendo um programa apoiado pela CML e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) que dá início ao Programa “Viver Marvila”.

Finalmente, este programa distingue-se do IORU, já que para além de uma visão de prospectiva a 20 anos, parte do princípio da mobilização e participação da população de modo a fomentar o sentimento de pertença e uma postura responsável perante os bairros. O programa aposta ainda nas “sinergias com os investimentos previstos para esta zona da cidade – instalação do Hospital de Todos-os-Santos, do instituto Português de Oncologia e da ligação à Terceira Travessia do Tejo”.



Imagem 24 – Chelas, *Fonte: CML, Plano Urbanização de Chelas*

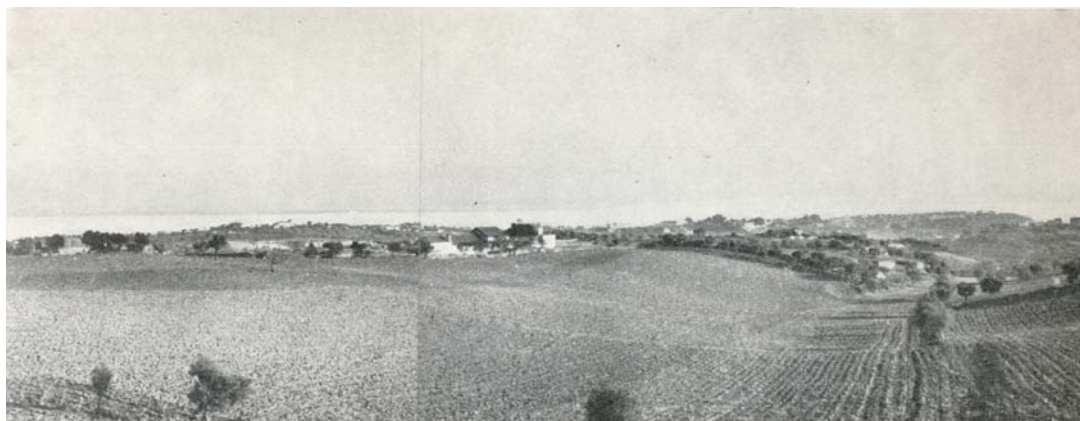


Imagem 25 – Chelas, *Fonte: CML, Plano Urbanização de Chelas*



Imagem 26 – Programa Viver Marvila

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa



Imagem 27 – Plano de Urbanização do Vale de Chelas

Fonte: Plano de Urbanização Chelas – Câmara Municipal de Lisboa

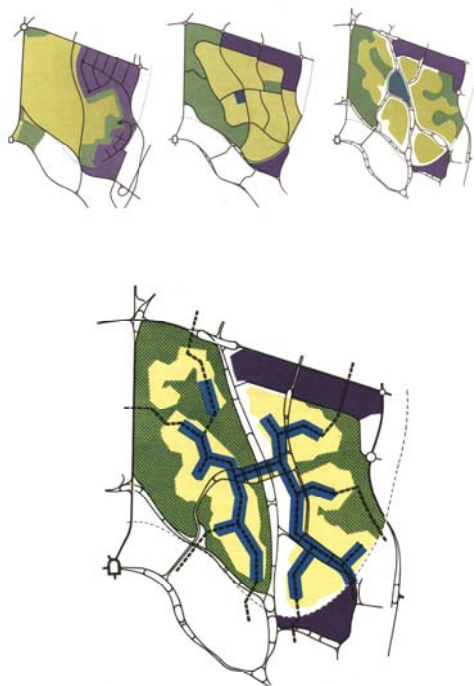


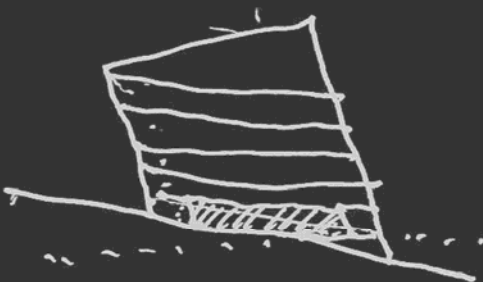
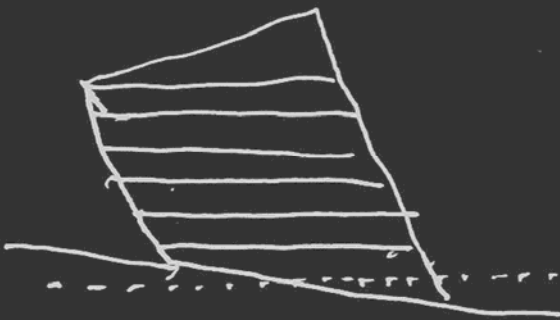
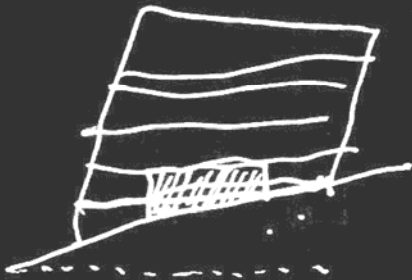
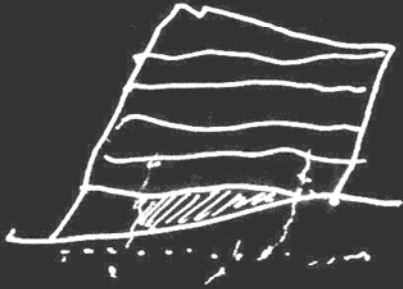
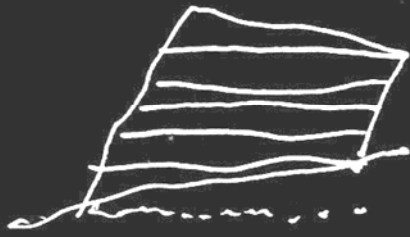
Imagem 28 - Plano de Urbanização do Vale de Chelas

Fonte: Plano de Urbanização Chelas – Câmara Municipal de Lisboa



Imagem 29 – Evolução da Malha de Chelas

Fonte: Heitor, Teresa Valsassina; A Vulnerabilidade do Espaço em Chelas; Gulbenkien; Lisboa; 2001



Capítulo 3

Conceitos subjacentes
e exemplos de apoio
ao projecto

3.1- Competitividade e Coesão Territorial

Desde o surgimento da União Europeia, que se está à procura de uma política de racionalizar o uso de solo articulando as actividades económicas e humanas no território, em equilíbrio com o sistema ambiental. Deste modo, esta visão de conjunto que partilha um espaço comum europeu, traduziu-se nos vários tratados desenvolvidos nos vários Conselhos da Europa e Comissão Europeia.

Desde logo, a Carta de Torremolinos de 1984, onde se propõem um equilíbrio socioeconómico entre regiões europeias, num acto de responsabilização dos diversos estados europeus no processo de ordenamento do território. Posteriormente, em Nantes no ano de 1989, com a publicação do “Europa 2000 – Perspectivas para o desenvolvimento do território da comunidade” conceptualizamos a ideia de uma Europa de mega - regiões, dado que “com a crescente globalização da actividade económica e a liberalização das economias planificadas, os países da Europa estão envolvidos num processo de integração económica cada vez maior”(Europa 2000), tendo por base um modelo territorial baseado na singularidade e importância regional das diversas cidades europeias competitivas e globalizadas. Em suma, existe um processo de inversão onde o esboço de uma Europa com um sistema policêntrico emerge, em contraponto com os modelos até aqui explorados no passado.

Porém, com a publicação do “Europa 2000”, a reabilitação urbana surge como intervenção física no tecido, e considera pela primeira vez os domínios sociais e económicos, uma acção comum em matéria de planeamento espacial, respeitando, sempre, o princípio da solidariedade. Por seu turno, o projecto-piloto URBAN financiado pelo FEDER, tinha como principal objectivo o apoio à reabilitação urbana, apoiando projectos com problemas urbanos, tais como: “carências socioeconómicas, fraco planeamento do uso do solo, centros históricos negligenciados, fracas ligações entre actividades de investigação e desenvolvimento e as pequenas e médias empresas; e áreas industriais abandonadas” (pinho:2009). Com a Declaração do Rio em 1992, onde se define como 1º princípio que todos “os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável”, no Tratado da União Europeia assistimos ao lançamento da iniciativa URBAN devido ao sucesso dos projectos-piloto, focalizando mais fundos e sinergias nas questões urbanas.

Assim, o reforço das questões urbanas e sua crescente importância, deu lugar a iniciativa URBAN II, em detrimento da iniciativa URBAN, focando a problemática, mais uma vez, no

desenvolvimento sustentável urbano tal como aconteceu desde a Carta de Aalborg em 1994¹⁴. Na sua essência, o URBAN II aborda estratégias de regeneração urbana, dando resposta a tecidos urbanos com uma “entidade geográfica e sócio-económica homogénea”, que preenchem três das seguintes condições:

- Uma fraca taxa de actividade económica e uma necessidade de reconversão resultante de dificuldades económicas e sociais,
- Uma forte taxa de desemprego de longa duração, de pobreza e de exclusão,
- Uma fraca taxa de educação, importantes lacunas em termos de qualificações e uma taxa elevada de insucesso escolar,
- Um número elevado de imigrantes, de minorias étnicas ou de refugiados,
- Uma forte taxa de criminalidade ou de delinquência,
- Uma evolução demográfica precária,
- Um ambiente especialmente degradado.

Em 2004, iniciou um processo de revisão dos Fundos Estruturais e de Coesão de 2000-2006, com o intuito de atingir uma profunda reforma face ao período transacto. Assim, “pretendeu-se um modelo mais simplificado e transparente” (Pinho:2009), com um número menor de Objectivos e Instrumentos Financeiros. Assim, o sucesso da iniciativa URBAN e URBAN II, conduz à construção de um novo modelo que resulta na generalização das questões urbanas, incorporando-a em todos os programas e iniciativas, “permitindo, teoricamente, um maior impacto já que envolve um financiamento a longo prazo possibilita a integração dos recursos, das prioridades e das acções sectoriais” (Pinho:2009). Logo, uma maior convergência de sinergias e fundos – FEDER, FSE e Fundo de Coesão - no desenvolvimento das cidades, dado que, a União Europeia acredita que o papel das cidades é fundamental para o despontar do desenvolvimento económico. Por outro lado, estas medidas apontam a uma maior responsabilidade, dado que, “subdelegação às autoridades responsáveis das zonas urbanas para as prioridades referentes à revitalização das cidades” (com:2004). A relação de cooperação entre os vários agentes e autoridades regionais ou locais é fulcral durante todo o processo, de modo a dar resposta ao QREN e seu princípio de subsidiariedade.

Em suma, uma proliferação da dimensão urbana como o Parlamento Europeu defende, permite uma colaboração mais estreita entre políticas regionais e de coesão, isto que, a valorização das questões urbanas permite a reformulação do triângulo equilátero esboçado pela

¹⁴ Trata-se de uma iniciativa que contava com os fundos do FEDER, um orçamento comunitário de 730 milhões de euros – tal como o URBAN II, as iniciativas INTERREG III e LEADER + também fazem parte das iniciativas que compõem os fundos comunitários.

Estratégia de Lisboa, onde se proclamava o equilíbrio em criação de emprego, coesão social e competitividade que, segundo o Relatório Sapir, é um dos principais pontos negativos e responsáveis pelo fraco crescimento da União Europeia. Deste modo, o novo triângulo baseia-se no crescimento e emprego, no qual a coesão social passa a segundo plano e dependente dos outros objectivos, onde através da inclusão económica se atinge a exclusão da pobreza.

3.2- Conceito de Regeneração Urbana

Influenciada pelas directrizes da Agenda 21 de 1992, a Carta de Aalborg apresenta um conjunto de preocupações que se centravam nos “centros de vida social, suportes da economia, pilares das nossas sociedades, bem como, centros de industria, artesanato, comercio, educação e administração” com o objectivo de atingir um “bem estar do homem e do ambiente”.

Posteriormente, passados 10 anos a Carta de Aalborg +10, “reafirmaram os seus propósitos e convicções, o resultado da conferencia foi uma carta semelhante à de 1994” (Ricardo:2009), visando na sua essência os hábitos de consumo, bem como, a ideia de renovação urbana num gesto de ruptura com o “planeamento de novas áreas periféricas” da carta posterior. Assim, com a revisão da Carta de Aalborg, dá-se os primeiros passos no caminho da confluência entre a noção de regeneração urbana e desenvolvimento sustentável, dado que, assistíamos à ausência de modelo de cidade e a emergência de uma nova semântica urbana – megapolis, conurbação, metapolis.

Assim, as áreas urbanas são sistemas complexos e dinâmicos, que reflectem alterações físicas, sociais e económicas e ambientais ao longo dos tempos, influenciadas por factores externos e internos. Estas áreas urbanas, albergam uma dimensão singular e mutável ao longo do tempo, de acordo com a sua localização e condições que apresentam.

Deste modo, as cidades, ao longo dos anos, sofrem mudanças inevitáveis, geradas por sistemas económicos, sociais e políticos, o que cria novas oportunidades de progressos económicos e cívicos; e benéficas, pois a sua existência permite ajustes e melhorias nas suas áreas urbanas. Estas são as causas da constante procura de meios, por parte de políticos, investidores, urbanistas, entre outros agentes, que visem melhorar e manter essas mesmas condições nas cidades (Roberts:2000).

Assim, este encontro de respostas acaba por reflectir, em dada altura, os valores económicos e sociopolíticos da sociedade, sendo esta a mensagem de relação entre as condições físicas e o meio social que tem vindo a ser parte da requalificação urbana. Segundo, Peter Robert e Hugh

Sykes em "Urban Regeneration", identificaram ainda mais 3 pontos que marcam a transformação do conceito ao longo do século XX:

- habitação e saúde, com o "combate à doença, à melhoria das condições de habitação, ao abastecimento de água e à criação de espaços abertos";
- apoio social e o boom da economia, com a "criação de um ambiente que promova a prosperidade económica";
- a contenção do crescimento urbano e alteração das políticas urbanas, dado que, uma expansão das áreas urbanas nos anos 70, assegurou a relação entre o sistema económico, social e físico das cidades, até este momento independentes; contudo, trata-se de um modelo que consome recursos escassos, e que remete para a necessidade de "fazer o melhor uso possível dos terrenos urbanos".

Deste modo, a regeneração urbana, assume um papel importante na medida em que trata com "tecidos urbanos comuns e não com a componentes do edifício mais ligada à requalificação urbana". (comissão europeia, 2001, p.2). Parkinson (1996), a "requalificação de sucesso está relacionada com a necessidade de resolver questões como: rápida mudança no ambiente económico, a diminuição dos salários, o crescimento das diferenças salariais no sector do trabalho de força, uma ocupação da mulher em empregos tradicionalmente pertencentes ao homem; novas tendências sociais resultantes de uma mudança demográfica, as alterações da estrutura familiar tradicional, descentralização populacional e dos postos de trabalho, movimento para fora das cidades da população jovem e da mais capaz, a perda da coesão social e o aparecimento de novas comunidades."

Por outro lado, a longevidade do processo é fulcral (Rogers:2001), visto que, contrapõem ao processo de declínio do tecido urbano através de uma prática que converge capital social, económico e físico – subentendesse o urbano. Para tal, é fundamental um uso adequado dos recursos naturais, económicos, humanos e outros disponíveis na área urbana, sendo este do maior interesse de todos os intervenientes no processo. Assim, "a regeneração urbana é uma política urbana que vem procurar resolver problemas urbanos e dar-lhes oportunidades. Uma política que procura na relação entre a condição física existente no território, a responsabilidade social, a necessidade de preservar elementos identitários de um passado e a importância do sucesso económico" (Pereira, 2007).

Todavia, o *boom* demográfico e a multiplicidade étnica traduziu-se na expansão das fronteiras urbanas, colocando em causa a tradicional forma de governança, e por outro lado, conduziu ao declínio da cidade e a emergência do urbano e a necessidade de "re-conceptualização das realidades urbanas, quer ao nível da forma, quer ao nível das vivências" (Pires:2009). Assim, o

declínio do Modelo de Cidade, conduz a emergência de novos paradigmas da sustentabilidade, como um conceito ao qual cabe o conceito da ubiquidade, isto é, etiqueta que esta presente no agora e no futuro, nas decisões políticas que implicam o equilíbrio ambiental, social e económico. Segundo, F.Choay existe uma inflexão no paradigma de salvaguarda, uma vez que, não só os tecidos históricos são alvo de intervenção, bem como, os “tecidos banais dos finais do século XIX e da primeira metade do século XX”, de modo a “salvar da prometida modernização e identidade”. Cada vez mais, a regeneração deve assumir um papel de autenticidade e defesa dos valores culturais e identitários, respeito pela “memória viva” quer ao nível do tecido urbano, quer ao nível das redes regionais.

Finalmente, “direcção a um qualquer ideal-tipo” (Pires:2009), que traduz um novo paradigma de cidade instável e constantemente em mutação, na qual os velhos modelos consensuais não dão qualquer tipo de resposta, e a regeneração urbana funciona como elo de resolução focalizada nas varias questões em presença num dado território. Com o “crescimento extensivo da urbanização” e a “crise da cidade consolidada”, emerge o debate dicotómico entre “centros” e “periferia”, e ainda, “cidade” e subúrbio”, coloca a cidade consolidada no papel principal nas Políticas de Regeneração (Portas:2003). Assim, cada vez mais as Políticas de Regeneração aponta para a revitalização do edificado, espaço publico e centros históricos, nomeadamente em espaços com valor simbólico, patrimonial ou espaços vazios/degradados.

Em suma, entende-se por Regeneração Urbana um sistema que alberga a população como primordial na reconversão de um uso ou área, numa perspectiva de futuro alargado, e com um conjunto de intervenções a nível do espaço público e acções estratégicas de futuro, “com especial enfoque no papel das cidades enquanto pólos aglomerados de população e geradores de dinâmicas” (Ricardo:2009). E cabe, a uma atitude multi-disciplinar, uma resposta adequada aos novos paradigmas urbanos, sem cair em conceitos etiqueta do desenvolvimento sustentável, apostando num planeamento participativo, responsável, pró-activo, associado às características e necessidades locais numa resposta global.

Nestas novas lógicas territoriais emergentes onde se contextualiza a Marvila do presente, que vive sem as actividades do passado e sem o rumo do presente. Na descentralização da industria que se dá uma perda da capacidade industrial na Área Metropolitana de Lisboa, o que concorre para a degradação do tecido industria pré-existente em áreas como Alcântara, Marvila e na zona Oriental, alvo posterior do projecto da Expo 98. Assim, segundo o “Diagnostico Sócio-Urbanístico” da câmara Municipal de Lisboa, assistimos a um tecido social envelhecido e pouco qualificado, com fraca taxa de emprego, um número elevado de imigrantes, fraca taxa de actividade económica, e finalmente, um tecido urbano degradado. Em suma, o actual quadro contém todas as directrizes fundamentais para concorrer à extinta iniciativa URBAN II, que como

já referi anteriormente, com a generalização das questões urbanas se reconverteu no objectivo “Cooperação territorial europeia”.

Assim, tendo em conta o actual quadro de Objectivos da Política de Coesão para 2007-2010, o objecto de estudo constitui um património económico, social e cultural inestimável e insubstituível (Leipzig:2007), uma “memória viva”(Choay), no qual as referências actuais do PRAUD – Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas - constituem uma matriz a seguir. Dessas, um conjunto de orientações e matrizes definem-se no sentido da: preservação do património cultural e natural, móvel e imóvel, tangível e intangível; assegurar a existência de equipamentos comunitários culturais, de desporto e lazer; melhorar a imagem urbana dos bairros; reabilitar as habitações degradadas ou sem condições de habitabilidade assegurando a permanência dos grupos mais desfavorecidos; promover o diálogo intercultural como factor de coesão; promover áreas urbanas inclusivas, abertas e acessíveis a todos os grupos sociais em presença relativamente às áreas urbanas; evitar a monofuncionalidade das áreas urbanas, consolidar rede de espaço público e restituir o carácter social e cultural dos centros urbanos; proteger, conservar e qualificar a paisagem; estimular o desenvolvimento cultural local, promover o exercício activo da cidadania e a participação dos cidadãos na vida pública; e finalmente, aumentar as oportunidades de formação e de qualificação profissional dos jovens e dos grupos mais desfavorecidos, e outras medidas que facilitam a entrada no mercado de trabalho,

Todavia, o processo é composto, ainda, por um conjunto de instrumentos que operacionalizam os objectivos definidos. Para tal, é necessário uma relação estreita entre actores locais e nacionais, ao nível da administração central, e coerência face aos programas e directrizes europeias. Sendo assim, e de uma forma sumária, a nível europeu define-se as directrizes para as acções dos diversos estados membros, através da elaboração de programas e políticas estratégicas de carácter global direccionadas para a reabilitação urbana. Por seu turno, a articulação com o Estado Central depende do recursos dos vários instrumentos de gestão territorial em vigência no estado membro – em Portugal, segundo DL 38/98, passa por exemplo pelos PDM, PU, PP – que em coerência com os programas europeus estipula:

- programas de regeneração urbana a nível regional e local,
- estabelecem parcerias para elaboração do projecto, na qual a articulação com os diversos agentes é um dos elementos chave do todo o processo,
- institucionalização de lições de boa pratica adquiridas no processo e seu enquadramento a nível legislativo e institucional.

Ainda no âmbito das parcerias, o papel desenvolvido no quadro do sector privado, voluntariado e equipas técnicas é de todo fundamental uma constante monitorização do processo, de modo a promover uma boa coordenação na elaboração dos estudos prévios consensuais, que contam com a participação de todos os agentes – associação de moradores, técnicos, governo central, investidores, etc – e uma co-responsabilidade no processo de execução e financiamento de todo o processo.

Noutro nível, o financiamento do PRAUD deve albergar uma multiplicidade de agentes e financiadores, que passa desde os fundos europeus – FEDER, FSE e Fundo de Coesão – estado central, regionais, locais e privados. Este processo deve ser flexível e “desenvolver a aptidão local para assumir a liderança do seu próprio processo de desenvolvimento”, numa perspectiva de reabilitar a longo prazo e em projectos âncora que suportam a estruturação e regeneração do território.

Finalmente, o objectivo maior de todo este processo passa pelo financiamento maioritário por parte dos privados e “maximizar a utilização dos escassos recursos públicos”, por seu turno o apoio público deve incluir o financiamento de estudos, equipa técnica, informação e comunicação, operacionalização e obra *in situ*.

3.3- Conceito de Centralidade Urbana

Enquadrando o tema da centralidade urbana na Área Metropolitana de Lisboa (AML), a estrutura radial ocorre nos anos 90 através da articulação e finalização de uma estrutura ferroviária e rodoviária que se iniciou no anos 60 e que, acompanhou formas inovadoras que permitiram aumentar a densidade dos usos alavancaram um novo tipo de centralidade e conectividade urbana (Morgado&Mendes:2008). Nomeadamente, “eixos de centralidade que surgem a partir de uma perspectiva económica” (Morgado&Mendes:2008), ou seja, novos pólos empresariais e centros superfícies comerciais que emerge na periferia de Lisboa gerando uma paisagem dispersa devido ao efeito da intensa metropolização do território.

A noção de centralidade tem por base a “inteligibilidade do espaço urbano”, associada à ideia de “movimento e fluxo”, isto é, o desenho do espaço determina o modo como os indivíduos se movem (Hillier:1999). Assim, neste campo tanto é válido espaço de micro-escala, espaços pedonais e percursos de curta distancia, ou espaços de macro-escala tais como auto estradas e percursos de longa distancia.

Todavia, “existe uma ligação entre os níveis macro e micro” (Hillier:1999) em que o essencial do projecto passa pela conectividade expresso pelo desenho, de modo a gerar centralidades articulando, por exemplo, a acessibilidade dos transportes com a importância dos usos. Essa articulação atribui capacidade ao espaço urbano gerando conjuntos dinâmicos e de movimento, e quando mais forte é a capacidade do espaço urbano se manter atractivos não perder a vitalidade, conseqüentemente, será a capacidade de gerar fluxos e macro-centralidades.

Sendo assim, essas macro-centralidades, quando articulando acessibilidades com a localização de equipamentos de referência permite qualificar e diversificar a área de influência. No projecto em desenvolvimento o Fórum Metropolitano e os respectivos Centros de Investigação adjacentes, enquadrados nas noções mencionadas, permitiriam eliminar o estigma de isolamento e exclusão que se abate sobre a zona do oriente de Lisboa (Guerra:2003).

Finalmente, a hierarquia metropolitana pode ser vista , não coincidente com os centros urbanos tradicionais, mas através da proliferação de “lugares centrais” compostos por acesso multimodais (Morgado&Mendes:2008). Logo, o Plano de Estrutura deverá articular a Estação de Marvila com o Forum e Centro de Investigação, já que, está serve deslocações igualmente a nível local e regional garantindo fluxos e vitalidade à proposta.

3.4- Exemplos de Apoio ao Projecto

3.4.1- Plano de Estrutura

Guggenheim Bilbao – Bilbao transformou-se numa cidade industrial na segunda metade do século XIX, mas desde a alteração do paradigma industrial uma nova cidade pós-industrial surgiu, dando lugar a uma cidade desqualificada e repleta de ruínas industriais (Zulaika:2002).

Em 1992 iniciou-se um processo de regeneração urbana em grande escala, em que o Museu de Guggenheim com a assinatura do Arquitecto Frank Gehry, consagrou e colocou Bilbao no roteiro mundial resultando de um processo metamorfose da cidade industrial decrépita numa cidade pós-industrial inclusiva e global. Embora, desde o início existissem receios que este tipo de projecto alienasse a cultura basca fase ao imperialismo cultural americano (Plaza:2006).

Projecto financiado por dinheiros públicos e com uma abordagem “top-down”, governo local assume e define as directrizes da estratégia que conduz ao plano de regeneração urbana. Assim, a estratégia baseada no conceito de política cultural (Plaza:2006) consiste na revitalização económica através da promoção da cidade a nível mundial, através da divulgação de uma



imagem atractiva capaz de atrair investimento (Ashworth & Voogd:1990). Este tipo de abordagem permitiu a alteração do paradigma económico e urbano da cidade, uma economia baseada no turismo e na cultura, o qual garante um fusão que desponta a inclusão e mudanças sociais em Bilbao, ou seja, a proposta não foi um fim encerrado sobre propósitos e objectivos internos, mas sim, estabelecendo uma relação recíproca com a cidade através dos projectos de reconversão do Barracaldo e melhoria da rede de transportes (Bádescu:2008).

Sendo assim, o discurso em volta da regeneração urbana de Bilbao procurou uma nova direcção tendo em conta alguns pilares base: ambiente, cultura, social e componentes simbólicas (Zulaika:2002). Avaliando os resultados da intervenção, se no passado 100 mil indivíduos não bascos visitavam a cidade, actualmente são 800 mil visitantes anualmente (Plaza:2008). Contudo, do ponto de vista social a ausência de um projecto comunitário condicionou a integração social, embora a taxa de desemprego diminuía com os 4000 postos de trabalho gerados pela intervenção.

Finalmente, o projecto do Museu elaborado pelo arquitecto Frank Gehry pretende criar uma nova linguagem na cidade em contraste com o património cultural, gerando novas identidades urbanas (Bádescu:2008). Para além das formas orgânicas do projecto, o revestimento exterior é composto por placas de titânio numa justaposição similar às escamas de um peixe. A nível programático, o museu tem como fim a recepção de obras de arte contemporâneas que, segundo a opinião dos críticos, o museu é mais interessante enquanto obra arquitectónica que as obras nele expostas.

Vale de Ruhr – Composto por uma conurbação de 11 cidades, superfície de 3.484 km² que alberga 5 milhões de habitantes. Desde a Revolução Industrial no século XIX que a zona conheceu uma transformação profunda, transformando-se gradualmente ao longo do século XX como uma das maiores áreas industriais da Europa, nomeadamente, na exploração do carvão e do aço estabelecendo relações a nível internacional.

Com a reestruturação do sector a nível mundial e a alteração do paradigma económico, o Vale de Ruhr sofreu um progressivo declínio e abandono das actividades industriais. Em 1989, o Governo Regional propôs um “plano de revitalização ecológica, económica e urbana intitulado *Internacional Building Exhibition Emscher Park* (IBA) que durou 10 anos” (Maio:2010). Um dos projectos centrais consiste no corredor verde que articula as 11 cidades em torno do rio Emscher, tirando partido das pré-existências industriais, minas e dos acidentes topográficos resultantes da intervenção humana na paisagem. Por outro lado, este plano introduziu uma componente ambiental que recuperando solos contaminados, controlo da qualidade da água do rio,

plantação de uma estrutura arbórea que garante uma melhor gestão das correntes da água (Maio:2010). Todavia, o preconceito que estigmatiza a região permanecia (Hulsewig:2010), a “memória viva” é menosprezada e descredibilizada até surgir uma nova perspectiva como a Carta de Leipzig (2007), que garante uma inflexão no conceito de regeneração, garantido a salvaguarda da “modernização e identidade” (Choay) quer a nível do tecido urbano, quer ao nível das redes regionais. Na base deste pensamento, está a consciencialização de que a relação recíproca estabelecida entre o Homem e a Natureza dá início á paisagem cultural (Magalhães:2001).

Deste modo, em 2001 a mina de carvão Zollverein é considerada Património Mundial da UNESCO, e mais recentemente, em 2010 o Vale de Ruhr foi eleito Capital Europeia da Cultura, ofereceu mais de 300 projectos e 2500 eventos culturais, artísticos dedicados ao turismo e à população regional (Hulsewig:2010). Este tipo de abordagem visa romper com os pré-conceitos existentes relativamente ao património industrial, projectando no futuro um dimensão de monumento às tipologias industriais, tais como: complexo industrial da mina Zollverein, centro de dança contemporânea Pact Zollverein, o gasómetro Oberhausen transformado numa enorme sala de exposição e espectáculos, entre outros projectos (Correia:2009).

3.4.2 – Fórum Metropolitano, Plano de Detalhe

“Less is more”

Mies van der Rohe

Conceito do *White Cube* – O conceito surge numa galeria de arte em Londres, durante a década de 90 do século XX, e pretende como fim maior um espaço baseado na abstracção total, isto é, um corte com a realidade citadina e global garantido um espaço real que começa e termina nas paredes brancas da sala de exposição.

Esse espaço imaculado e distante do *status quo*, fecundado nas paredes brancas despidas de qualquer registo, “ao produzir o abstracto, a arquitectura adquire um meio para escapar a esse mesmo estatuto, para recusar ser uma simples coisa entre coisas” (Hays:1997). Por outras palavras, a abstracção isola pelo pensamento tudo aquilo que podemos isolar da representação onde todo o desenvolvimento é redundante e a dialéctica um fim sem propósito.

Para terminar, este conceito foi contestado em 1999 pelo grupo Stuckists proclamando o fim da “esterilidade do sistema da galeria com parede branca”, e ainda, posteriormente em 2002 insurgiram-se com o movimento “A Morte da Arte Conceptual” (Charlotte:2008). Actualmente, o

conceito do *White Cube* é o mais comum e disseminado entre os nossos museus e galerias de arte.

“Arte é um estado de encontro”

Nicolas Bourriaud

Estética Relacional e o *Palais de Tokyo* – É um conceito desenvolvido por Nicolas Bourriaud, que aborda uma teoria global sobre as interações humanas no seu contexto, tendo em conta um espaço simbólico e privado. Esta abordagem tem o seu fundamento nas novas formas de sociabilidade e na noção de “ócio cultural”.

Assim sendo, com a mundialização da cultura (Lourenço:1994) e o crescimento das interações e qualidade de vida após a 2º Grande Guerra levou a um fenómeno de “urbanização crescente da experiência artística” (Bourriaud:2008), garantindo a generalização da experiência de proximidade, resultando no encontro entre espectador e obra como elaboração colectiva de sentido artístico: poder da conexão gera vínculos, ou seja, estabelece vínculos entre o artista e a sociedade.

Todavia, este fenómeno no seu interstício reconhece que o lugar da obra de arte é no sistema económico, atribuindo um carácter mercantil e de intercâmbio em espaços de exposição livres e amplos em que o ritmo se opõe ao ritmo quotidiano da sociedade (Bourriaud:2008). Isto conduz à composição de um roteiro cultural a nível mundial, obras circulam em roda-livre pelos diversos museus, despontando uma alienação dos propósitos da arte, isto é, negando qualquer tipo de participação dos indivíduos e menosprezando os conflitos sociais emergentes. Este fenómeno é estimulado, ainda, pelo fracasso da globalização das mercadorias e das relações impessoais, movidas pela “falsa multiplicidade” (Bourriaud:2008) e pela proliferação de nomes imbuídos de uma originalidade empobrecida, produzindo uma panóplia de não-lugares (Augé:2005) em que o cidadão se reduz ao mínimo burocrático do consumo sem sentido estético ou ético (Weber:2009).

Em suma, aquilo que Nicolas Bourriaud propõe, é a “construção formal de espaço-tempo que não representa a alienação, nem reconduz as formas de divisão do trabalho”, já que, o objecto artístico é uma consequência da convivência e do “valor de uso”. Assim, é fundamental recuperar as noções passadas de sociabilidade, tais como as ágoras, as assembleias e as praças, ou seja, reconquistar a noção de situação construída pelo intercâmbio que reconduz a unidade temporal, de lugar e da acção.

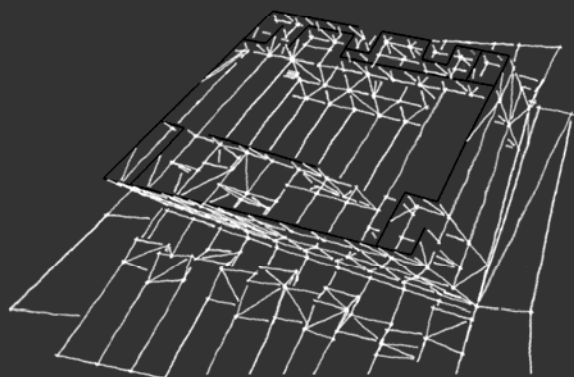
Deste modo, o Forum Metropolitano procura ir além do “esplendor liberal” (Lourenço:1994) visando um lugar comum, isto é, o lugar ocupado e vivido pelos cidadãos familiarizado e

marcado pelas rotinas quotidianas. Um lugar definido com identidade, relação e história (Augé:2005). Um referência regional enquanto espaço cultural e existencial, convertendo um vazio urbano protagonista compreendido entre Marvila e Chelas. Enquanto referência programática e conceptual que visa uma resposta á problemática apresentada, o *Palais de Tokyo/Site de création contemporaine* na cidade de Paris surge na primeira linha, visto que, equaciona uma perspectiva interdisciplinar consagrando a arte contemporânea de diversas formas: escultura, pintura, desenho, moda, cinema, dança, literatura e moda. Este programa base sustentado na nossa da “estática relacional” é a garantia de um espaço expositivo resultante das vicissitudes do lugar e da identidade, surge a obra singular, uma fuga aos roteiros mundiais de arte que circulam num sistema de roda-livre.

Finalmente, o *Palais de Tokyo* permitiu alavancar um conjunto de sinergias positivas em favor da cultura e da arte francesa, tornando-se incontornavelmente numa referência na paisagem cultural francesa na primeira década do século XXI.

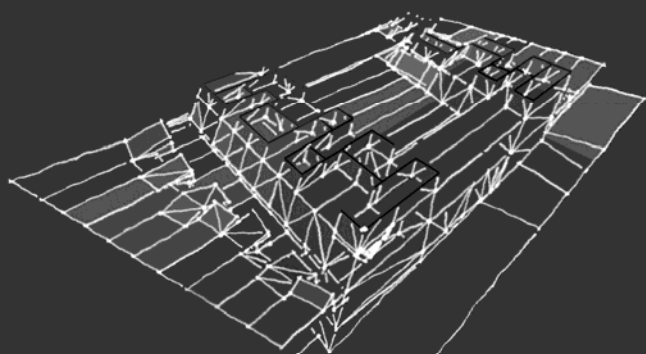
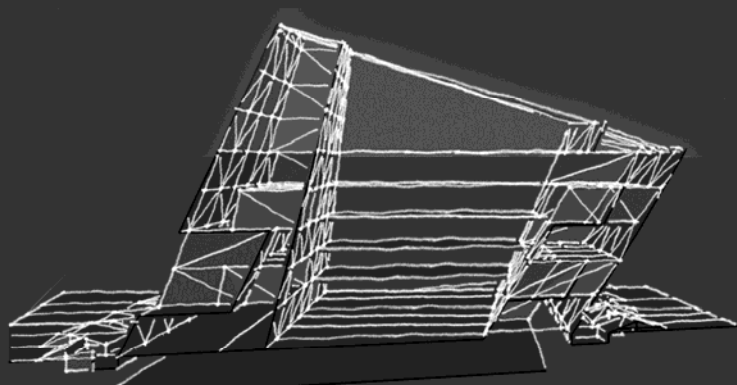
Projectos arquitectónicos que funcionaram como referência à elaboração do programa base do Forum Metropolitano:

- Centro Cultural de Sines dos Arquitectos Manuel e Francisco Aires Mateus
- Centro Cultural St Vicent del Respeig dos Arquitectos Fabrizio Barozzi e Alberto Veiga
- Biblioteca pública Jaume Fuster do arquitecto Josep Llinàs Carmona
- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo do arquitecto Siza Vieira
- Proposta Museu M9 em Milão do Arquitecto Eduardo Souto Moura
- Proposta Museu M9 em Milão do Arquitecto David Chipperfield



Capítulo 4

Proposta



“As muralhas, vedações e paliçadas assinalavam os limites entre *nós* e *eles*, entre a ordem e o caos, entre paz e guerra. De um lugar relativamente seguro, ao longo dos últimos 100 anos, a cidade passou gradualmente a ser associada, a mais perigo do que à segurança”

Zygmunt Bauman

4.1- Enquadramento

Os subúrbios de Lisboa nos finais do século XIX, e nomeadamente Marvila e Chelas, são predominantemente rurais compostos por uma estrutura de azinhagas e grandes quintas que mantinham uma relação hierárquica de proximidade com a ria direita e o rio Tejo.

Sendo assim, ao dissolver a oposição cidade-campo, o novo paradigma industrial tende a suprimir as lógicas geomorfológicas intrínsecas no território, convergindo na extensão do subúrbio e na generalização do parcelamento em pequena escala. Assistimos a um processo de aterro e conquista da linha de costa, de modo, a permitir a construção de grandes naves industriais, silos e armazéns, substituindo as quintas e edifícios singulares tradicionais – edifícios religiosos e palácios – conduzindo a um processo de perda irremediável de identidade local.

Todavia, na descentralização da indústria que se dá uma perda da capacidade industrial na Área Metropolitana de Lisboa, o que concorre para a degradação do tecido industrial pré-existente em áreas como Alcântara, Marvila e na zona Oriental, alvo posterior do projecto da Expo 98. Assim, segundo o “Diagnostico Sócio-Urbanístico” da Câmara Municipal de Lisboa, assistimos a um tecido social envelhecido e pouco qualificado, com fraca taxa de emprego, um número elevado de imigrantes, fraca taxa de actividade económica, e finalmente, um tecido urbano degradado.

Tendo em conta a actual Carta Estratégica de Lisboa 2010-2025, enquadra-se na problemática de Marvila a nível de uma “nova ideia urbanística” e no “aumento das desigualdades socioeconómicas internas”, bem como, na necessidade de Revivificação dos bairros – entenda-se Chelas, Marvila e Beato – Deste modo, a proposta final de tese de mestrado aborda a “cidade entre muros” (Marcuse:1995), ou seja, segregação espacial e social, tendo presente uma perspectiva alargada da metrópole, ou seja, Marvila/Beato como nó que articula a margem norte com a margem sul, bem como, a zona oriental com a zona ocidental. Assim, nesta “cidade entre muros” marcada por *vazios urbanos* e espaço público degradado, corre o risco de se transformar em “terra de ninguém” e onde a regra é a ausência de regras.

Todavia, a segregação espacial de classes desfavorecidas reproduz a exclusão de oportunidades de melhorar a sua condição social, deixando o seu meio habitacional e bairro a mercê de comportamentos desviantes ou de marginalidade, bem como, do pré-conceito e da

conotação/imagem perversa nos meios de comunicação e meio social (Castells:2003). Logo, assistimos a um processo de estigmatização da identidade. Deste modo, Castells em “A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura”, menciona que este processo conjugado com o processo de globalização “potência o aumento das desigualdades sociais e económicas”, conduzindo ao abandono, esquecimento e sobrevivência de populações segregadas.

De modo a dar resposta a este quadro de referência, a Carta Estratégica de Lisboa contém um conjunto de directrizes globais que se enquadram num âmbito local - Marvila, Chelas e Beato - nomeadamente na promoção da diversidade de funções a nível habitacional e do espaço público, de modo a que este seja inclusivo e promova novas centralidades articuladas com uma rede equilibrada de equipamentos e serviços públicos com escala metropolitana e local. Assim, o consumo (Baudrillard:1995), a globalização (Castells:2003) e a diversidade cultural (Bauman:2005) encontram-se inseridas no quotidiano, onde o indivíduo reorganiza o trabalho, o lazer, e a família e as relações, logo e segundo a comissão Ana Pinho, a cidade lisboeta tem de ter a “capacidade de dar resposta à multiplicidade de procuras, de tipos de utilização, modos de habitar e de viver a cidade”. Consequentemente, é fundamental dar “prioridade ao peão no espaço público” garantindo acesso universal aos serviços e equipamentos, ou seja, garantir uma cidade dos cidadãos e para os cidadãos onde as raízes do passado presentes na história do património se coadunem com as novas lógicas de fazer cidade e estilos de vida. No caso concreto, reconhecer o tecido industrial presente e um conjunto de palácios e edifícios religiosos, os quais fazem parte do património cultural e da “memória viva” (Choay.1992), bem como, articular o tecido urbano a montante e jusante da via-férrea de modo a articular os distintos tecidos urbanos e rompendo com os “muros” (Marcuse:1995)

Assim, onde a heterogeneidade cultural e a homogeneidade social vai sendo frequente, estamos perante solos sociais negativos (Guerra:2003), dado que estamos perante um fechamento sócio-cultural, onde tende a imperar um desprezo pelos valores dominantes e decisões políticas, colocando em causa o discurso de identificação e de uma “estratégia da cidade” da “marca Lisboa”, dada a necessidade de um “discurso que junte todas as pontas” (Comissão Simonetta Luz Afonso). Também, é reconhecido a “omnipresença viária” e necessidade de persuadir a presença do automóvel através de silos de estacionamento e de espaços públicos pedestres qualificados.

Em suma, se Lisboa pretende ser competitiva a nível global não pode conter tecidos desqualificados, sendo fundamental regenerar os tecidos urbanos atribuindo-lhes oportunidades, estabelecendo condições físicas e sociais, bem como, preservando elementos identitários do passado (Pereira:2007). Todavia, a Regeneração já não implica salvar os centros históricos, mas sim salvar da “modernização e identidade” (F. Choay:2008), ou seja, salvar o físico

e o intangível. Neste contexto, Marvila dispõe de um património arquitectónico, social e cultural únicos que a descentralização das actividades industriais colocou em risco.

“Trata-se de um monumento construído com o fim de actuar sobre a memória de forma intencional, como um testemunho da história”

Françoise Choay, Alegoria do Património, 2008

4.2- Plano de Estrutura

O Plano de Estrutura resulta das continências identificadas durante a análise da área de intervenção, nomeadamente, a existência de muros que resultam de uma ocupação humana que fomentou a descontinuidade morfológica segundo uma lógica impositiva, linha de caminho-de-ferro, ou numa lógica centrada nos princípios da Carta de Atenas distantes das cidades tradicionais.

Deste modo, o projecto desenvolve-se numa zona marginalidade e menosprezada pelos sucessivos planos desenvolvidos desde o Plano de Groer até ao Programa Viver Marvila, mais concretamente a zona entre as Linhas-férreas e o Bairro do Condado que é susceptível de projectos pontuais, mas não existe qualquer tipo de plano estruturante ou global capaz de gerar algum tipo directriz estruturante. Assim, o essencial do projecto passa pela conectividade expresso pelo desenho, de modo a gerar centralidades articulando, por exemplo, a acessibilidade dos transportes com a importância dos usos. Essa articulação atribui capacidade ao espaço urbano gerando conjuntos dinâmicos e de movimento, e quando mais forte é a capacidade do espaço urbano se manter atractivos não perder a vitalidade, consequentemente, será a capacidade de gerar fluxos e macro-centralidades (Morgado&Mendes:2008). Assim, a articulação entre a estação do Braço de Prata e o núcleo central composto por equipamentos referencia, isto é, pelo Fórum Metropolitano e os respectivos Centros de Investigação é fulcral, bem como, a reconquista de uma morfologia territorial esquecida pelos paradigmas industrial e modernista: hierarquizar o espaço e os fluxos segundo as linhas de água talvez existentes.

Para tal, o Plano de Estrutura pretende criar uma nova linguagem na cidade que permita eliminar o estigma de isolamento e exclusão que se abate sobre a zona do oriente de Lisboa (Guerra:2003), uma linguagem capaz de gerar novas identidades urbanas como um “monumento intencional” (Riegl:1984) carregado de costumes sociais, políticos e económicos de uma época. Sendo assim, as opções de projecto centraram sinergias na transversalidade, opondo-se às

barreiras topográficas e resultantes das formas de crescimento do tecido. Conjuga “memória viva” presente no tecido de Marvila com a “memória de forma intencional, como um testemunho da história” (Choay:2008) proposta pela volumetria austera e compacta dos três volumes que compõem um novo espaço cénico.

4.3- Fórum Metropolitano

O edifício procura estabelecer uma relação de continuidade com paisagem urbana envolvente, quer a nível estético já que integra o conjunto dos três edifícios singulares na paisagem, e ainda, através da sua localização articula os tecidos urbanos de Marvila e Chelas. O pátio interno, embora seja um espaço colectivo privado, funciona como ponto de inserção e interacção social através de um conjunto de usos destinados ao comércio e lazer. Pela sua localização e continuidade morfológica, permite funcionar como um portal de transição entre os dois tecidos pré-existentes que o Plano de Estrutura pretende relacionar e estabelecer continuidades.

A nível conceptual o projecto pretende apresentar uma nova Marvila, gerando um novo diálogo com a cidade de Lisboa e sua área Metropolitana. Para tal, a sua forma irregular surge como um símbolo na paisagem, uma presença física que compõem um novo espaço cénico. Segundo, Alois Riegl, a noção de monumento não se limita ao objecto, mas sim ao próprio espaço público que o envolve, dado que, o objecto (entenda-se o Fórum Metropolitano) detêm uma carga simbólica e abstracta que interage sobre o imaginário humano e com isso gera um conceito ou crença.

A volumetria austera e compacta permite a articulação de espaços exteriores mas simultaneamente interiores em relação ao próprio objecto arquitectónico, através da desdobramentos e relação entre as diversas tiras estereofónicas que materializam o Fórum. A somar a esse jogo relacional unitário a luz vertical assume um papel fulcral nos ambientes gerados nos diversos espaços de circulação, estar, trabalho, permanecer, reflexão ou convívio.

O programa previsto desenvolve-se ao longo dos 7 pisos do Fórum e envolve um conjunto de valências e espaços capaz de responder às contingências do projecto, pretendendo gerar dinâmicas com escala regional. Logo, a “Metrópole” corresponde ao núcleo duro gerador pelo qual gravita todo o programa da proposta. Assim, o Fórum é composto por 3 vértices programáticos: 1) Biblioteca 2) Auditório 3) Espaço Expositivo

O primeiro vértice programático, desenvolve-se nas zonas a nascente do projecto e integra todo o ultimo piso, sendo o conteúdo programático mais complexo e vasto. Assim, a Biblioteca organiza-se pelos diferentes temas associando pisos e espaços distintos a cada assunto, que para além da zona administrativa e depósito é composto pelo seguinte programa base:

- Tema Social: Demografia, Família, Sociedade Civil
- Tema Económico: Trabalho e Propriedade, Ciência e Industria, Consumo e Estilo de Vida
- Tema Urbano: Morfologia, Infra-estrutura, Modernidade, Comercio e Industria, Espaço Privado
- Tema Ambiental: Tejo, Transformação da Paisagem, Governação do Território
- Tema Instrução e Cultura: Educação, Mass Média, Lazer
- Tema Local: História, Convívio, Cultura

Por outro lado, o segundo vértice programático, concentra-se no piso inferior do Fórum garantido duas valências fulcrais: social e cultural. Através da proximidade à zona de consumo, lazer e convívio, o auditório pretende fomentar a relação entre gerações e consagrar um espaço de debate livre e aberto à sociedade civil.

Finalmente, o terceiro vértice programático, é o único que é transversal a todo o fórum permitindo uma circulação linear e que garante unidade programática e visual ao longo de todo o fórum, por outras palavras, um olhar interior e introspectivo sobre o objecto arquitectónico. O seu programa base é fundamentado nos princípios da Estética Relacional, isto é, numa perspectiva interdisciplinar consagrando a arte contemporânea de diversas formas: escultura, pintura, desenho, moda, cinema, dança, literatura e moda. Este programa base sustentado na nossa da “estática relacional” é a garantia de um espaço expositivo resultante das vicissitudes do lugar e da identidade, surge a obra singular, uma fuga aos roteiros mundiais de arte que circulam num sistema de roda-livre. Assim, o espaço será uma reacção ao conceito do *White Cube* proliferado pelos diversos museus da cidade, terá sempre na sua génese dois conceitos base e agregadores: o “olhar dos outros” sobre a Área Metropolitana e uma janela de oportunidade para revelar as “histórias da História”.



Imagem 30 – Programa Fórum

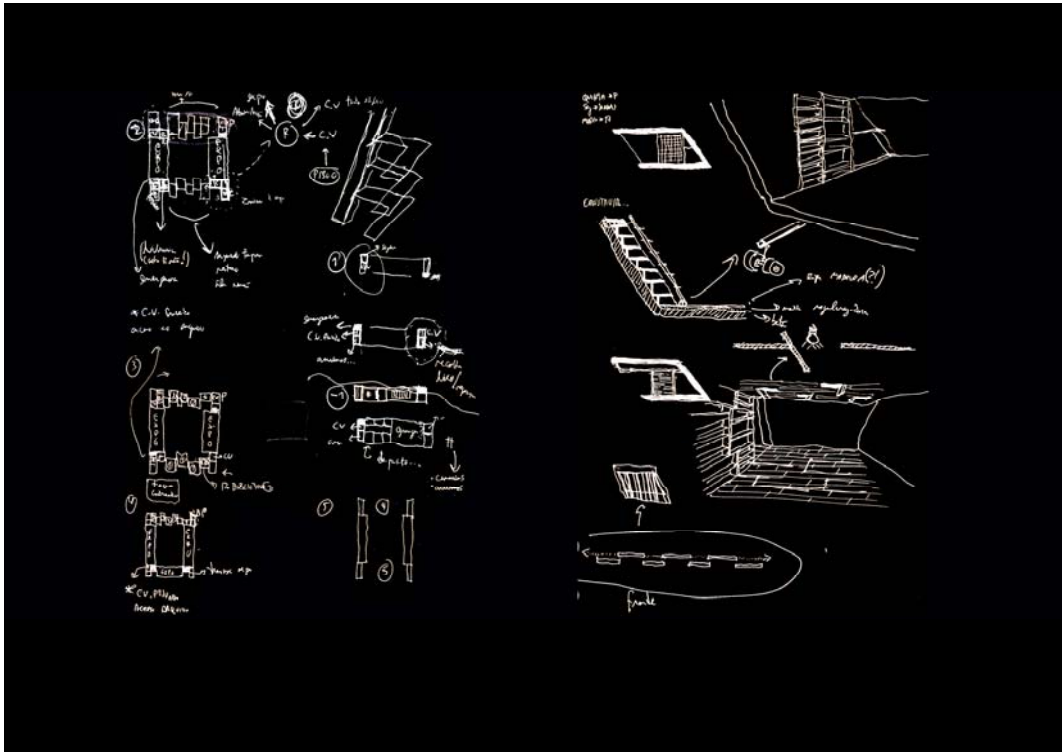


Imagem 31 - Esquços

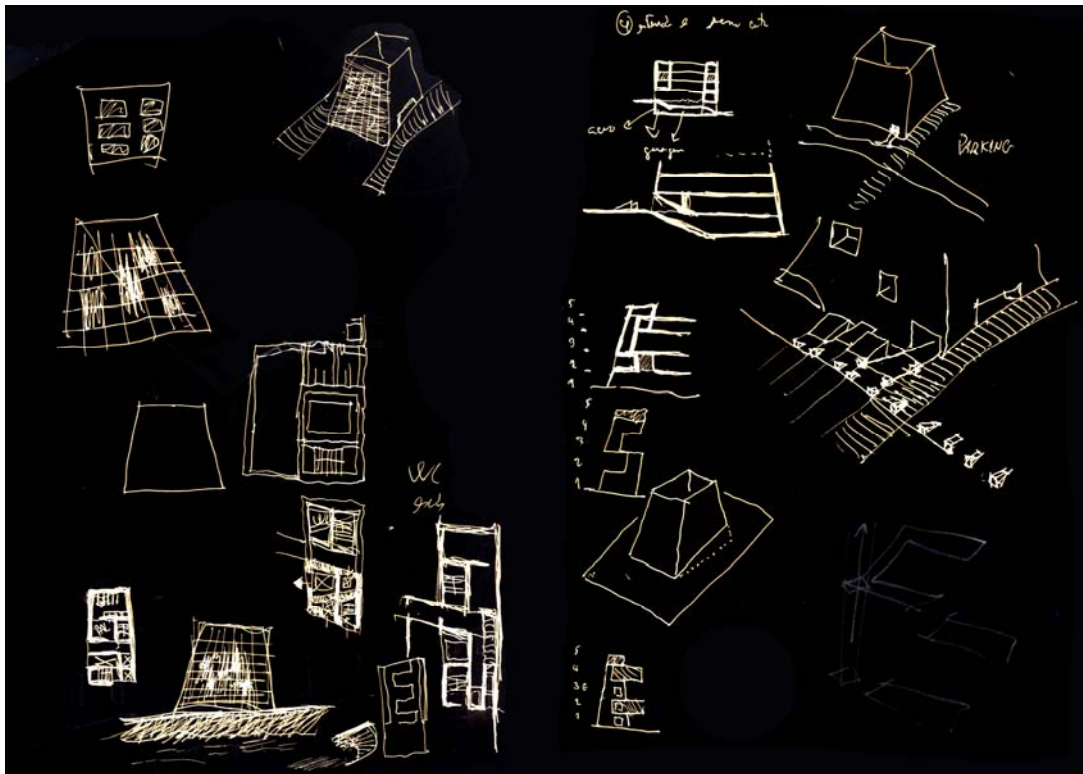


Imagem 32 - Esquços

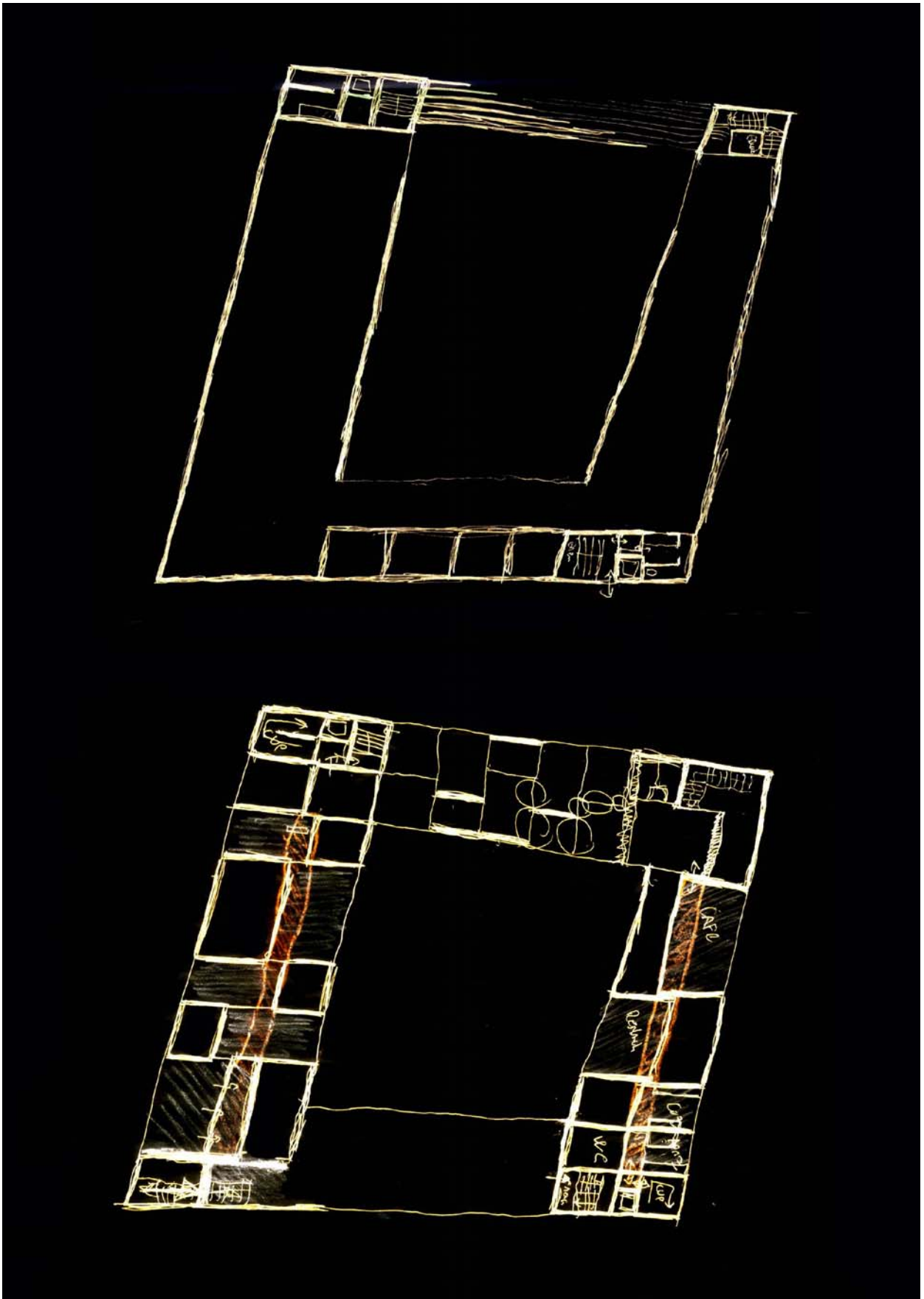
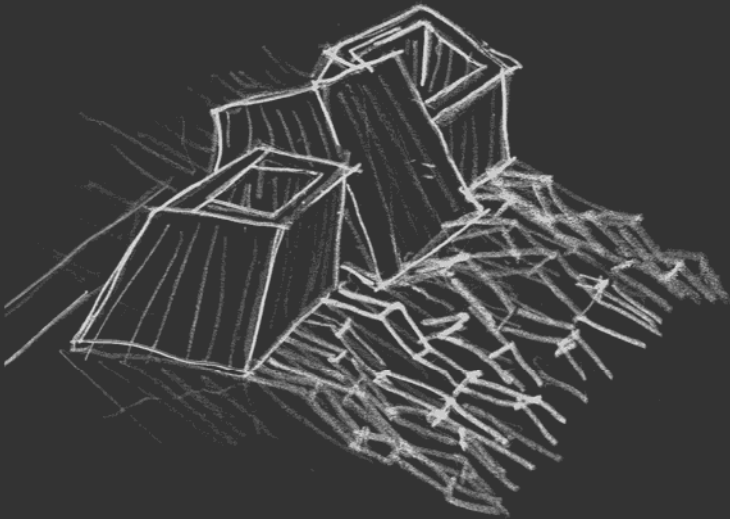


Imagem 33 – Plantas/Esquiços

Capítulo 5

Conclusão



I

Ao longo de seis séculos, as sucessivas transformações do paradigma económico transformou a cidade de Lisboa e a sua relação com o Tejo, desde as formas de crescimento urbano, ritmos, práticas sociais e a ocupação humana do território.

Numa primeira parte, nos séculos XV e XVI Lisboa concentra a sua vida urbana entre a Terreiro do Paço e a colina do Castelo, sendo uma cidade de diálogo morfológico devido a lógica geomorfológica da ocupação dos vales e colinas, bem como, pela linearidade e organicidade do tecido urbano. A estrutura edificada caracteriza-se pelas fachadas pouco decoradas e fraca ornamentação pouco trabalhada. Em contraponto ao núcleo urbano, os arredores lisboetas caracterizavam-se pelas quintas de recreio, nomeadamente na zona oriental de Lisboa, entre Belém e Alcântara, entre Queluz e Alvalade, dado que, a maioria das famílias nobres dispunham de quintas de veraneio utilizadas, por vezes, em acontecimentos festivos.

Por outro lado, tanto o país e Lisboa são predominantemente rurais, mas deu-se os primeiros passos associados à indústria através da introdução de alguma produção manufacturada. Todavia, foi uma época marcada essencialmente pelas trocas comerciais dos produtos oriundos do extremo oriente e Brasil, tornando Lisboa um dos principais centros de comércio da Europa dada a abundância de produtos raros, escravos e bens exóticos.

Após o terramoto de 1775, realizam-se grandes obras portuárias, através da construção de pequenos cais e o novo arsenal da marinha, armazéns e depósitos junto das proximidades do Rio Tejo, dando início a um novo processo de implantação da manufactura em Portugal. A maioria das propriedades pertencia à Coroa e o Modelo racional e funcionalista imposto conduz à transformação do paradigma urbano, influenciado pelo mundo industrializado emergente e resultando numa transformação sem precedentes. Foi promovido um plano global com uma composição ortogonal e linear, onde o edificado dispunha de um sistema em gaiola anti-sísmica, apresentando alçados todos iguais que concorrem para uma imagem de conjunto. Simultaneamente, assistiu-se ao abandono progressivo do campo, embora uma economia tradicional de base agrícola se sobreponha às novas teorias económicas.

No início do século XIX, o fim da Monarquia Absolutista deu lugar à Monarquia Constitucional, que albergava princípios de Igualdade, Fraternidade e Liberdade, o que resultou num conjunto de reformas que leva à perda de privilégios senhoriais da nobreza e no conseqüente nivelamento social, que beneficiou em larga escala a burguesia capitalista emergente pelo triunfo da indústria, das trocas comerciais e da banca. Este conjunto de reformas gerou as bases de fomento de obras públicas e modernização das infra-estruturas do país, período compreendido entre 1868 e 1889 e que ficou conhecido por “fontismo”.

Construíram-se os primeiros grandes aterros e vias-férreas transformando a linha de costa da cidade marcada pelos novos pólos industriais, modificando, mais uma vez, formas de crescimento urbano e as lógicas de ocupação, ou seja, os terrenos disponíveis para construção, dada a proximidade com as fabricas, desvalorizaram deixando de ser atractivos para a construção de habitação destinada à classe média. Se por um lado a linha de caminho de ferro dividira as grandes parcelas das quintas de veraneio, por outro, a desvalorização do preço do solo e as condições de salubridade manifestaram-se na multiplicidade de oferta de habitação, embora a mesma sempre pautasse pela baixa qualidade da construção. Ainda, a generalidade dos conventos, quintas e edifícios singulares reverteram-se nas primeiras fabricas ou simplesmente desapareceram no fenómeno de sedimentação do tecido urbano.

Assim, importa reforçar que, ao longo do século XX assistimos a um fenómeno de sedimentação do processo exposto, nomeadamente da construção de habitação precária destinada aos operários, reconversão de usos, e ainda, ao fenómeno de municipalização do território durante o mandato de Duarte Pacheco. Esse processo conduziu aos primeiros planos integrados na capital, Planos de Urbanização de Chelas e Olivais, tendo por base o Plano de Groer (primeiro projecto ordenador da cidade de Lisboa) e os princípios da Carta de Atenas. O novo paradigma urbano baseado no edifício isolado rompe com os conceitos da cidade tradicional da rua corredor presentes no tecido urbano adjacente ao rio Tejo. Logo, se por um lado a via-férrea constitui um elemento que cicatriza o território, por outro o novo paradigma urbano dificulta a continuidade morfológica com a cidade tradicional pré-existente.

Desde logo conclui-se que, se a continuidade morfológica foi uma realidade na cidade de Lisboa durante século, pela primeira vez após a construção da primeira via-férrea e dos primeiros planos integrados que assistimos a um fenómeno de segregação espacial e social, juntamente com a desvalorização dos solos adjacentes aos pólos industriais. Assim, estamos perante princípios que fecundam uma cidade composta por muros, espaço segregados social e economicamente, resultando em tecidos desqualificados e incapazes de gerar valor económico, cultural e social. Por outro lado, a descontinuidade morfológica resultante dos processos de urbanização e lógicas de ocupação do território geraram vazios urbanos entre a estrutura edificada dos eixos longitudinais principais – Rua do Açúcar e Rua Direita – e a linha-férrea oitocentista. O interior dos quarteirões compreendidos entre essas frentes edificadas e a linha de comboio foi maioritariamente ocupada por habitação precária ou permaneceu até à nossa contemporaneidade completamente desocupada.

Enquanto perspectiva de futuro seria interessante estudar se na AML existe casos semelhantes que resultam no processo gerador de muros e vazios urbanos no mesmo caso presente em

Marvila, Beato e Braço de Prata. Se existir outros processos e variáveis associados ao processo será fulcral identifica-los.

II

Embora nunca existira uma verdadeira Revolução Industrial, o declínio da aristocracia dominante e a emergência do novo paradigma económico, político e cultural resultou na transformação do território em estudo, nomeadamente nos fenómenos associados ao comércio, industria e promoção da habitação operaria.

Assim, os interesses industriais associado ao poder capital nunca se excluíram das necessidades decorrentes das idiossincrasias quotidianas, ou seja, da promoção da habitação e dos novos estilos de vida comunitária, através da construção de vilas, pátios e da capacidade para adquirir uma riqueza formal e conceptual fruto do espírito da época. Nomeadamente, da elaboração de complexos industriais e armazéns com programas vastos e capazes de albergar habitação, escolas, equipamentos associados ao lazer, centro técnico hospitalar e pequenas lojas de comercio.

Todavia exista uma fractura territorial gerada pela via-férrea oitocentista, algumas tipologias industriais estabeleceram uma relação recíproca com a infra-estrutura existente, isto é, estabelecem ponto de ancoragem e descarga de bens, um dos exemplos é a Sociedade Vila Pereira que dispõem de uma linha de carris interna e conectada com a grande via-férrea regional, e ainda, de um pequeno alpendre de cargas e descargas voltado para a linha em causa. Mas, não se trata de uma situação única, já que o mesmo tipo de relação é passível de aferir na zona militar.

Finalmente, este tipo de fenómenos promovidos pela classe emergente surgem em boa parte pela ausência de objectivos e planeamento da Câmara Municipal de Lisboa que até 1945 excluiu-se de todo e qualquer iniciativa ou planeamento urbano ao nível de toda a zona industrial. Numa perspectiva e futuro, poderá constituir matéria de estudo à uma escala metropolitana, por exemplo Barreiro e Alcântara, o fenómeno associado à relação entre tipologias industriais e grandes infra-estruturas. Estudo dos diversos programas existentes nas tipologias industriais ao ponto de compreender se a existência de habitações e equipamentos associados a essas mesmas industrias é uma realidade apenas de Marvila ou uma situação comum e recorrente.

III

O processo de desindustrialização na década de 80 e 90 na AML e a respectiva alteração do paradigma económico terciário emergente, modificou significativamente a estrutura social e urbana da metrópole. Assim, assistimos a um fenómeno de metropolização do território associado a espaços desconexos e fragmentados, e simultaneamente, o tecido social ambiciona o espírito do sonho americano.

Sendo assim, o crescimento do imobiliário na margem norte da capital e a sul ao fenómeno de re-industrialização associado à construção das travessias do Tejo. Este processo resulta na descentralização e respectivo crescimento dos centros urbanos periféricos a Lisboa, assumindo um papel preponderante nos novos processos de produção de cidade, isto é, a emergência de uma nova rede territorial, tal como as auto-estradas, conduz ao crescimento dos movimentos pendulares entre os vários núcleos urbanos, diminuindo a uni-pluralidade até aqui existente traduzindo-se em novas hierarquia territoriais. O fenómeno da centralidade gerado por equipamentos de consumo e grandes nós intermodais de transporte, e as multi-escalas presentes no território, nomeadamente das escalas regionais (por exemplo, Avenida Infante Dom Henrique e caminho de ferro) até à pequena escala urbana (rua e bairro) traduz-se num fenómeno completamente novo assumindo uma dimensão Kafkiana.

Importa referir que com a emergência deste território em rede, converte os diversos territórios em espaços de competição a nível mundial, emergência dos estado-mercado, processo que conjugado com a globalização potência a desigualdade social e económica. Consequentemente, se a Área Metropolitana de Lisboa pretende ser competitiva a nível europeu não poderá albergar tecidos desqualificados ou incapazes de gerar valor económico, social e cultural (directrizes da Carta de Leipzig). É neste ponto que a Área de intervenção ganha protagonismo, já que, o processo de sedimentação e ocupação do território ao longo do século XX gerou um tecido urbano com muros, vazios e bastante desqualificado, por outras palavras, incapaz de gerar valor.

A proposta desenvolvida concentra um Fórum Metropolitano e Centros de investigação enquanto equipamentos capazes de gerar macro-centralidades territoriais. Por outro lado, o Plano de Estrutura pretende criar uma nova linguagem na cidade que permita eliminar o estigma de isolamento e exclusão que se abate sobre o tecido desqualificado, uma linguagem capaz de gerar novas identidades urbanas, tirando partido dos vazios e muros existentes no tecido. Simultaneamente, o Plano de Estrutura para além de despontar um processo de regeneração urbana baseada na carga simbólica e abstracta que interage sobre o imaginário humano e que

com isso gera um conceito ou crença relativamente a um determinado espaço, traduz uma oportunidade única de compatibilização entre tecidos urbanos com géneses e propósitos distintos (Cidade Tradicional e Carta de Atenas), algo até hoje menosprezado pela CML mas fundamental na coesão social do território.

(17574 palavras)

Capítulo 6

Anexos

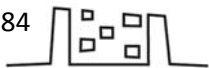




Imagem 34 – Sequência de elaboração do molde da maquete

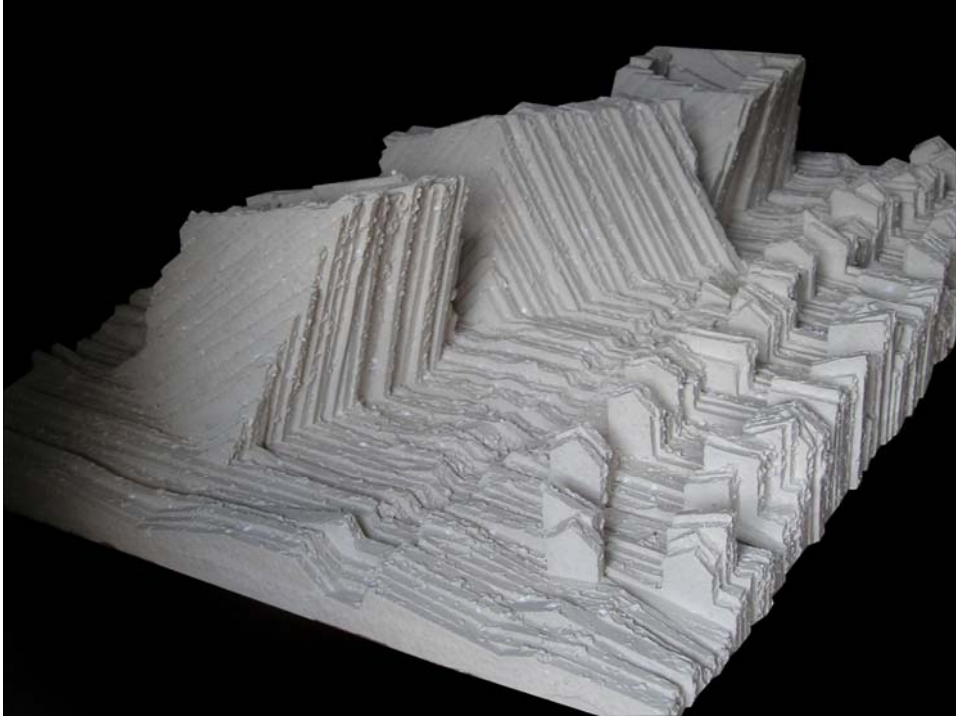


Imagem 35 – Fotografia do Modelo Conceptual



Imagem 36 - Fotografia do Modelo Conceptual



Imagem 37 - Fotografia do Modelo Conceptual

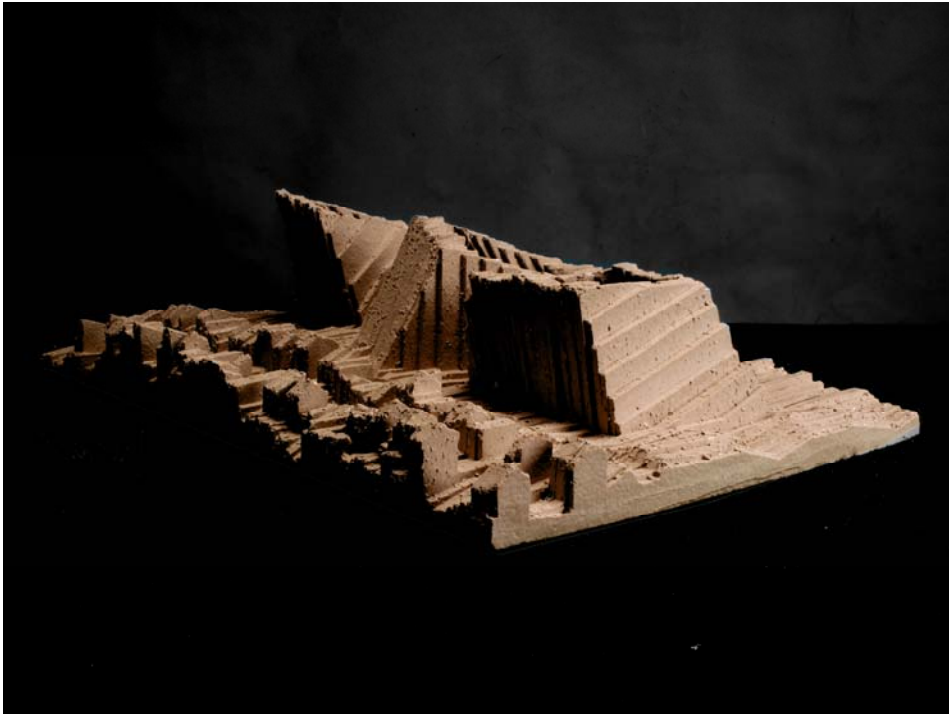


Imagem 38 - Fotografia do Modelo Conceptual



Imagem 39 - Fotografia do Modelo Conceptual

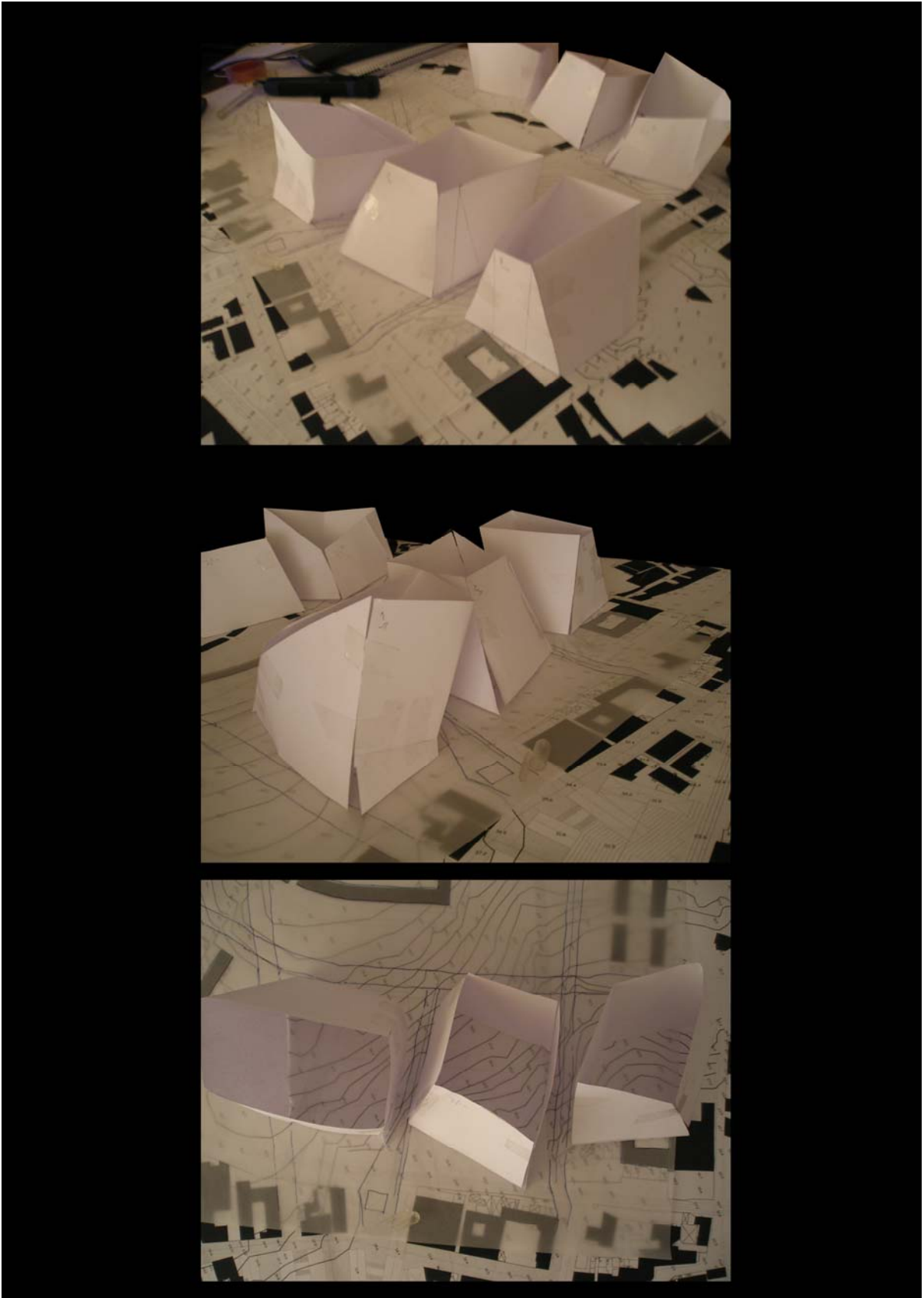


Imagem 40 – Maquete em Papel, estudo da forma e plasticidade dos 3 volumes

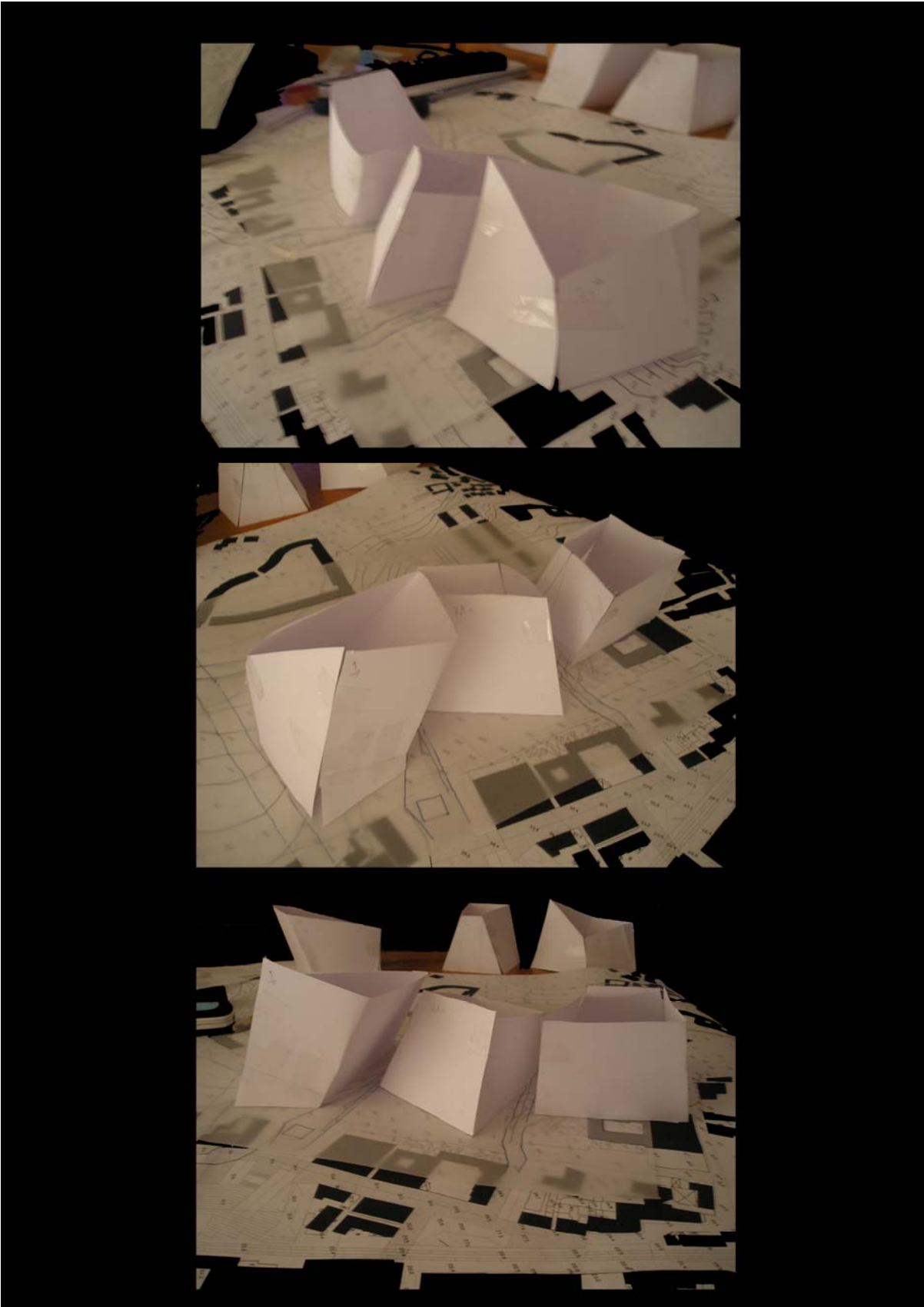


Imagem 41 - Maquete em Papel, estudo da forma e plasticidade dos 3 volumes

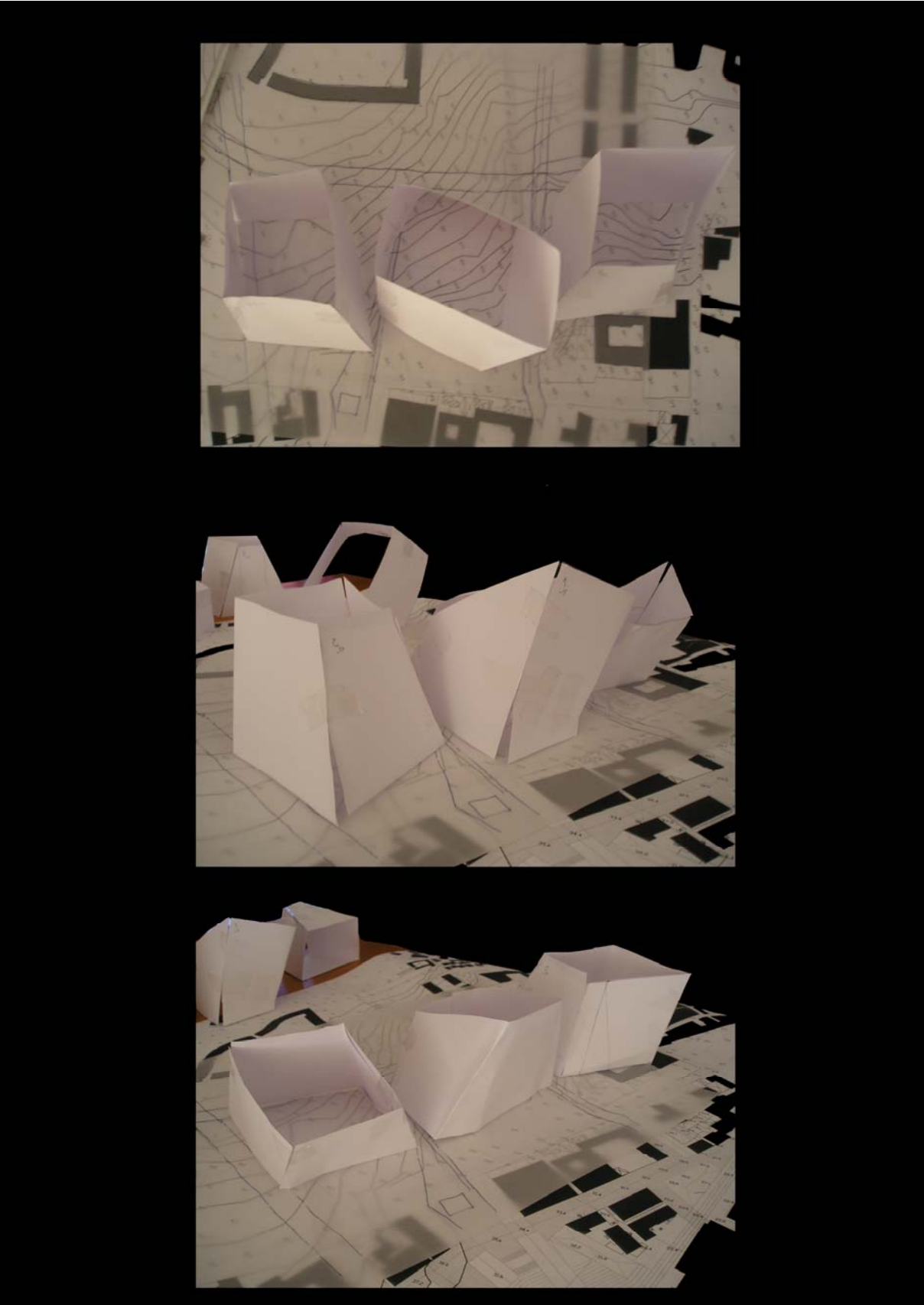


Imagem 42 - Maquete em Papel, estudo da forma e plasticidade dos 3 volumes

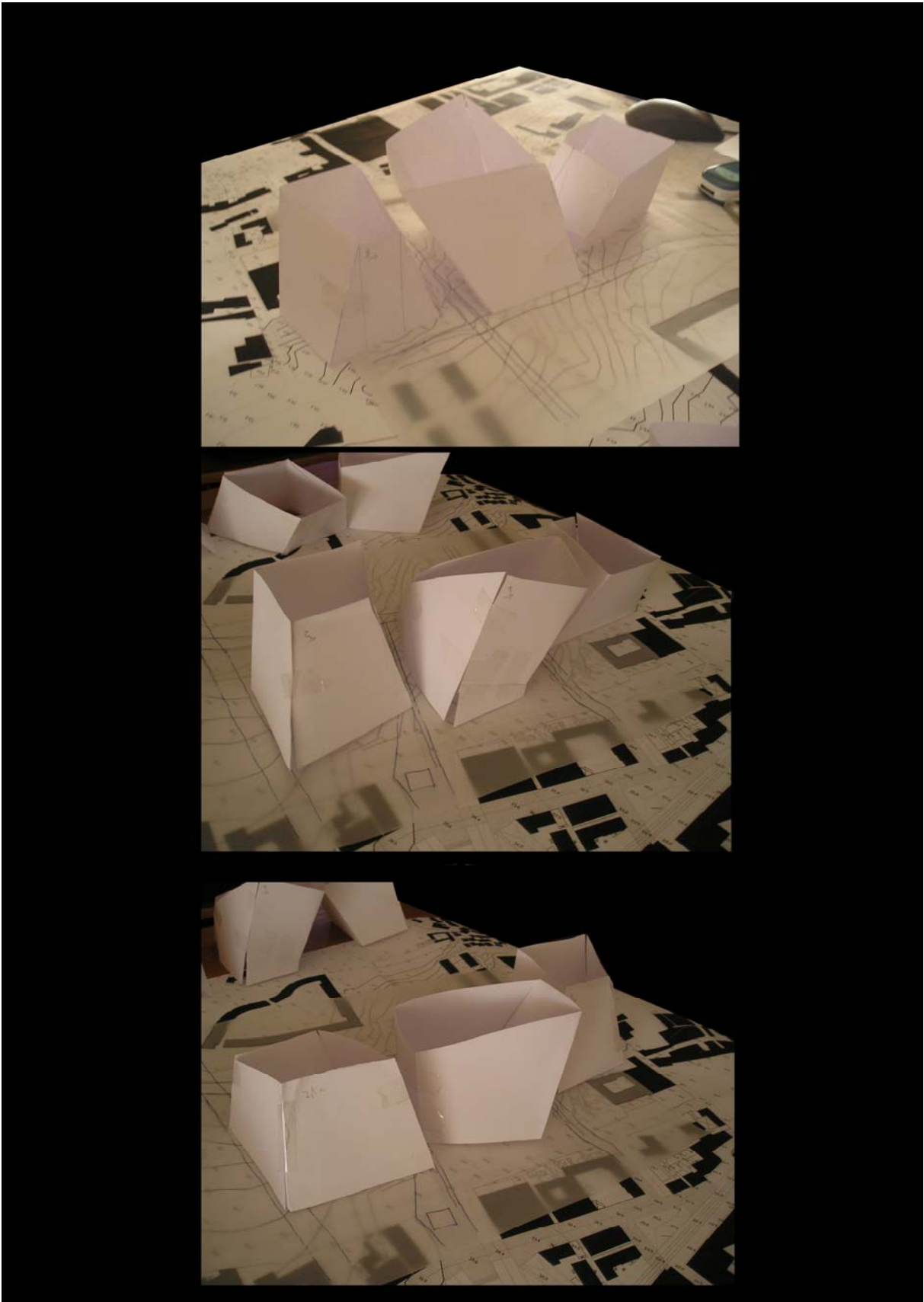


Imagem 43 - Maquete em Papel, estudo da forma e plasticidade dos 3 volumes

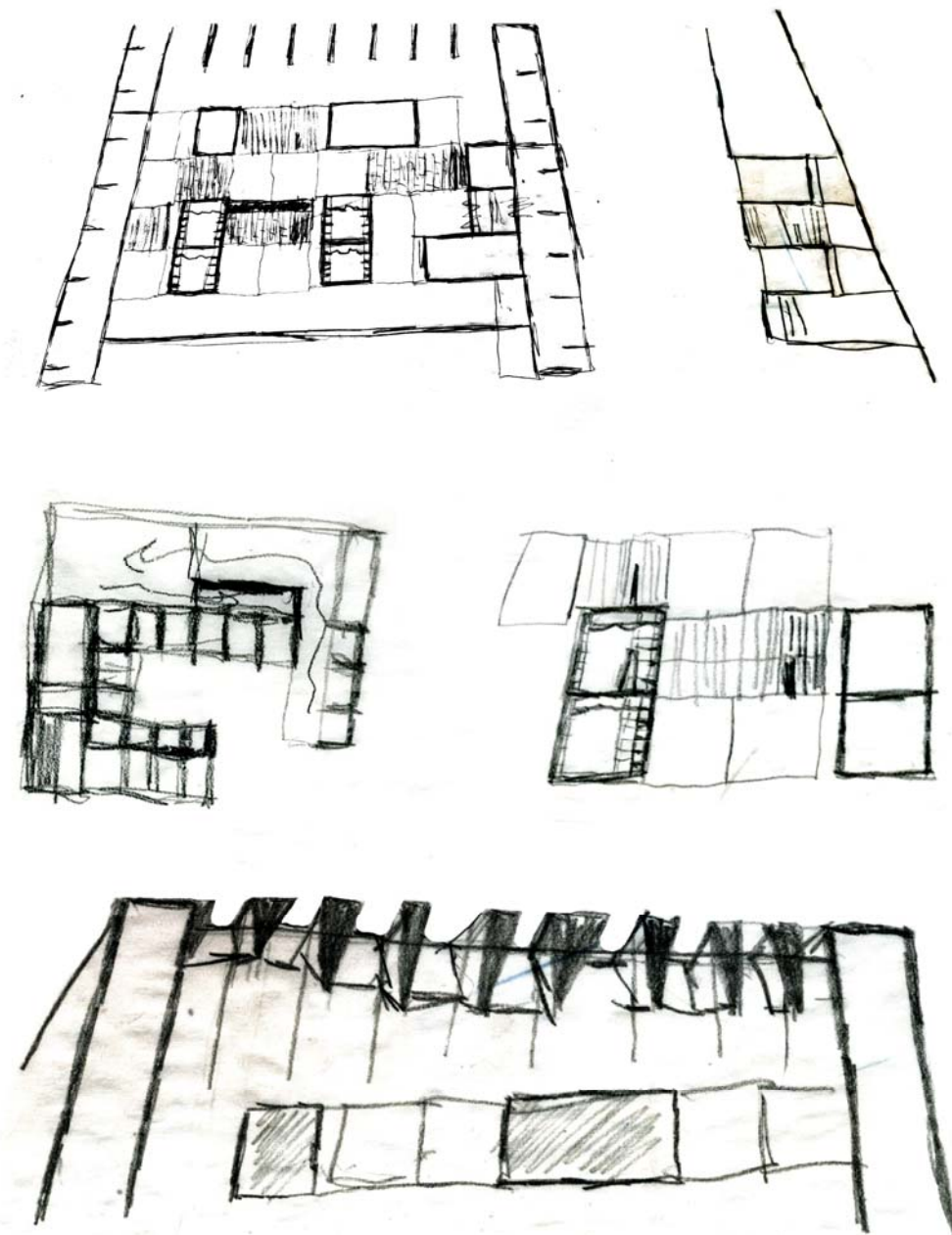


Imagem 44 – Esquiços Fórum, Cortes e Plantas

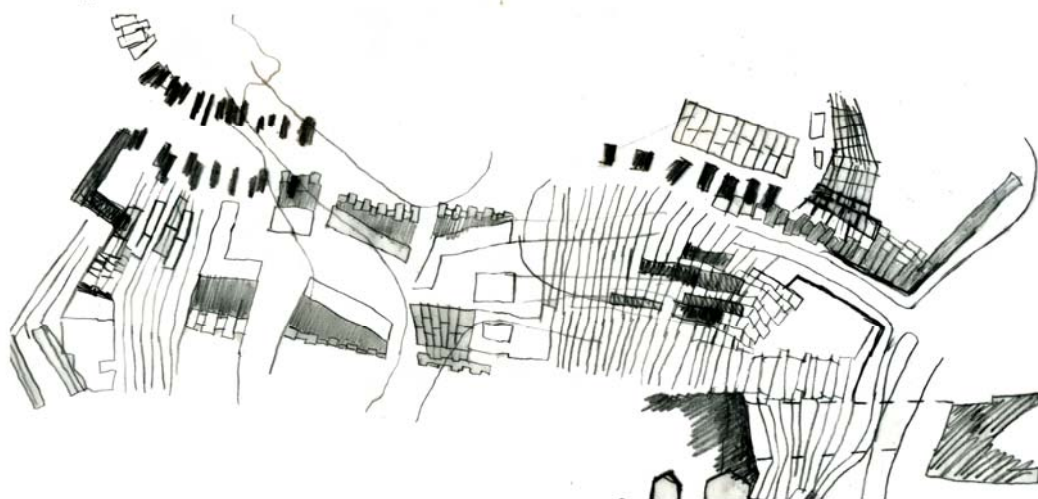
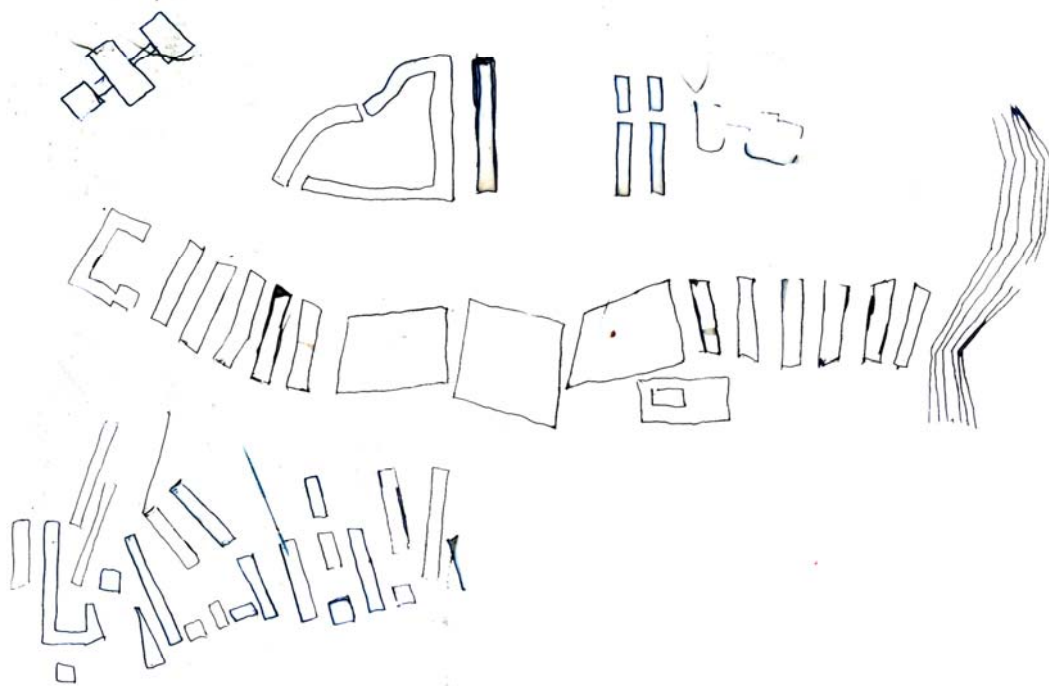


Imagem 45 – Esquiços Plano Estrutura



Imagem 46 – Plano Estrutura – Primeiros Ensaios

ORDEM PUBLICA

O movimento revolucionario desta madrugada

Os jornais da manhã referem-se largamente a um esboço de revolução que inesperadamente surgiu de madrugada. Como é sabido, o Partido Radical já de ha muito que preparava a revolução mas os governos nunca acreditavam na viabilidade de tais movi-

teiros. Os militares recolheram sob prisão a quartel general e o civil, bem como o «chauffeur» do automovel seguiram para o Governo Civil, onde foram interrogados até de manhã pelo sr. governador civil de Lisboa, dr. Barbosa Viana e nelo cauitão sr.

A FALSIFICAÇÃO HUNGARA

2 MINISTROS PELOS ARES

AS EXTRANHAS E EDIFICANTES DECLARAÇÕES DE BETHLEM PERANTE A COMISSÃO D'INQUERITO

AS ESQUERDAS-EXIGEM A CONSTITUIÇÃO DUM GOVERNO QUE APURE A VERDADE

Imagem 53 - Fonte: A Capital, 2 de Fevereiro de 1926

GRÉVES

A dos operarios municipaes

Estão paralisados todos os serviços municipaes. A comissão que hontem foi apresentada á commissão executiva ás reclamações do operariado municipal, em virtude da resposta ás suas pretensões, communicou essa resolução a todo o pessoal.

Apreciado o caso, foram nomeadas commissões encarregadas de obter de todos os funcionarios do municipio a sua adhesão, que obtiveram.

Todos os serviços, portanto, de carteira, limpeza, regas, jardins matadouros, cemiterios, lavanderias, estão suspensos, até que a commissão resolva as pretensões dos operarios, que são o augmento de 800 réis diarios sobre os honorarios e subvenções que até agora recebiam.

O pessoal do serviço dos incendios, embora também á gréve, não deixou de prestar os socorros que lhe foram requisitados, por dever humanitario, em casos de sinistros.

Como hoje era dia de pagamento da cidade aos empregados de carteira, o pagador compareceu e fez esse pagamento, fechando a repartição ás 14.30.

Tambem os conservaram, sem fazer serviço, dentro da repartição das licenças, cinco empregados, que por volta das 15 horas sahiram.

Imagem 56 - Fonte: A Capital, 29 de Abril de 1919

INQUILINATO

Senhorios e inquilinos

A «Capital» responde a todas as consultas que lhe forem dirigidas, acerca da interpretação do novo sistema tributario, no respeitante a aumentos de rendas de casas.

P. n.º 3 - A renda que eu pagava em 1914 era de 12\$00; hoje pago mais, mas no recibo a que figura é a de 1914. Pretende agora o meu senhorio que eu fique pagando 42\$00, quando eu esparava ficar em 30\$00. Peço o favor de me dizer quem está em erro, se eu, se o senhorio. Agradecendo a sua resposta, sou com muita consideração. — *Libania da Costa.*

R. n.º 3 - Só deve pagar 30\$00 e se o senhorio não quizer receber, deposite na Caixa Geral dos Depósitos.

Imagem 55 - Fonte: A Capital, 11 de Novembro de 1922

A favor dos pobres

O major sr. Viriato Lobo, governador civil de Lisboa, vai realizar, nas noites de 1 e 2 do proximo mês de Julho, no Terreiro do Paço, duas festas populares a favor da Albergaria de Lisboa, a fim de a mesma instituição poder albergar as crianças que vagueiam pelas ruas da capital.

O sr. governador civil, com quem hoje nos avistámos, referindo-se ao assunto, disse-nos:

— Preciso que todos me ajudem e que, principalmente, a imprensa me auxilie. Tenho necessidade de muito dinheiro para sustentar todas essas crianças que para ahí vagueiam e cujos pais lutam com a miseria. Para angariar donativos, lembrei-me das festas populares de S. Pedro e, para isso, vou ver se poderei organizar arraiais nas noites de 1 e 2 do proximo mês, com concertos musicais, quermesses, tombolas, descantes populares, etc.

Ocioso se torna frisar que A Capital se encontra incondicionalmente ao lado do chefe do distrito, disposta a auxiliá-lo no que necessario seja.

Imagem 54 - Fonte: A Capital, 23 de Junho de 1922

Pró presos por questões sociais

A Anunciada Gréve Geral

Foi parcial parecendo que só amanhã tomará mais incremento. — Registramos se dois atentados dinamitistas —

Imagem 57 - Fonte: A Capital, 7 de Abril de 1922



MANOBRAS...

A GREVE GERAL

Os anarquistas individualistas da U. S. O. proclamam a greve revolucionaria = Os trabalhadores, já desiludidos de tais processos, não secundam o desesperado apelo = Isolamento evidente dos bukunistas da C. G. T. e de a «A Batalha»

Imagem 58 - Fonte: A Capital, 7 de Abril de 1922

A consagrada opereta. — O maior de todos os exitos

POÇO DO BISPO

Espetaculos de Carnaval

Domingo Gordo — O JOÃO RATAO
Segunda-feira — O POÇO DO BISPO
Terça-feira — O JOÃO RATAO

Imagem 60 - Fonte: A Capital, 23 de Fevereiro de 1924

Medida higienica notavel

Consistiu em se ter conseguido em Portugal a manipulação das três fórmulas combinadas, que os americanos usaram em França para combater as doenças venereas, com resultado comprovado.

Chamamos a atenção de todos as farmacias para esta especialidade, de que é depositario Raul Vieira, Limitada, R. da Prata, 51.

A variola

Mais casos

Manifestaram-se no bairro de Alfama mais três casos de variola, sendo isolado um predio da rua de Regueira depois dos moradores recolherem aos pavilhões do hospital do Rêgo.

A doença manifestou-se em crianças cuja idade regula entre 6 e 12 anos.

As ruas dos bairros de Alfama e Alto do Pina vão passar a ser lavadas e desinfectadas durante a noite, por ordem da Camara Municipal.

Imagem 62 - Fonte: A Capital, 19 de Dezembro de 1922

Lisboa às escuras

Quando voltará o gaz?

A não ser as artérias principais da Baixa, continua, Lisboa positivamente às escuras, pois que os lampêões que para ahí bruxuleiam nada illuminaam, não evitando que o pobre transeunte palle uma perna ou quebre o nariz de encontro a uma esquina. A não ser que, cahida a noite, o habitante das ruas e bairros mais afastados se metta em casa e se abstenha de vir á Baixa.

Ha muito tempo já que se clama contra tal estado de coisas. Até certa altura havia a desculpa da guerra. As Companhias Reunidas Gaz e Electricidade aproveitavam á maravilha o pretexto, as vereações municipaes deixaram «correr o marfim», o que aliás é muito commodo, e os governos tambem não interferiam.

Mas agora, agora que a guerra terminou?

Imagem 59 - Fonte: A Capital, 20 de Março de 1919

A manifestação DE hontem

Quantoer que seja o aspecto pelo qual se procure considerar a grande manifestação de ontem, o que não, sobre duvida é que foi uma manifestação contra a carestia da vida.

Todo o pensamento do interesse partidario, de paixão sectaria, passa para um plano secundario em face desta reclamação essencial que corresponde a uma questão, seja qualda, suprema. Não se póde viver, e para nós, os mais sacrificados são porventura os que ficam em casa, como esses pobres chefes de familia, muitos deles, com os gastos, exaustos, como essas pobres donas de casa, que não sabem o que hão de fazer á sua volta, e soffrem, e definham em silencio, retrahidamente, humildemente, obscuramente.

Daí estas estas privações foi a manifestação de ontem uma expressão, por vezes desordenada, coterica, subversiva, e até, em certos casos, profundamente injusta e condonavel. Mas a razão essencial da manifestação permanece. A carestia da vida é um facto. O aumento das dificuldades de todos os larses é um facto. O agravamento de toda a vida social obedecendo a intuitos inconfessaveis é um facto. Ainda entem, por exemplo, os cambios se agravaram de uma maneira revoltante. Dir-se-ia que existe o proposito de levar uma população inteira ou á morte pela miseria ou á revolta pelo desespero.

Imagem 61 - Fonte: A Capital, 23 de Fevereiro de 1924

A Sociedade Voz do Operário



O problema da Paz e da Guerra entre os homens

O problema da guerra entre os homens não é novo, e justifica, pelos tempos fora, as revoltas, as anarquias e os ideais: cada vez mais largos, de solidariedade e de mais feição moral e social.

Com a criação da Terra não surgiu o giram logo as lutas e os dissídios. Os veios de água romperam a crosta da terra sem esforço de maior. As plantas, as florestas, os arvoredos, os animais cresceram em plena liberdade, sem que houvesse preciso de lutar, um espaço de tempo, a fundação de outra. A Natureza, a prouca, a paz, a harmonia, a ordem, a harmonia em suas relações mútuas. A fôrça das águas, a luz, o calor, a vida, a harmonia, a ordem, a paz, a harmonia em suas relações mútuas.

Concorria as guerras os mais nobres e detestáveis, os mais fortes e resolutos, abandonando a terra, e criando, sem dar por isso, a igual distribuição de riqueza, que a terra, a grande provedora da humanidade, não se podia empurrar os horizontes, eram castelos e castelos. Não havia escopo, porque a Terra era vasta e desconhecida. Não havia o número, a força e o valor das coisas, a promessa de beleza e de ventura.

Mas veio a Terra e o segundo homem, forte e decidido como o primeiro.

Imagem 65 – Fonte: A Capital, 23 Fevereiro de 1924



Imagem 66 – Fotografia dos Jardins do Palácio do Duque de Lafões. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, Núcleo Histórico

OS TEATROS E OS CINEMAS

Imagem 63 - Fonte: A Capital, 28 de Novembro de 1933



Imagem 64 – Fonte: A Capital, 23 de Junho de 1922

As grèves alastram

Os trabalhadores das docas de Cherburgo reclamam aumento de salario

CHERBURGO, 23—Os trabalhadores das docas declararam-se ontem em greve, exigindo o aumento diário. As docas estão guardadas pela policia.— (L.)

Imagem 67 - Fonte: A Capital, 28 de Novembro de 1933

A febre amarella

Um sabio japonéz descobre o microbio do terrível mal

O sabio japonéz Hideyo Noguchi, a quem se devem muitas descobertas medicas do mais elevado interesse, como a do microbio da raiva, em 1913, continua a estudar, em Guayaquil a febre amarella, acabando de descobrir o microbio d'esse mal, até agora desconhecido. A febre amarella, segundo diz, é causada por um micro-organismo, que segundo a coloração e o exame ao ultra-microscopio, parece ser um parasita intermedario entre os protozoarios e as bacterias: um «leptospiro».

Noguchi conseguiu, por processos analogos aos que já fizera uso para o spizillo da ave-ria, cultivar esse parasita. Fez innoculações em diversos animaes: ratos, cobayas, coelhos e cães; innoculações provenientes de enfermos da febre amarella e tambem fazendo soffrer picaduras de mosquitos injectados aos referidos animaes.

O sabio japonéz a que nos referimos não se contentou em cultivar o microbio da febre amarella e reproduzir experimentalmente a terrível doença. Preparou uma vacina por meio da qual espera poder immunisar as pessoas que vivem em regiões infectadas.

Imagem 69 – Fonte: *A Capital*, 13 de Março de 1919



Imagem 68- Fotografia do Palácio do Duque de Lafões. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, Núcleo Histórico



Imagem 70 - Fotografia do Palácio do Duque de Lafões. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, Núcleo Histórico

Lista Peças Desenhadas

Painel 1

- Esquema da Área Metropolitana de Lisboa; Planta de Localização da Área de Estudo; Planta de Análise da Ocupação Humana do Território (1840 – 1860); Planta de Análise da Ocupação Humana do Território (1910); Planta de Análise da Ocupação Humana do Território (1950)

Painel 2

- Planta de Levantamento do Usos; Planta de Levantamento do Estado de Conservação da Estrutura edificada; Planta de Análise das Lógicas de Ocupação do Território (1910); Planta de Análise das Lógicas de Ocupação do Território (1950); Planta de Análise das Lógicas de Ocupação do Território (2001)

Painel 3

- Plano de Massas; Traçado Urbano; Estudo dos Arquétipos; Três arquétipos utilizados; Estudo das Tipologias industriais e Palácios

Painel 4

- Planta de Apresentação do Plano de Estrutura (1/2000); Alçado Nascente do Fórum e Centros de Investigação (1/500)

Painel 6

- Planta com Usos do Solo; Esquemas de Análise da Proposta; Alçado Nascente

Painel 7

- Planta Pormenor Urbano (1/500); Corte A-A` (1/500); Corte B-B` (1/500); Imagem - ambiente Urbano

Painel 8

- Planta Pormenor Urbano (1/500); Corte C-C` (1/500); Imagem - ambiente urbano

Painel 9

- Planta Piso 0 (1/500); Esquemas estudo volumétrico do Fórum; Planta Piso 1 (1/500)

Painel 10

- Planta Piso 2 (1/500); Esquemas estudo volumétrico do Fórum; Planta Piso 3 (1/500)

Painel 11

- Planta Piso 4 (1/500); Esquemas estudo volumétrico do Fórum; Planta Piso 5 (1/500)

Painel 12

- Programa do Fórum; Circulação – Esquema

Painel 13

- Imagem – Ambiente Fórum; Corte D-D` (1/200)

Painel 14

- Imagem – Ambiente Fórum; Corte E-E` (1/200); Indicadores; Esquemas de Análise

Capítulo 7 - Bibliografia

Martín Ramos, A. (ed.), 2004, Lo urbano en 20 autores contemporáneos, Barcelona: Edicions UPC.

Castells, Manuel; 2007; A Sociedade em Rede – Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura; Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

Portas, Nuno & Domingos, Álvaro & Cabral, João; 2003; Políticas Urbanas – Tendências, Estratégias e Oportunidades; Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa

Friedman, Thomas; 2008; Quente, Plano e Cheio – Porque precisamos de uma Revolução Verde; Actual Editora; Lisboa

Quinn, J. B.; 1988; Strategic Change-Logical Incrementalism in The Strategic Process – concepts, context and cases; Prentice-Hall (ed)

Thietart, R. A.; 1984; La Stratégie d'entreprise; McGraw-Hill

Lucas, Ricardo Stubner; 2009; A Regeneração ambiental de áreas de pequena industria Évora – Característica e Oportunidades; Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Arquitectura, Lisboa

Ferreira, António Fonseca; 2005; Gestão Estratégica de Cidades e Regiões; Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa

Font, Antonio (ed.), 2007. L'explosió de la ciutat. Morfologies, mirades i mocions sobre les transformacion territorials recents en les regions urbanes de l'Europa Meridional. Madrid: Ministerio de vivienda,.

Magalhães, Manuel Raposo; 2001; A Arquitectura Paisagista – Morfologia e Complexidade; Editorial Estampas; Lisboa;

Thietart, R. A.; 1984; La Strayégie d'entreprise; McGraw-Hill

Rogers, Richards; 2001; Cities for a Small Planet; Faber Limited; Londres

Baudrillard, Jean; 1995; "A Sociedade de Consumo", Edições 70; Lisboa

Bauman, Zygmunt; 2005; Confiança e Medo na Cidade; Relogio d'Água; Lisboa

Freitag, Michel; 2004; Arquitectura e Sociedade; Dom Quixote; Lisboa

Donne, Marcella Delle ; 1990; Teorias Sobre a Cidade; Edições 70; Lisboa

Castells, Manuel ;2003; A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – Volume III – O Fim do Milénio, Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa

Choay, Françoise; 1992; L'Allégorie du Patrimoine; Éditions du Seuil; Paris

Reis, José Eduardo; 2007; Do espírito da utopia: lugares utópicos e eutópicos, tempos proféticos nas culturas literárias portuguesa e inglesa; Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa

Gray, John; 2008; A Morte da Utopia; Guerra e Paz, Editores SA; Lisboa

Pereira, H; 2007; O papel dos pequenos aglomerados rurais nas estratégias de sustentabilidade no alto Alentejo – os casos de Maranhão e covões no concelho de Avis; Faculdade de Arquitectura - Universidade Técnica de Lisboa; Dissertação de Mestrado; Lisboa

Choay, Françoise (2003); Urbanismo, Utopias e Realidades; Perspectiva S.A.; São Paulo

Castells, Manuel (2003) – O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura, volume II, fundação Calouste gulbenkian, Lisboa

Lopes, João Teixeira (2002); Novas Questões de Sociologia Urbana; Afrontamento, Porto

Pires, Catarina; 2009; Da degradação à regeneração – as áreas urbanas degradadas como factores de desenvolvimento; Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Arquitectura, Dissertação de Mestrado; Lisboa

Pinho, Ana Cláudia; 2009; Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana – Análise da experiência portuguesa dos gabinetes técnicos locais; Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Arquitectura, Dissertação de Mestrado; Lisboa

Ferrão, João; 1992; Serviços e Inovação – Novos caminhos para o desenvolvimento regional; Celta Editora; Oeiras

Castells, Manuel; 2007; A Sociedade em Rede – Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura; Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

Pereira, H; 2007; O papel dos pequenos aglomerados rurais nas estratégias de sustentabilidade no alto Alentejo – os casos de Maranhão e covões no concelho de Avis; Faculdade de Arquitectura - Universidade Técnica de Lisboa; Dissertação de Mestrado; Lisboa

RECLUS, 1989; Lhes villes européennes: Rapport pour a DATAR; RECLUS; Montpellier

DGOTDU; PRAUD: Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas; DGOTDU; Lisboa

CM Lisboa; Julho de 2005; Diagnostico Sócio-Urbanístico da Cidade de Lisboa – Uma perspectiva censitária 2001; Câmara Municipal de Lisboa

CM Lisboa; Julho de 2005; Desenvolvimento Económico e Competitividade Urbana de Lisboa; Câmara Municipal de Lisboa

DGOTDU; Março de 2002; As regiões Metropolitanas Portuguesas no contexto Ibérico; Colecção Estudos 5; Lisboa

Gasset, Ortega y; 1930; A Rebelião das Massas; Relogio d'Água; Viseu

Gray, John; Setembro de 2008; A Morte da Utopia; Guerra & Paz, Editoras S.A.; Lisboa

Rodrigues, Maria João; 2003; A Cultura Arquitectónica em Portugal: 1880 – 1920; Volume I; Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitectura; Dissertação de Doutoramento; Lisboa

Medina, João; 1990; História Contemporânea de Portugal; I volume; Lisboa

Sá, Victor de; 1974; A Crise do Liberalismo; Lisboa

Da Silva, Augusto Vieira; 1950; Plantas Topográficas de Lisboa; Câmara Municipal de Lisboa; Oficinas Gráficas; Lisboa

Ferreira, Vítor Matias; 1986; A cidade de Lisboa – de capital do Império a centro da Metrópole; Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa; Dissertação de Doutoramento; Lisboa

Seixas, João; 2004; A articulação entre competitividade, coesão e desenvolvimento sustentável *in* Desenvolvimento Económico e Competitividade Urbana em Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa; Colecção de Estudos Urbanos – Lisboa XXI; Lisboa

Guerra, Isabel; 2003; Tensões do Urbanismo Quotidiano *in* Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades; Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa

Ferreira, Vítor Matias; 1997; Lisboa, a Metrópole e o Rio; Editora Binzâncio, Lisboa

Lopes, Raul Gonçalves; Competitividade, Inovação e território; Celta Editores; Oeiras

Guerra, Isabel; 2000; Coesão Social e Regeneração Urbana *in* Intervenções – Contributos para a formação de Novas Intervenções de Regeneração Urbana; câmara Municipal do Porto; Porto

Serrão, Joel & Martins, Gabriela; 1978; Da Industria Portuguesa – do antigo Regime ao Capitalismo; Livros Horizonte; Lisboa

Benévolo, Leonardo; Historia de la arquitectura moderna, Editorial Gustavo Gili; Barcelona; 1994

Augé, Marc; Não-Lugares – Introdução a uma Antropologia de Sobremodernidade; 90 Graus Editora Lda; Lisboa, 2006

Internet:

UNFPA (2007), Situação da População Mundial 2007 – Desencadeando o Potencial do Crescimento Urbano, UNFPA, Nova Iorque. Disponível em:

http://www.unfpa.org/swp/2007/presskit/pdf/swp2007_por.pdf

Guerra, Isabel (2003), As Políticas Urbanas. Disponível em:

www.patriarcadolisboa.pt/vidacatolica/vcnum18/3_04_03_politicas_cidade_isabel_guerra.doc

SILVA, Isabel Pato e (2006), Da Experiência Urbana à Construção Identitária dos Lugares, Finisterra, XLI, 81, pp. 171-188. Disponível em:

www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81_08.pdf

UNFPA (2007), Situação da População Mundial 2007 – Desencadeando o Potencial do Crescimento Urbano, UNFPA, Nova Iorque. Disponível em:

http://www.unfpa.org/swp/2007/presskit/pdf/swp2007_por.pdf

Rogers, R.; 2005; Towards a strong urban renaissance, the urban renaissance six years on, urban task force. Disponível em:

http://www.urbantaskforce.org/UTF_final_report.pdf

Malheiros, Jorge Macaísta, Mendes, Manuela (Coord.); 2007; Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não Migrantes na Área Metropolitana de Lisboa, ACIME. Disponível em:

www.ceg.ul.pt/mcm//EstudoOI22.pdf

Galvão, António; 1563; Tratado que compôs o Nobre & Notável Capitão António Galvão; Imprensa em casa de Loam da Barreira. Disponível em:

<http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionsummary&uri=full=3100024~!323784~!2&ri=1&aspect=subtab13&menu=search&ipp=20&spp=20&stafonly=&term=lus%C3%83%C2%ADadas&index=.TW&uindex=&aspect=subtab13&menu=search&ri=1>

Castilho, Júlio; 1893; A Ribeira de Lisboa : descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho; Lisboa. Disponível em:

<http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionsummary&uri=full=3100024~!452199~!2&ri=1&aspect=subtab13&menu=search&ipp=20&spp=20&stafonly=&term=lus%C3%83%C2%ADadas&index=.TW&uindex=&aspect=subtab13&menu=search&ri=1>

Garrett, D'Almeida de; Portugal na Balança da Europa 1830; Casa da viúva Moré; Porto. Disponível em:

http://books.google.pt/books?id=ksIGAAAQAAJ&printsec=frontcover&dq=portugal+na+balan%C3%A7a+da+europa+1830&hl=pt-PT&ei=0rmlTJWdEc_MswaBkJGXA&sa=X&oi=book_result&ct=book-thumbnail&resnum=1&ved=0CDYQ6wEwAA#v=onepage&q&f=false

Pereira, Nuno Teotónio; 1994; Pátios e Vilas de Lisboa, 1870 -1930: a aprovação privada do alojamento operário; Lisboa. Disponível em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223376980G9tRH8gg4Lc58CZ0.pdf>

Ramos, Rui; 2010; Salazar na História; Expresso. Disponível em:

<http://portugaldospequeninos.blogspot.com/2010/07/salazar-na-historia.html>

Marques, Oliveira; 1974; Historia de Portugal; Volume II; Palas Editoras; Lisboa

<http://www.scribd.com/doc/13990431/Historia-de-Portugal-Volume-II-A-H-de-Oliveira-Marques>

Machado, Maximiano Lopes; 2007; As raízes do Liberalismo no Mundo Português; Coloquio de historia da Universidade federal rural de Pernambuco; Recife.

Disponível em:

<http://www.pgh.ufrpe.br/brasilportugal/anais/5/Maximiano%20Lopes%20Machado.pdf>